

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS**

LISE ROSSI JONES LIMA

**JORNAL *O PANTANEIRO*:
MEMÓRIA, HISTÓRIA E CULTURA**

AQUIDAUANA – MS

2023

LISE ROSSI JONES LIMA

**JORNAL *O PANTANEIRO*:
MEMÓRIA, HISTÓRIA E CULTURA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de Mestra em Estudos Culturais.

Orientador: Antonio Firmino de Oliveira Neto.

Coorientador: Edvaldo Corrêa Sotana.

AQUIDAUANA – MS

2023

JORNAL *O PANTANEIRO*: MEMÓRIA, HISTÓRIA E CULTURA

O presente trabalho de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite

Prof.^a Dr.^a Patrícia Zaczuk Bassinello

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Estudos Culturais.

Prof. Dr. Miguel de Souza Rodrigues Neto
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto
Orientador

Prof. Dr. Edvaldo Corrêa Sotana
Coorientador

A Deus, sempre em primeiro lugar em minha vida.
À minha família, por todo o apoio nesta árdua jornada.
Ao *O Pantaneiro*, pelas portas sempre abertas à esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos destinados a Deus e às pessoas que me apoiaram nesta pesquisa são eternos...

Foram incomensuráveis buscas por ajuda nestes anos de escrita que resultaram na realização deste trabalho. Além de uma dissertação, é também a concretização de um sonho pessoal. Escrever sobre *O Pantaneiro* foi uma missão imposta a mim mesma como um projeto de vida e que agora traz um grande sentimento de gratidão.

À minha mãe, Norma, que também sempre foi pai e que merece toda a minha admiração e gratidão por todo o apoio e por sempre acreditar em mim, sem medidas.

Ao meu esposo, Rhobson, e à minha filha, Beatriz, por compreenderem a ausência necessária para a dedicação neste trabalho... Amo, amo vocês!

Aos meus irmãos, Diego e Giovanni; aos meus cunhados Arethéia, Gustavo, Vladmir, Carla e Isabela; aos meus sobrinhos Rafael, Flávia e Joaquim, sempre presentes em minha vida.

Ao meu sogro, Lima Neto, por abrir as portas e arquivos do jornal *O Pantaneiro* e por dividir a sua história de vida, pelas incontáveis tardes de conversas e por deixar as obras de sua biblioteca sempre à disposição para a construção desta pesquisa. À minha sogra, Alice (*in memoriam*), pelo exemplo de garra e determinação. Aos demais colaboradores do jornal, pela ajuda com os arquivos na coleta de dados.

Ao meu orientador, Antonio Firmino de Oliveira Neto, e ao coorientador, Edvaldo Corrêa Sotana, que foram fundamentais nesta trajetória. Sou eternamente grata por dividirem tanto conhecimento e pela paciência prestada a mim.

À senhora Elvira Royg, viúva de Aldo Royg, e sua filha Efigênia; e à senhora Elaine Alves Corrêa, viúva de Augusto Alves Corrêa, por compartilharem os principais momentos da época de lançamento do *O Pantaneiro*. A Oscar de Barros Filho, o único diretor ainda vivo, e que muito contribuiu sobre o surgimento do semanário.

Às minhas amigas pedagogas — anjos da minha vida — Cilmara Ayache e Andréa Marques e a historiadora Raquel Anderson. Dedicam com tanto amor à arte de educar e muito contribuíram em minha caminhada neste mestrado.

À Magaly Castro (*in memoriam*), que dividiu comigo a minha felicidade em iniciar este projeto, mas que não pode estar presencialmente até o final desta caminhada. Sei que está torcendo por mim daí de cima....

Aos professores do PPGCult/UFMS, serei sempre grata pelas aulas e discussões sobre

temas tão importantes para o meu conhecimento, especialmente aos docentes: Aguinaldo Rodrigues Gomes, Fábio da Silva Sousa, Helen Paola Vieira Bueno, Janete Rosa da Fonseca, Marcelo Victor da Rosa, Miguel Rodrigues de Sousa Neto e Murilo Sebe Bon Meihy. Ao servidor da secretaria acadêmica do curso, Geovandir, sempre nos atendendo com gentileza e eficiência.

À senhora Luciene Artigas, viúva de Antonio Barbosa dos Santos, inesquecível funcionário do *O Pantaneiro* por mais de 30 anos e que, mesmo sofrendo com um câncer, persistiu em seu sonho de graduar-se, tornando-se um pesquisador da arte da tipografia em Aquidauana-MS.

Aos grandes mestres de Aquidauana, colaboradores do *O Pantaneiro*, que sempre foram uma grande inspiração para mim: Paulo Corrêa de Oliveira, Arnaldo e Vilma Begossi.

Às mulheres fortes que se fizeram representar por meio das páginas deste semanário: Dóris Mendes Trindade, Albana Xavier Nogueira, Dirce Jordão de Almeida Serra e Jandira Trindade.

A Helder Lima, jornalista e agora colega de pesquisa na área da comunicação aquidauanense, especialmente através de Jesús Martín-Barbero, por sempre estar disponível para me ajudar quando precisei.

Às colegas Sandra, Janete e Carla, pelas conversas em nosso grupo de *WhatsApp*, criado no 1º semestre de curso e nele compartilhamos todas as nossas conquistas e angústias do trajeto de estudos, e muitas vezes pudemos ser um apoio e um ombro amigo...

À minha amiga Renata Gehre, por dividir comigo as alegrias e o desespero de sermos estudantes *stricto sensu* em meio a tantas responsabilidades do dia a dia...

Por fim, meu eterno reconhecimento a todas as pessoas que contribuíram para a escrita da história de Aquidauana.

“Leitor Amigo:

*Estamos colocando em suas mãos o nosso primeiro número de ‘O PANTANEIRO’,
jornal nascido em Aquidauana, para Aquidauana e sobre Aquidauana.*

Nascemos como todos: desacreditados, criticados e articularizados.

*Há algum tempo nossa cidade, ainda menina, esperava pelos que vimos de plagas
distantes pudessem dar a ela o impulso que qualquer cidade terra necessitava.*

Receava-se entre nós o ditado: ‘Santo de casa não faz milagres’.

*Mas Aquidauana cresceu. Seus filhos voltaram e se dividiram nos diversos
afazeres procurando cada qual dar a sua colaboração pelo progresso da cidade.*

E assim, também, nós voltamos.

Não vimos fazer milagres, nem pretendemos.

*Mas voltamos e queremos dar, também, o nosso quinhão naquilo planejado por nossos
avós, edificado por nossos pais e entregue a nós e às gerações futuras.*

Não nascemos prêsos a ninguém ou ligados a qualquer agremiação partidária.

*Nascemos do esforço, do pensamento e, porque não dizer, do amor que nos prende a
nossa cidade.*

*‘O PANTANEIRO’, já em seu nome, trás a nossa homenagem aos homens de quem
depende a economia de nossa cidade: o pecuarista.*

Mas não vimos defendê-lo e sim reconhecer o seu valor.

*Vimos cantar, sem versos, a beleza e a grandiosidade de nossa cidade, sala de espera
do fabuloso pantanal matogrossense.*

*Vimos prestar nosso tributo aos seus heróico fundadores e aqueles que continuam
suas obras. Vimos levantar um monumento a você aquidauanense.*

*E é com esse fim que nasceu ‘O PANTANEIRO’: Livre como a andorinha, conscio de
suas responsabilidades como qualquer um de vocês e, como todos, trabalhando para
o engrandecimento de seu torrão natal.*

*Não nascemos do ódio, mas somos frutos do amor, o amor à nossa cidade e sua
gente. E com vocês estaremos para propagar as suas grandezas.*

Bom dia, Aquidauana”.

(O Pantaneiro, 1965, p. 1).

RESUMO

Nos últimos anos ocorreu um aumento significativo de pesquisas acadêmicas que analisam a trajetória de periódicos publicados no Brasil. Há um conjunto de estudos voltados para jornais e revistas publicados nas capitais brasileiras. Porém, é menor o número de investigações sobre jornais produzidos no interior do país. Assim sendo, a presente pesquisa tem como objeto o jornal *O Pantaneiro*, publicado no município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul. O recorte temporal da investigação tem como marco inicial o ano de 1965, ano de lançamento do periódico. Já seu recorte final é 1978, buscando contemplar o período de criação do estado sul-mato-grossense, assim como os primeiros anos de administração do atual proprietário de *O Pantaneiro*. Na dissertação, objetiva-se investigar a trajetória do jornal e suas características, bem como a atuação de seus dirigentes e as produções das primeiras vozes femininas que colaboram com o periódico. Além disso, pretende-se considerar os meios locais de comunicação e momentos do desenvolvimento da imprensa. Para a realização do estudo, adota-se uma postura teórica interdisciplinar proporcionada pelos Estudos Culturais e pela articulação de conceitos das áreas de Comunicação e História. Com relação à metodologia, foi imprescindível recorrer à pesquisa bibliográfica e proceder à pesquisa documental no acervo do jornal. Como resultado do processo de pesquisa, apresenta-se uma dissertação em quatro capítulos.

Palavras-chave: O Pantaneiro; jornal semanário; imprensa escrita; articulistas femininas.

ABSTRACT

In recent years, there has been a significant increase in academic research that analyzes the trajectory of periodicals published in Brazil. There are a number of studies focused on newspapers and magazines published in Brazilian capitals. However, there are fewer investigations on newspapers produced in the interior of the country. Therefore, the present research has as its object the newspaper *O Pantaneiro*, published in the municipality of Aquidauana, in Mato Grosso do Sul. The period of the investigation is 1965, the year the periodical was launched. The final time frame is 1978, seeking to contemplate the period of creation of the south-mato-grossense state, as well as the first years of the administration of the current owner of *O Pantaneiro*. The dissertation aims to investigate the trajectory of the newspaper and its characteristics, as well as the performance of its leaders and the productions of the first female voices that collaborate with the periodical. Furthermore, it is intended to consider the local means of communication and moments in the development of the press. To develop the study, an interdisciplinary theoretical posture is adopted, provided by Cultural Studies and by the articulation of concepts from the areas of Communication and History. Regarding the methodology, it was essential to use bibliographical research and to conduct documentary research in the newspaper's collection. As a result of the research process, a dissertation in four chapters is presented.

Keywords: O Pantaneiro; weekly newspaper; written press; female writers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Gazeta do Rio de Janeiro (1808)	40
Figura 2 – Tipógrafos durante a primeira greve no Brasil (1858)	42
Figura 3 – A estação da Noroeste do Brasil em Aquidauana (MT) (1933)	50
Figura 4 – Antiga praça de Aquidauana localizada na esquina das ruas Estevão Alves Corrêa e Manoel A. P. de Barros	55
Figura 5 – Foto com convidados e funcionários da Rádio Difusora – Dia da inauguração (1952)	56
Figura 6 – Sede da Rádio Independente no Edifício Garcia	59
Figura 7 – Antonio Garcia em entrevista a Alceu Moreira Barros, na época presidente da Associação Rural de Aquidauana (MS)	59
Figura 8 – Alguns integrantes da vanguarda da comunicação aquidauanense	61
Figura 9 – Instalações do 1º prédio de funcionamento de <i>O Pantaneiro</i> – década de 1960/1970	62
Figura 10 – Instalações do 1º prédio de funcionamento de <i>O Pantaneiro</i> – década de 1960/1970	64
Figura 11 – Aldo Royg	66
Figura 12 – Aldo Royg e sua esposa, Elvira	67
Figura 13 – Augusto Alves Corrêa Filho na formatura do curso superior de Direito	69
Figura 14 – Augusto Alves Corrêa Filho, após sua saída do <i>O Pantaneiro</i> , prosseguiu a carreira na advocacia e exerceu cargos no Legislativo e Executivo	70
Figura 15 – Oscar de Barros Filho, Augusto Alves Corrêa (ao centro) e Aldo Royg (à direita)	74
Figura 16 – Primeira página, da primeira edição, do jornal <i>O Pantaneiro</i> de 5 de maio de 1965	77
Figura 17 – Quadro de expediente da primeira edição do jornal <i>O Pantaneiro</i> de 5 de maio de 1965	79
Figura 18 – O processo da tipografia realizado letra a letra	80
Figura 19 – Máquina de tipografia onde foram impressas as primeiras edições de <i>O Pantaneiro</i>	81
Figura 20 – Publicação de <i>O Pantaneiro</i> de 15 de agosto de 1966	84
Figura 21 – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	85
Figura 22 – Colaboradores de <i>O Pantaneiro</i> durante impressão do jornal na máquina offset	86
Figura 23 – Colaboradores de <i>O Pantaneiro</i> durante impressão do jornal na máquina <i>offset</i>	87
Figura 24 – Sistema de impressão em uma máquina <i>offset</i>	88
Figura 25 – Dóris Mendes Trindade em uma de suas leituras	90
Figura 26 – Dóris Mendes Trindade recebendo os cumprimentos durante a inauguração do CPA	93
Figura 27 – Albana Xavier Nogueira	104
Figura 28 – Dirce Serra atuou como diretora-responsável de <i>O Pantaneiro</i>	106
Figura 29 – Dirce Serra ao lado do esposo Dr. Heliophar Serra e o então deputado Rubens Figueiró	107

Figura 30 – Soldados da Força Pública organizam em filas os estudantes presos em Ibiúna (SP) durante o 30º Congresso da UNE	110
Figura 31 – Relação de participantes da UNE liberados, publicada no jornal Folha de São Paulo	111
Figura 32 – Descrição do indiciado nº 623 - José Lima Neto	111
Figura 33 – Oititis da rua Manoel A. Paes de Barros foram inspiração para a primeira reportagem do professor e jornalista José Lima Neto, em Aquidauana	113
Figura 34 – Lima Neto em companhia do mateiro Raul Peixoto, durante uma expedição no Pantanal matogrossense	114
Figura 35 – Revista Aquidauana 83 anos	115
Figura 36 – Revista Aquidauana 83 anos (1975)	115
Figura 37 – Lima Neto, a esposa Alice e o primogênito Rhobson	116
Figura 38 – Relação dos bens móveis referentes à venda da empresa O Pantaneiro	117
Figura 39 – Inauguração das instalações do prédio de funcionamento do <i>O Pantaneiro</i> na cidade de Bonito (MS) – década de 1970	118
Figura 40 – Inauguração das instalações do prédio de funcionamento do <i>O Pantaneiro</i> na cidade de Bonito (MS) – década de 1970	118
Figura 41 – Quadro de expediente <i>O Pantaneiro</i> em 1976	119
Figura 42 – Sede do jornal <i>O Pantaneiro</i> na rua 7 de Setembro, centro de Aquidauana (MS) – década de 1980	121
Figura 43 – Enchente atingiu diversos pontos da cidade e quase encobriu a Ponte Velha	122
Figura 44 – Enchente de 1990 que atingiu o prédio do parque gráfico e danificou maquinários e parte do acervo	123
Figura 45 – Longe das enchentes do córrego João Dias, a nova sede de <i>O Pantaneiro</i> , construída no bairro Alto	125
Figura 46 – Gleice Rocha, escolhida a Miss Mato Grosso em 1971	126
Figura 47 – Conjunto aquidauanense Os Brincalhões, em 1966	127
Figura 48 – Rubens Alves Corrêa durante a apresentação do monólogo “Aquidauana”, em 1992	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos artigos da coluna Opiniões Femininas	94
Quadro 2 – Resumo dos artigos de Albana Nogueira	101
Quadro 3 – Quadro atual das edições disponíveis do jornal O Pantaneiro – 1965-1978	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
CCCS	<i>Centre for Contemporary Cultural Studies</i>
COSIMA	Companhia Siderúrgica Matogrossense
CPA	Centro Pedagógico de Aquidauana
CRUSP	Centro Residencial da Universidade de São Paulo
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
GEA	Geografia e História no Ginásio Estadual de Anastácio
GIC	Ginásio Imaculada Conceição
IPM	Inquérito Policial Militar
NOB	Noroeste do Brasil
SEV	Serviço de Ensino Vocacional
UEMT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UJA	União dos Jornalistas de Aquidauana
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

PRELÚDIO	14
1 ESTUDOS CULTURAIS E A COMUNICAÇÃO: AS PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES	20
1.1 O termo e o local da cultura	22
1.2 Nas entrelinhas da Comunicação e dos principais conceitos dos Estudos Culturais	25
2 UMA ANÁLISE CULTURAL DA MÍDIA IMPRESSA	32
2.1 O processo de inovação cultural e o desenvolvimento da imprensa	33
2.2 O crescimento da imprensa brasileira	39
2.3 A imprensa como fonte histórica	43
2.4 A comunicação mato-grossense	46
3 O PANTANEIRO: SUJEITOS E MEMÓRIA	62
3.1 Os primeiros diretores	65
3.1.1 <i>Aldo Royg</i>	65
3.1.2 <i>Augusto Alves Corrêa Filho</i>	68
3.1.3 <i>Oscar de Barros Filho</i>	70
3.1.3.1 <i>A primeira alteração do quadro de expediente do jornal O Pantaneiro</i>	73
3.1.3.2 <i>Um nome, uma homenagem: O Pantaneiro</i>	74
3.2 As primeiras edições	75
3.3 A arte da tipografia	79
3.3.1 <i>A tipografia sob a ótica do tipógrafo pantaneiro</i>	83
3.4 Vozes femininas no jornal <i>O Pantaneiro</i>	88
3.4.1 <i>Opinião Feminina, por Dóris Mendes Trindade (Maria Pereira)</i>	90
3.4.2 <i>Albana Xavier Nogueira (A. Nogueira)</i>	101
3.4.3 <i>No Rolê, com Dirce Jordão de Almeida Serra</i>	104
3.5 Uma década e uma nova administração	108
3.5.1 <i>A chegada de José Lima Neto</i>	108
3.6 A novas sedes e a grande enchente	120
3.7 A influência cultural do <i>O Pantaneiro</i>	125
3.8 O acervo	129
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES	141
APÊNDICE A – Quadro de edições do jornal <i>O Pantaneiro</i> (1965-1978)	
APÊNDICE B – Quadro resumo dos editoriais do jornal <i>O Pantaneiro</i> (1965-1978)	

PRELÚDIO

Era o ano de 1965, quando, em plena ditadura militar (1964-1985), três amigos aceitaram o desafio de lançar um jornal na região pantaneira do estado de Mato Grosso (MT), ainda unificado. O município de Aquidauana, localizado a mais de 700 quilômetros de distância da sede administrativa do estado, e com pouco mais de 70 anos, foi a cidade escolhida para o empreendimento, criado em homenagem aos moradores do Pantanal. Trazendo traços contemporâneos, pelos esforços do seu diretor-proprietário Aldo Royg, pelo dentista Oscar de Barros Filho e pelo advogado Augusto Alves Corrêa Filho, o semanário teve como premissa a necessidade de implantação de um órgão de imprensa livre, além da busca por uma nova mentalidade política.

Na época da fundação era registrado, em diversas regiões do país e do mundo, o nascimento dos meios de comunicação considerados mais populares, acessíveis a um público maior, que começavam a retratar em suas páginas, além de noticiários nacionais, as práticas culturais do seu povo. Em termos mundiais, na mesma década de fundação, começou a ganhar destaque em Londres, na Inglaterra, uma nova abordagem de análises denominada de Estudos Culturais. Sobre o novo conceito, que não se delimita a ser apenas uma disciplina, Ana Carolina Escosteguy (2000, p. 3) explica que se trata de “[...] um campo de estudos onde diversas disciplinas se interseccionam no estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea”.

De acordo com a autora, foi no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), fundado em 1964 – portanto, um ano antes do jornal *O Pantaneiro* – que os Estudos Culturais surgiram de forma mais organizada, ligados ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham. Com os valores da classe operária da Inglaterra em um cenário pós-guerra, o novo campo de estudo tinha como foco principal “[...] as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 2000, p. 3).

Os meios de comunicação constituem-se em importantes formas de expressão de um povo e a aproximação existente entre os estudos das mídias e a cultura estimularam a realização deste trabalho no Mestrado em Estudos Culturais, ofertado em Aquidauana, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os primeiros passos para a construção desta pesquisa surgiram após a definição do objeto — o jornal *O Pantaneiro*. Atualmente sob a direção do professor e jornalista José Lima Neto, o semanário possui mais de 50 anos de

circulação ininterrupta — um feito raro alcançado por poucos impressos no Mato Grosso do Sul (MS) e que merece o reconhecimento pela trajetória das décadas de registro. Outro fator determinante para a escolha do objeto de pesquisa foi de cunho pessoal. Casada com o primogênito do atual diretor, por aproximadamente uma década trabalhei no jornal junto a meu esposo, Rhobson Tavares Lima, que aos poucos vem assumindo algumas funções da administração geral da empresa ao lado de seu pai. Nesse período tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas interessantes, colaboradores do jornal e que visitavam com frequência a redação: Dirce Jordão e Heliophar Serra, Professores Arnaldo Begossi e Vilma Begossi, Carlos Corrêa da Costa, entre muitos outros.

A minha rotina de trabalho durante essa década não era definida. Ora atendia ao público, ora escrevia reportagens dos mais diversos temas. Ora atuava como guia de recepção de escolas que visitavam as estruturas do jornal, ora atuava na oficina, ajudando na dobra do semanário, geralmente às quintas e sextas-feiras. E conhecer de perto os bastidores da produção de um jornal impresso é, sem dúvida, encantador.

Entre todos os setores, porém, havia um preferido: a sala do arquivo. Por lá encontra-se parte da história de Aquidauana e da região, registrada nas edições impressas por mais de cinco décadas, agrupadas por períodos que formaram os livros tombo, muitos deles desgastados pelas intempéries naturais. Outros, infelizmente, sofreram desgastes pela ação humana.

Considerado como uma potencial evidência material do passado local, o jornal, muito utilizado como fonte documental para pesquisas, atualmente está com a entrada de visitantes e pesquisadores proibida em sua área de arquivo pela administração. A decisão foi tomada após a danificação ocorrida em algumas edições que acabaram destruindo parte do arquivo, seja com rasuras e anotações realizadas propositalmente em algumas páginas históricas, seja arrancando algumas folhas inteiras do livro tombo. Por um período, a organização até disponibilizou colaboradores da equipe para acompanhar (ou vigiar) as pesquisas realizadas dentro do arquivo, mas o custo de se manter um funcionário para a guarda tornou-se inviável para a pequena empresa. Por ser de natureza privada, decidiu-se encerrar temporariamente as visitas ao arquivo para evitar novos prejuízos ao acervo.

Durante o período como diretor do campus de Aquidauana da UFMS, o professor Antonio Firmino de Oliveira Neto — orientador desta pesquisa — fomentou a aquisição de uma máquina digitalizadora pela instituição, que tinha como objetivo a digitalização documental de importantes arquivos históricos da região, sendo um deles o jornal. A proposta seria reproduzir digitalmente, por meio do *scanner*, os arquivos impressos e *O Pantaneiro*

seria um deles, o que resolveria parcialmente o acesso de pesquisadores ao conteúdo jornalístico histórico, mas o projeto que trouxe grandes esperanças ainda não foi executado.

Pesquisadores defendem a importância do jornalismo impresso como elemento fundamental na preservação e na compreensão da história de uma sociedade. Zicman (1985, p. 89) afirma que “[...] a imprensa é rica em dados e elementos e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades [...]. Seu estudo é enriquecedor sobretudo quando se tem interesse pela História Social”.

No estado de Mato Grosso do Sul já é possível encontrar estudos sobre alguns impressos como o jornal *Correio do Estado* e *O Progresso*, realizado nas pesquisas de Andrade (2015), Correa (2018) e Arakaki (2007), que estão devidamente referenciadas neste trabalho. Estas pesquisas investigam o papel da mídia impressa nas duas maiores cidades do estado, a capital Campo Grande, e em Dourados, mas com perspectivas distintas. Andrade (2015) delimita seu foco na análise de conteúdo de textos informativos (manchetes de capa e respectivas reportagens) no período de 1 de janeiro a 12 de outubro de 1977, acerca da divisão do estado de MT. Correa (2018) analisa a trajetória histórica do *Correio do Estado*, entre 1954 e 1980, isto é, desde o momento de fundação do jornal até alguns anos após a divisão do estado do MT. Arakaki (2007) apresenta uma abordagem das representações e da memória do golpe de 31 de março de 1964, na região de Dourados, elaboradas a partir da análise de entrevistas, obras memorialísticas, jornais locais, atas do legislativo douradense e outros documentos obtidos em arquivos diversos.

Partindo do pressuposto de que os jornais impressos interioranos podem ser considerados um dos principais meios de expressão cultural de seu povo e avançam o campo da história, ao serem importantes instrumentos de preservação de acontecimentos e uma fonte documental para pesquisas, a investigação sobre o jornal *O Pantaneiro* justifica-se pela necessidade de se preencher a lacuna existente pela falta de estudos sobre a imprensa escrita na região de Aquidauana, o que confere ainda originalidade e ineditismo à proposta.

Uma pesquisa realizada em 2016 por um funcionário do semanário analisou as lembranças dos tipógrafos sobre o exercício da tipografia em Aquidauana. O trabalho, intitulado *Tipógrafos em Aquidauana-MS: algumas reminiscências*, foi apresentado como conclusão do curso de graduação em História pela UFMS pelo anastaciano Antonio Barbosa dos Santos, e teve como orientador o professor Dr. Evaldo Correa Sotana — coorientador desta pesquisa. Para a construção do estudo, foram feitas entrevistas com tipógrafos e com o proprietário do semanário aquidauanense, já que, para o autor, *O Pantaneiro* pode ser considerado um espaço de formação de muitos profissionais na área da tipografia na região.

Parte das entrevistas concedidas ao pesquisador serão analisadas também no decorrer deste trabalho, já que se encontra ali parte da história do semanário, contada por seus próprios atores.

Ao contrário do colaborador que realizou sua pesquisa com fontes orais em *O Pantaneiro*, esta investigação terá um cunho especialmente documental, utilizando uma metodologia e um recorte temporal de 1965 a 1978, contemplando a divisão do estado de MT e a perspectiva e opinião do jornal frente a este acontecimento.

Contudo, efetuar pesquisas em impressos não é uma tarefa tão simples. O primeiro passo para se iniciar uma pesquisa em jornais é localizar a fonte e averiguar as condições oferecidas para consulta. Além disso, ao analisar o jornalismo impresso de uma determinada época, o pesquisador deve considerar que nenhum documento pode ser analisado fora de seu contexto. Quem foram os seus fundadores, qual a época de sua fundação, para quem foi escrito, os seus processos de produção e questões econômicas, políticas e culturais da região, do país e do mundo são análises necessárias para se compreender as particularidades e possíveis significados. E, neste caso, os Estudos Culturais darão suporte essencial para esta pesquisa.

A partir das premissas apresentadas, deu-se início à pesquisa *in loco* nos registros com o arquivo. O arquivo do jornal *O Pantaneiro* está guardado em uma sala da organização, nos fundos do imóvel. Para chegar até o local é preciso passar pela recepção, salas administrativas, sala de redação e pela oficina de impressão. A sala de armazenamento é pouco ventilada, sem luminosidade natural e divide espaço com outros itens, como arquivos administrativos, madeira e tecido (estopa) utilizados na rotina dos trabalhos pelos funcionários na oficina de impressão. Apesar de não oferecer risco aos funcionários, a poucos metros do arquivo estão localizadas as máquinas da oficina gráfica que, em caso de um possível incêndio, poderiam ser consideradas como um bloqueio para o acesso à sala onde estão guardados os arquivos.

Inevitavelmente, o atual estado físico deteriorado em que se encontram algumas edições, especialmente as das três primeiras décadas, traz à pesquisa um caráter de urgência. Partindo da autorização do diretor para o início da pesquisa com os arquivos, o olhar para o impresso seria em busca de informações, reportagens, colunas e editoriais que remetessem aos sujeitos e às memórias do semanário, já que, diferentemente das mídias de massa, que muitas vezes recebem o estigma pela homogeneização das culturas, as mídias das cidades interioranas podem retratar a cultura em sua base.

Inicialmente, como objetivo da pesquisa, havia a intenção de analisar todos os

editoriais do jornal no período definido entre 5 de maio de 1965 e 31 de dezembro de 1978, para verificar a identidade do homem pantaneiro, como já identificado na primeira edição do jornal. Foram levantadas todas as edições de *O Pantaneiro* disponíveis no acervo, o que totalizou 421 publicações, sendo que nem todas as edições arquivadas dispunham de editoriais, em somente 61 delas isso ocorreu. Com o passar do tempo, a prática da publicação de editoriais passou a ser cada vez mais esporádica. Essa situação foi esclarecida pelo atual diretor, José Lima Neto, pelo fato do jornal ser confeccionado artesanalmente e essa tarefa demandaria mais trabalho. Dessa maneira, o objetivo foi alterado para o levantamento da história do semanário e seus fundadores, assim como do atual diretor e a análise dos artigos que compuseram as vozes femininas nos primeiros anos de existência do jornal.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro deles, intitulado *Estudos Culturais e a Comunicação: as primeiras considerações*, discorre sobre a interligação entre essa recente área de estudo que projeta a cultura como o foco principal nos debates das significações sociais. Contextualizando ao mesmo tempo o recente conhecimento das teorias dos Estudos Culturais aliado à pluralidade dos estudos midiáticos, neste capítulo perpassaremos pelos estudos pós-coloniais como elemento constituinte de uma realidade social. Um capítulo especialmente teórico, com conceitos apresentados por autores como Raymond Williams (2015), Canclini (2008) e Homi Bhabha (1998). Autores que discutem sobre a formação da identidade também serão abordados, a exemplo de Escosteguy (2000; 2014), Woodward (2012) e Hall (2003; 2012; 2016).

No capítulo seguinte, *Uma breve análise cultural da mídia impressa*, aborda a perspectiva sociocultural da imprensa, especialmente a partir da invenção da prensa gráfica por Gutenberg até às inovações trazidas com a internet. Autores como o filósofo ibero-americano Jesús Martín-Barbero (1997), Peter Burke (2011) e Asa Briggs e Peter Burke (2004) trarão uma introdução ao assunto, que será aprofundado com a evolução da imprensa no Brasil até a região de Aquidauana.

O terceiro capítulo, *O Pantaneiro: sujeitos e memórias*, adentrou na história do lançamento do semanário aquidauanense e discorreu sobre os seus fundadores, bem como outros sujeitos que foram fundamentais para a memória do semanário. Destarte, ao se pesquisar uma imprensa interiorana há também a intenção de se preservar um pouco da memória e a voz mais próxima da realidade de uma sociedade, que pode influenciar a construção e o fortalecimento das identidades e de sua cultura. Além disso, a informação registrada pelos impressos, como os jornais, merece ser reconhecida já que, de forma democrática, conforme afirma o historiador francês Jacques Le Goff (2008, p. 471), ela “[...]”

salva o passado para servir ao presente e ao futuro”. Por fim, o quarto capítulo trata das considerações finais deste estudo.

Portanto, a pesquisa inédita sobre o objeto pretendido poderá, no futuro, ser utilizada como referência para outros trabalhos relacionados ao *O Pantaneiro*. São muitas possibilidades ainda a serem descobertas e que irão contribuir para o desenvolvimento da região.

1 ESTUDOS CULTURAIS E A COMUNICAÇÃO: AS PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

A interdisciplinaridade proporcionada pelos Estudos Culturais abre inúmeras possibilidades para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Este fenômeno que nasceu em terras britânicas ganha na atualidade um amplo espaço de debates que opera influência em diversas disciplinas como a Sociologia, Filosofia, Pedagogia, Literatura, entre outras. Para Escosteguy (2014), os Estudos Culturais não devem ser definidos como uma nova disciplina, mas como um campo de estudos onde há a convergência de diversas áreas com o objetivo de estudar aspectos culturais da sociedade contemporânea (ESCOSTEGUY, 2014, p. 89).

Especificamente neste trabalho, percebeu-se a oportunidade de desenvolver uma pesquisa que alinhasse os Estudos Culturais juntamente com as áreas da Comunicação e da História ao discorrer sobre o papel da imprensa escrita nos tempos contemporâneos. A discussão envolvendo a cultura e os estudos midiáticos irá adentrar um contexto social, especialmente da região pantaneira do MS, perpassando por análises de como a cultura pode ser um lugar de diferenças e de lutas sociais, inclusive, as feministas.

Um dos desafios encontrados seria o ainda recente conhecimento das teorias dos Estudos Culturais. Primeiramente, é importante ressaltar que o termo Estudos Culturais possui uma definição ainda complexa. Diversos estudiosos abrangem a discussão se há ou não como defini-lo, mas como defende Johnson (2014, p. 15), “há diversos pontos de partida”. Para o autor, não apenas as áreas de abrangência ou limites são relevantes para que se chegue a uma determinação, mas também os objetos característicos que possam ser investigados nos Estudos Culturais. Ele ainda complementa que os Estudos Culturais “[...] não correspondem aos contornos do conhecimento acadêmico na forma como ele existe atualmente” (JOHNSON, 2014, p. 16) e por isso, muitas vezes, possui uma difícil compreensão aos recém-chegados.

Os Estudos Culturais – *Cultural Studies* – tiveram sua origem na Universidade de Birmingham, na Inglaterra, a partir da fundação do *Centre for Contemporary Cultural* (CCCS), por Richard Hoggart — seu primeiro diretor — em 1964. A corrente teórica tinha como objetivo trazer o entendimento sobre “[...] as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 2014, p. 90). Nesse sentido, as mudanças sociais também abrangiam a inovação do movimento que adotou os

primeiros estudos da cultura operária nos círculos universitários e seu embate junto à classe elitista, que defendia ser detentora exclusiva do pensamento cultural da Grã-Bretanha.

Nesse período, a sociedade britânica, considerada tradicionalista, enfrentava com desprezo a chegada de novas culturas advindas da classe operária, que teve um aumento expressivo após a revolução industrial e foi abastecida com um grande número de imigrantes que trouxeram os seus modos de vida particulares e, conseqüentemente, suas próprias culturas, como afirma Escosteguy (2014) acerca da teoria dos Estudos Culturais:

Tendo como ponto de partida um conjunto de proposições que à primeira vista mostra-se tão amplo quanto aberto a entendimentos diversos, conclui-se que se a versão britânica sobre as origens e constituição desse projeto não apresenta implicitamente uma posição teórica unificada, também, não está composta por um conjunto tão díspar que não apresente uma unidade. Indagar-se sobre ‘a unidade na diferença’ é reconhecer que essa responde a condições particulares, a um contexto intelectual, político, social e histórico específico (ESCOSTEGUY, 2014, p. 5).

O contexto da sociedade britânica desse período apresentava-se muito específico. As novas localidades operárias, que abrigavam populações advindas das mais diversas regiões, formadas às margens das cidades, passaram a comportar também centros de estudos voltados a esses trabalhadores. Esses novos centros fugiam dos esquemas escolares mais comuns à época, com oferta de aulas no período noturno e fora do horário do expediente do público operário. Ou seja, dando oportunidade para que esses trabalhadores estudassem e passassem a pensar sua estrutura social e cultural, por meio da educação, que daria oportunidade de acesso às vivências desses indivíduos, considerados inferiores na sociedade, ampliando, assim, o objeto de pesquisa dos Estudos Culturais. Acerca disso, Norma Schulman (2014) traz em destaque dois dos professores que atuaram nesse contexto de novas experiências escolares:

Hoggart, tal como Raymond Williams, outro professor de Língua Inglesa e crítico literário que assumiu um papel central na fundação do CCCS, tinha um conhecimento de primeira mão da experiência de transição entre a classe operária e os círculos universitários, em um país no qual um sistema agudamente dividido entre educação pública e educação particular – devotadas, respectivamente, a objetivos acadêmicos e objetivos profissionalizantes – bifurcava a população de acordo com a classe social. Em uma época em que a maioria das crianças, na Inglaterra, deixava a escola em torno dos 15 anos, tanto Hoggart quanto Williams, vindo de meios em desvantagem, puderam continuar seus estudos até à universidade – Hoggart foi para a Universidade de Leeds e Williams para a Universidade de Cambridge. Mais tarde, nos anos 40, ambos foram professores de educação de adultos e deram aulas fora dos esquemas escolares normais (SCHULMAN, 2014, p. 109-110).

Williams e Hoggart também cresceram em famílias da classe operária e “[...] estiveram, na verdade, entre os/as primeiros/as estudantes de classe operária a obter acesso às instituições de elite da educação universitária britânica”, conforme observaram Nelson *et al.*

(2013, p. 26). E foram três textos, publicados no início da década de 1950, que marcaram o âmago dessa nova corrente, a saber: *The Uses of Literacy* (1957), de Richard Hoggart; *Culture and Society* (1958), de Raymond Williams; e *The Marking of the English Working-class* (1963), de E. P. Thompson. A partir deles, as práticas pedagógicas trouxeram novos horizontes e pensamentos sobre como os limites de uma educação dirigida, em sua maioria delineada pela classe dominante, com seus valores e princípios impostos por meio dos meios de produção, podem ser enfrentados.

Especialmente sobre o texto de Hoggart, Escosteguy (2014, p. 91) defende a importância que a obra traz ao ressaltar a existência e relevância da cultura popular antes desprezada e que passa a ganhar destaque, já que “[...] esse trabalho inaugura a perspectiva que argumenta que no âmbito popular não existe apenas submissão, mas, também, resistência”. Nessa perspectiva passou-se a dar escuta à classe menos favorecida e à sua cultura, considerada pela superestrutura como inferior, enquanto que a classe operária pouco entendia sobre a realidade de seu momento social. Quanto a isso, Hoggart afirma sobre a classe operária que:

Desconfiam dos ‘Grandes Chefes’, manifestando em relação a eles e às suas pretensões um cepticismo benevolente; ‘sabemos como as coisas são’. Não acreditam nem nos Grandes Chefes, nem nas palavras destes: ‘A mim é que não me levam’, dizem, mas não chegam a ter-lhes rancor. Manifestam frequentemente em relação ao mundo exterior uma atitude humorística, isento esse humor quase sempre feito de irrisão. A sua boa disposição é fruto de um inconformismo realista, tanto como da necessidade de ‘levar as coisas com alegria’ (HOGGART *apud* COSTA, 2012, p. 160).

Em outras palavras, para Hoggart, a classe operária estava alienada apesar da consciência de em qual posição social estavam, não sabiam como lidar com as diferenças e nem pensavam ainda sobre o porquê dessas diferenças e, de acordo com Hoggart, “[...] emitem juízos muito perspicazes em determinados casos; mas noutros aspectos, se forem abordados de forma adequada, são ‘levados’ com tanta facilidade como se fossem bebês” (HOGGART *apud* COSTA, 2012, p. 161). Nesse sentido, lutavam para sobreviver a cada dia, mas não tinham uma perspectiva de futuro, ou de melhoria, ou de ascensão social, além de serem facilmente passados para trás em determinados momentos.

Os Estudos Culturais surgem nesse momento como uma luz para a classe operária. Com Raymond Williams, ganhou corpo, e a pesquisa acerca do conceito de cultura passou a ser melhor observada.

1.1 O termo e o local da cultura

A expressão “cultura” vem ganhando destaque em muitas reflexões atuais sobre as relações sociais e suas inúmeras conexões, em sua maioria baseadas em nexos de poder. Raymond Williams, ao analisar a cultura de massa, afirma que essa “[...] análise talvez possa simplificar-se quando recordamos que nós mesmos, a cada instante, estamos sendo ‘massificados’ por outros. É preciso, pois, ‘reconhecemos os outros que desconhecemos’” (WILLIAMS *apud* COSTA, 2012, p. 163). Porém, o termo cultura recebeu diferentes significações ao longo do tempo, entre elas, a de Maria Elisa Cevasco, que, em seu livro *Dez Lições sobre os Estudos Culturais* (2003), destacou logo nas primeiras páginas que o termo cultura tinha anteriormente um sentido de cultivar, aplicado desde o século XVI nas áreas da agricultura e pecuária: cultura de algodão, de soja, milho, entre outras. Tempos depois, a palavra passou a ter um outro sentido, na sua forma abstrata, como “[...] o processo secular de desenvolvimento humano, como em cultura e civilização europeia” (CEVASCO, 2003, p. 9-10).

O sentido de Evolucionismo Cultural¹ defendia que uma escala evolutiva horizontal de desenvolvimento humano existia e poderia identificar em qual posicionamento certas civilizações se encontravam, a depender do seu nível intelectual e a civilização europeia seria a sociedade que possuía alto escalão e as sociedades primitivas seriam as menos desenvolvidas culturalmente. Para Cevasco (2003), o domínio das sociedades mais civilizadas em relação às demais perpassa o sentido cultural para justificar o econômico e político, e a palavra “civilizada” ter adquirido uma conotação imperialista com o significado de civilização dos bárbaros acabava por justificar essa dominação e exploração de outros povos (CEVASCO, 2003, p. 10).

Ao abranger as habilidades humanas, como obras artísticas e literárias em seu significado, artefatos culturais e intelectuais desenvolvidos pela alta sociedade passaram a representar também uma definição desse termo, em que as representações populares não eram abrangidas.

Já em um cenário após a segunda fase da Revolução Industrial, na década de 1950, houve a ampliação no conceito de cultura, que passou a ser analisado sob o viés das práticas sociais comuns a toda a sociedade e os seus próprios modos de vida. Cevasco (2003, p. 11) explica que o significado das palavras acompanha as transformações sociais ao longo da história e acaba por conservar essa trajetória histórica. Complementando, Nelson *et al.* (2013)

¹ De acordo com Castro (2005), o Evolucionismo Cultural é uma teoria criada por Edward Burnett Tylor, Lewis Henry Morgan e Herbert Spencer.

afirmam que “[...] as tentativas para definir cultura nascem, assim, cada uma, da necessidade de respostas à mudança histórica” (NELSON *et al.*, 2013, p. 13).

É assim que o termo da cultura, antes restrito a apenas um grupo social, passa a ser analisado em um cenário de pós-guerra, em terras britânicas, por estudiosos como Raymond Williams, um dos precursores dos Estudos Culturais. A defesa de que todas as culturas são importantes e que não podem ser comparadas entre si traz um avanço no termo da cultura e suas relações econômicas e sociais. Nelson *et al.* (2013) ajudam a “[...] identificar e articular as relações entre cultura e sociedade” (NELSON *et al.*, 2013, p. 13).

Sociólogo inglês e crítico da arte, Raymond Williams tem suas origens na classe trabalhadora e durante a reorganização da sociedade no pós-guerra da Europa ele teve um papel fundamental. Defendia a disseminação da cultura para toda a sociedade, facilitando o acesso ao conhecimento dos meios de produção cultural, e não de uma minoria. Analisava que a cultura deveria ser vista como um modo de vida da população, um conceito democrático, e não somente as produções da alta elite. Além disso, de acordo com Williams (*apud* COSTA, 2012, p. 164), “[...] A não ser a pequena camada de leitores críticos, quase sempre possuidores de preparo especial, o resto dos leitores alimenta uma atitude de suspeitosa descrença no que leem, ouvem, escutam etc.”. Ou seja, se o povo não se via representado, raramente confiavam no que lhes era apresentado.

As grandes guerras e as diferentes transformações sociais e econômicas as quais o mundo assistia no século XX foram fundamentais para o aumento do número de estudos sobre os meios de comunicação de massa, impulsionados pelo surgimento da sociedade do consumo e o fortalecimento do capitalismo. Já não era mais possível, com tal cenário, pensar em apenas uma cultura para todos e começam a ser reconhecidas outras formas de cultura, não mais apenas a alta cultura ou a cultura erudita e literatura, mas as construídas com a prática cotidiana, a popular e até mesmo os meios de comunicação de massa. É nesse contexto que Edward P. Thompson apresenta a essência da proposta dos Estudos Culturais, com o pensamento que vai além das determinações sócio-históricas. E, de acordo com Thompson:

Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E, em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial. Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos [...]. O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior — a ‘revolução industrial’ — atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade [...]. A classe operária formou a si própria tanto quanto

foi formada (THOMPSON *apud* COSTA, 2012, p. 166).

As relações de classe² são compatíveis com um dos focos do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), já que este reflete a luta implícita da classe operária por sua auto expressão (SCHULMAN, 2014, p. 113). Para Williams, a inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos poderia contribuir democraticamente para uma mudança social e a causa tornou-se o impulso de seu projeto intelectual, como relata Cevasco (2003).

Sobre as influências de Marx nos Estudos Culturais, Johnson (2014) lista em particular três delas:

A primeira é que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que a cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. E a terceira, que se deduz das outras duas, é que a cultura não é um campo autônomo nem extremamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais (JOHNSON, 2014, p. 10).

Além disso, o autor ainda destaca a importância que os Estudos Culturais vêm ganhando, considerando a amplificação dos conhecimentos desenvolvidos na área na academia. Já Escosteguy (2014) aponta que:

Os Estudos Culturais atribuem à cultura um papel que não é totalmente explicado pelas determinações da esfera econômica. [...] A perspectiva marxista contribuiu para os Estudos Culturais no sentido de compreender a cultura na sua “autonomia relativa”, isto é, ela não é dependente das relações econômicas, nem seu reflexo, mas tem influência e sofre consequências das relações político-econômicas (ESCOSTEGUY, 2014, p. 95).

A respeito dessas relações, serão analisadas a seguir algumas contribuições dos autores dos Estudos Culturais para a compreensão da sociedade contemporânea e sua relação com os processos comunicativos, haja vista que em muitos desses aspectos, o campo da comunicação manifesta-se como um contexto privilegiado para a análise dos conceitos de cultura e de identidade cultural.

1.2 Nas entrelinhas da Comunicação e dos principais conceitos dos Estudos Culturais

As pesquisas na área da comunicação envolvendo as questões culturais também têm se multiplicado na academia. Considerando a atualidade do tema, Moraes *et al.* (2019, p. 14)

² De acordo com Palha (2002), na teoria marxista surge um conceito-chave denominado hegemonia cultural, no qual Antonio Gramsci trata da relação de classe.

afirmam que:

O século XX assistiu ao desenvolvimento de um sem número de estudos sobre o fazer comunicativo e mais especificamente sobre os meios de comunicação. As importantes transformações sociais e econômicas vividas no mundo neste período, o processo de urbanização, a consolidação do capitalismo industrial e o surgimento da sociedade de consumo, dos meios de comunicação de massa podem ser apontados como fatores a impulsionar a produção de conhecimento na área. De fato, ao longo do tempo, vários autores construíram corpora teóricos para o estudo do papel e da influência dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, utilizando perspectivas distintas que variaram de acordo com o ambiente sociocultural e as injunções históricas, econômicas e políticas existentes à época em que se foram formuladas. A heterogeneidade de abordagens teóricas reunidas sob o guarda-chuva da ‘teoria da comunicação’ traz consigo uma grande dificuldade de sistematização e diferentes possibilidades de agrupamento. Distintos caminhos e categorizações são possíveis para a apresentação de um panorama dos estudos na área.

Nesse sentido, o poder político das empresas de comunicação, a relação entre a comunidade e as empresas jornalísticas, o discurso midiático e as relações de poder são alguns dos temas abordados. A identidade ganha força nesses estudos, principalmente pelo viés da discussão da influência dos meios de comunicação de massa.

Por ter iniciado o seu desenvolvimento a partir da análise das sociedades modernas industriais, os Estudos Culturais abrangem diferentes formas de produção cultural e que se estendem às artes, crenças, instituições e práticas comunicativas de uma sociedade. Assim, “[...] os Estudos Culturais se aproveitam de quaisquer campos que forem necessários para produzir o conhecimento exigido por um projeto particular” (NELSON *et al.*, 2013, p. 8). E é nesse momento que os meios de comunicação de massa entram como um fator decisivo para essa transformação cultural, bem como para o acesso da massa à cultura que de fato lhe representa. Acerca disso, Stuart Hall (2016) revela que “[...] uma variedade de mídias; especialmente, nos dias de hoje, na moderna mídia de massa, nos sistemas de comunicação global, de tecnologia complexa, que fazem os sentidos circularem entre diferentes culturas numa velocidade e escala até então desconhecidas na história” (HALL, 2016, p. 22).

Um pensador que não poderia deixar de ser citado para quem se propõe à tarefa de pesquisa em três pilares — Estudos Culturais, Comunicação e História — é o antropólogo e filósofo ibero-colombiano Jesús Martín-Barbero, um dos mais conhecidos e influentes cientistas da área da comunicação. Falecido recentemente, em junho de 2021, vítima de covid-19, ele deixou um legado de anos de dedicação ao ensino e à pesquisa da comunicação latino-americana, especialmente com sua principal obra *Dos meios às mediações*, lançada em 1987, que traz uma análise da ideia moderna de nação pela unificação das sociedades, principalmente das consideradas “de massa” e as novas formas que as pessoas passaram a se comunicar. A cultura agora passa a ser destaque, “[...] o eixo do debate deve se deslocar dos

meios para as mediações, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 258).

Para o autor, a informação que se restringia a ser estudada basicamente por sua fonte, seu transmissor, o canal e o destinatário de uma mensagem não são elementos mais importantes que do os processos da comunicação, já que todos os elementos devem ser estudados em conjunto, pois há uma interdependência entre eles. Ao limitar-se a estes elementos, a informação era percebida apenas como uma mercadoria, um capital de troca e, por isso, a necessidade de se entender como as pessoas se comunicam e onde acontecem os processos de comunicação. E agora, não apenas a comunicação da elite, mas a comunicação existente no popular e nos rituais da vida cotidiana passaram a despertar o interesse de outros estudiosos, como o marxista Raymond Williams (2015).

Ao tratar a questão da cultura como algo comum a todas as pessoas, Williams (2015) advoga que os modos e hábitos de pessoas mais simples foram utilizados pela elite para categorizar esses indivíduos como a “massa” da sociedade e critica como “ridícula” a tentativa de compreender a nova cultura, conforme expressou:

As massas não existem de fato, o que existem são modos de ver pessoas como massas. Com o advento da industrialização, grande parte da antiga organização social desapareceu, e o fato de ver o tempo todo gente que não conhecemos se tornou uma experiência pessoal complicada, daí um passo para classificar essas pessoas em massa como “os outros” (WILLIAMS, 2015, p. 16).

Hall (2003) introduziu a definição do que seja popular como algo mais ligado ao conceito antropológico do termo, como “[...] a cultura, os valores, os costumes e a mentalidade do ‘povo’. Aquilo que define seu ‘modo característico de vida’” (HALL, 2003, p. 256). Para o autor, um dos principais meios de expressão cultural de um povo é a imprensa. Hall (2003) contextualiza que a imprensa local da classe trabalhadora foi amplamente marginalizada até o começo do século XX pela imprensa liberal da classe média, mas houve um momento de ruptura, de resistência. Com a nova imprensa comercial de caráter mais popular atingindo novos espaços, foram necessárias mudanças e outros setores foram atingidos:

Isso exigiu uma reorganização geral da base de capital e da estrutura da indústria cultural; o atrelamento a uma nova tecnologia e a novos processos de trabalho; o estabelecimento de novas formas de distribuição, que operavam através dos novos mercados culturais de massa. Mas um dos efeitos principais foi a reconstituição das relações políticas e culturais entre as classes dominantes e dominadas: uma mudança intimamente ligada à contenção da democracia popular na qual “nosso estilo democrático de vida” hoje parece tão firmemente baseado (HALL, 2003, p. 251).

Ao iniciar a sua investigação na área das mídias sociais e sua influência na constituição das identidades, dando espaço a novos estudos sobre a cultura da mídia e sua potente capacidade de influenciar modelos de sociabilidade, os meios de comunicação passam a ser objeto de estudo no campo dos Estudos Culturais. Escosteguy (2014) destaca como foi o processo de compreensão dos meios de comunicação por esse campo:

Discordando do entendimento dos meios de comunicação de massa como simples instrumentos de manipulação e controle da classe dirigente, os Estudos Culturais compreendem os produtos culturais como agentes da reprodução social, acentuando sua natureza complexa, dinâmica e ativa na construção da hegemonia. Nesta perspectiva, são estudadas as estruturas e os processos através dos quais os meios de comunicação de massa sustentam e reproduzem a estabilidade social e cultural. Entretanto, isto não se produz de forma mecânica, senão se adaptando continuamente às pressões e às contradições que emergem da sociedade, e englobando-as e integrando-as no próprio sistema cultural (ESCOSTEGUY, 2014, p. 96).

São por meio de representações populares que se encontram elementos de reconhecimento e pertencimento, e ainda mais de identificação que as relações culturais podem influenciar as pessoas. “Não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica, autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação cultural” (HALL, 2003, p. 254).

Os meios de comunicação também foram objeto de estudo do antropólogo Néstor García Canclini e as relações entre comunicação, consumo e cidadania. Ligado a uma corrente dos Estudos Culturais latino-americanos, Canclini apresenta uma ligação ao autor Jesús Martín-Barbero e, ao escrever o prefácio da obra *Dos meios às mediações* (1997), ele corroborou as ideias do autor ao afirmar que os meios de comunicação não podem ser considerados as principais causas da homogeneização das culturas, diferentemente dos primeiros investigadores que defendiam que os meios de comunicação detinham o poder de controle social ao mudar as crenças, costumes e tradições culturais de uma região.

Trazendo um novo conceito ao debate, Canclini (2008) apresenta o termo de hibridação, já que novas práticas culturais são formadas, mesmo que de forma involuntária, quando uma cultura sofre o contato com outra, o que é muito comum nos tempos modernos, especialmente na América Latina. De forma crítica, porém, ele analisa o fato dos meios de comunicação não buscarem a preservação das antigas tradições culturais, buscando apenas produzir o que seria importante para a indústria cultural, almejando a popularidade: “[...] o popular não consiste no que o povo é ou tem, mas no que é acessível para ele, no que gosta, no que merece sua adesão ou usa com frequência” (CANCLINI, 2008, p. 261). Na mesma linha de pensamento, Martín-Barbero (1997) complementa:

A televisão unifica para todo o país uma fala na qual, exceto para efeito de folclorização, a tendência é para a erradicação das entonações regionais. E com sua obsessão pelo que é atual, ou melhor, pela atualidade, a televisão suplantar as temporalidades e os ritmos num discurso que procura tornar tudo contemporâneo (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 268).

Ao ter seu contato com a mídia, o receptor da mensagem traz sua bagagem de conhecimento, de memórias anteriores ou um passado cultural fundamental na compreensão da transmissão da mensagem pela imprensa. As experiências anteriores do sujeito tornam-se, portanto, fundamentais para sua formação e, por isso, a memória coletiva pode influenciar a construção e fortalecimento das identidades e da cultura de uma sociedade.

Especialmente em países do terceiro mundo, os pós-coloniais, a busca pela identidade também traz grandes mudanças no campo social. Ao tentar desvencilhar-se do discurso do colonialismo que impôs, por intermédio de estratégias econômicas, culturais, religiosas e místicas, o poder sobre o colonizado, este, agora, luta num processo de resistência para se livrar do poder colonial. Tratando-se de identidade, principalmente do colonizado a partir do processo de descolonização, começa também o surgimento de novas identidades, já que o seu mundo exterior sofre mudanças e ele (o sujeito) acaba por assumir estas novas identidades nesse processo histórico (HALL, 2003). Deve-se considerar que os sujeitos colonizados não criam novas identidades, mas resgatam as que foram submetidas durante o processo de colonização.

Entendendo que a identidade surge a partir da relação com o “outro”, é assim que se percebe a “diferença”. Precisa-se dessa relação para se constituir identitariamente, mas não apenas. São nas formas discursivas, ou seja, a partir de perspectivas discursivas e seus significados que surge o conceito de diferença e, para Brah (2006, p. 373), “[...] a formação discursiva é também um lugar de poder”. E essa ideia fica muito evidente nos processos de colonização, no qual os colonizados absorvem a identidade de inferioridade imposta pelos colonizadores. A reversão começa a surgir com a perspectiva de(s)colonial, em que a negação do discurso colonizador acaba trazendo o sentimento de pertencimento de seus sujeitos. A hegemonia imposta dá lugar ao diferente, já que, de modo inevitável, esses sujeitos colonizados subalternos possuem diferenças, são heterogêneos (SPIVAK, 2010).

Em *O local da cultura* (1998), o crítico literário indiano Homi Bhabha analisa o hibridismo e todo o processo de intercâmbio das culturas a partir das colonizações e na construção da imagem do colonizado, que sofre influências também em outras áreas como a religião. Sua análise parte de uma experiência pessoal, já que a Índia foi colonizada pelos ingleses por aproximadamente dois séculos e, com isso, o autor traz uma reflexão da violência na dinâmica de imposição de novas culturas e as relações entre

colonizadores/opressores e colonizados/oprimidos. Ao abranger o hibridismo, Bhabha (1998) apresenta a importância da diversidade cultural e da diferença cultural:

A diversidade cultural é um objeto epistemológico — a cultura como objeto do conhecimento empírico — enquanto a diferença cultural é o processo da enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. [...] a diferença cultural é um processo de significações através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou de cultura da humanidade. [...] o conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação. E é a própria autoridade da cultura como conhecimento da verdade referencial que está em questão no conceito e no momento da enunciação (BHABHA, 1998, p. 63-64).

Todos esses conceitos são importantes, pois ajudam a compreender que as identidades estão em constante transformação e mudança, e como a cultura exerce forte influência nesse processo contínuo de construção de identidade, já que o tema vem ganhando destaque nas inúmeras pesquisas relacionadas ao pós-modernismo ou modernidade tardia, especialmente nos Estudos Culturais. Outro conceito envolvido na compreensão sobre a construção das identidades é a representação. De acordo com Woodward (2012, p. 18), “[...] a representação, como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia”. Ainda segundo a autora,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (WOODWARD, 2012, p. 17-18).

Os meios de comunicação, por veicularem linguagens e discursos, podem oferecer essa representação e por isso são fundamentais para a construção de identidades. Ao produzir sentidos em suas notícias, produzem também significados e contribuem com a constituição da formação social, além da memória e ainda:

A notícia também é um produto mercadológico, com um modo de produção com critérios comuns a toda a imprensa e particularidades — linha editorial de cada empresa, relações com anunciantes, impressões dos jornalistas — que garantem as condições de produção do discurso jornalístico. Ao construir a realidade mediante um modo de funcionamento, o jornalismo pode construir também identidades. E o faz buscando no que é vivido pelos grupos (culturas) e nas suas representações elementos para recriar identidades (FELIPPI, 2008, p. 8).

Embora tenham importância na construção da memória de uma sociedade, a imprensa

escrita, em geral, guarda memórias da produção histórica e pode revelar-se como uma voz mais próxima da realidade do povo, conforme explica Hall (2012, p. 108-109):

As identidades parecem evocar uma origem que residiria no passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção, não daquilo que somos, mas daquilo no qual nós nos tornamos; tem a ver tanto com as questões “quem nós somos” ou; “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”; “como nós temos sido representados”; e como essas representações afetam a forma como nós podemos representar a nós próprios.

Assim, considerando sua importância, faz-se necessário conhecer a mídia interiorana e sua relação com o jornalismo impresso, que serão os aspectos que trataremos a seguir.

2 UMA ANÁLISE CULTURAL DA MÍDIA IMPRESSA

O avanço da tecnologia nos tempos atuais transformou a maneira das pessoas terem acesso às suas notícias diárias, já que tornou a leitura mais dinâmica e rápida com tudo o que precisam na palma da mão, mas houve um grande caminho percorrido pelos meios de comunicação até a era digital. Determinados autores dedicam-se a analisar a história da comunicação pela perspectiva sociocultural, especialmente a partir da invenção da prensa gráfica por Gutenberg até às inovações trazidas para o campo com a internet.

Marialva Barbosa (2010), em sua obra *História Cultural da Imprensa* traz uma investigação sobre a história cultural da imprensa carioca com o estudo de suas narrativas e práticas envolvendo tanto os agentes como o público-alvo de alguns jornais impressos. Ao abranger campos da Sociologia, História e Literatura, analisa por meio imprensa uma época do Brasil, especialmente da monarquia à república, e ressalta a importância desses registros em diversas passagens de sua obra. Para a autora, “[...] a história só existe no presente porque o passado deixou inscritos, no nosso aqui e agora, vestígios múltiplos que indicam a existência desse passado” (BARBOSA, 2010, p. 11).

Importante para o processo de socialização dos indivíduos, Sousa (2006) afirma que os meios de comunicação social, assim como as famílias e a escola, intercedem na transmissão de valores, normas e comportamentos de uma determinada sociedade, além de importantes para a “[...] transmissão de herança cultural de geração em geração” (SOUSA, 2006, p. 61). O autor ainda complementa:

A comunicação configura-se como uma relação social que cria vínculos e elos, sendo indispensável à sobrevivência do homem, individualmente e enquanto espécie, bem como à manutenção da sociedade ou, paradoxalmente, à mudança social. A comunicação é, portanto, o sustentáculo e o lubrificante da sociedade e da cultura. É comunicando que os seres humanos constroem e reconstruem a sua identidade, dão significados a si mesmos e ao mundo, aprendem e reformulam os seus papéis sociais (que encenam constantemente), posicionam-se na sociedade e nos grupos e organizações sociais (o que apela aos conceitos de estatuto, poder e ideologia), adquirem e mudam valores, aprendem normas, negociam compromissos que permitem a integração sócio-cultural. O homem não é um ser isolado e precisa se comunicar (SOUSA, 2006, p. 64).

As expressões comunicacionais da cultura podem ser manifestadas de diversas formas, sejam elas individuais ou coletivas (SOUSA, 2006, p. 71). Ao analisar as formas de comunicação das sociedades atuais, é possível aprofundar os questionamentos sobre a necessidade e as diversas maneiras que o homem buscou para se comunicar e garantir que as suas histórias socialmente relevantes permanecessem preservadas.

2.1 O processo de inovação cultural e o desenvolvimento da imprensa

A escrita, sem dúvida, foi um marco no passo da humanidade ao permitir que as informações fossem repassadas de geração em geração sem sofrer as possíveis interferências da comunicação oral. Primeiramente, peças de argila e madeira eram utilizados nos primeiros registros da escrita, seguidos do papiro e depois do pergaminho, materiais básicos para o desenvolvimento da escrita (SOUSA, 2006, p. 550).

De tão relevante para o desenvolvimento humano, a técnica da escrita marca a chegada de um novo período da história, onde passou-se da Pré-história (antes da escrita) para a História, aproximadamente 4.000 a. C pelos povos sumérios na antiga civilização mesopotâmica. Collaro (2007) afirma que a civilização sempre teve uma preocupação em deixar registros dos seus feitos e de suas aspirações e que, inicialmente, esses registros eram realizados por meio de desenhos, depois com ícones ainda hoje visíveis nas pinturas rupestres.

Outro grande passo foi a utilização do papel pelos chineses. Por volta do século XII, o produto passou a ser uma mercadoria de exportação para a Europa em substituição ao papiro, utilizado na Idade Média pela igreja católica e contribuiu para a posterior disseminação da informação a uma parcela maior da população que antes era limitada “[...] devido à prossecução de estratégias de dominação sócio-política e religiosa” (SOUSA, 2006. p. 137) . O processo, porém, teve sua evolução, conforme explica Collaro (2007, p. 135),

A princípio, para reproduzir um texto ou uma imagem, era necessário copiá-lo manualmente, de modo que cada cópia era na verdade um original. Para tornar esse processo mais rápido, começou-se a buscar formas de reproduzir os originais. Um dos primeiros métodos de reprodução foi a xilografia — xilo= madeira + glifo (marcar) + ia (ação) —, sistema que consiste em desenhar a imagem desejada invertida sobre uma prancha lisa de madeira, retirando tudo o que não faz parte da área desenhada, de modo a deixar em relevo a imagem para reprodução gráfica. Feita a prancha, o artesão coloca-a sobre um plano e, com um rolo, passa sobre ela a tinta, que se deposita somente nos grafismos em relevo; na sequência, coloca um suporte (papel) sobre a prancha 'entintada' e pressiona-o, fazendo com que a imagem reproduza no suporte.

Asa Briggs e Peter Burke (2004) defendem que antes da disseminação da comunicação escrita, a Europa medieval — assim como a Grécia antiga — possuía uma cultura essencialmente oral, constituindo um público ouvinte, e não leitor, sendo os sermões um meio importante para a disseminação das informações. Referindo-se a uma visão histórica, são possíveis distinguir três modos de comunicação:

1. Culturas orais em que a linguagem assume uma forma puramente oral. Essas são tipificadas por linguagens locais; são hoje em dia, e tem sido há longo tempo, relativamente raras.
2. Culturas escritas em que a linguagem assume somente uma forma escrita, porque a forma oral não mais existe. Essas são tipificadas pelas línguas clássicas.
3. Culturas compostas em que uma linguagem assume tanto formas orais, quanto escritas, para todo o povo ou para uma proporção dele. Somos obrigados a categorizar mais e distinguir entre culturas universalmente alfabetizadas, que nós muito facilmente admitimos de modo tácito, mas que são historicamente incomuns, e culturas restritamente alfabetizadas, em que a maior parte das pessoas vive à margem, mas sob o domínio do registro escrito (PRINS, 2011, p. 171).

Sobre as práticas discursivas orais, Prins (2011) dedica um capítulo sobre o tema da história oral. Para o autor, essa forma de comunicação não registrada de forma documental teve grande contribuição para a história social, principalmente nas sociedades não alfabetizadas. Mas apesar de ainda ser utilizada como fonte de pesquisa, a fragilidade das fontes orais é irreparável, podendo gerar uma história inadequada (PRINS, 2011, p. 167).

A comunicação oral foi particularmente importante, já que diversos historiadores da antiguidade também se valiam delas nas primeiras escrituras sobre os acontecimentos importantes de sua época, como o caso de Heródoto³ (ALBERTI, 2020). Já a época da Revolução Francesa⁴ foi de intensos debates, discursos na Assembleia Nacional e nos clubes políticos recém-formados em Paris e em outras cidades (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 104).

Aliada ao desenvolvimento dos meios de transporte, a evolução do telégrafo Morse⁵ estabeleceu uma nova fase da comunicação, já que a chegada da imprensa na Idade Moderna impulsionou a velocidade do fluxo das notícias. A partir do desenvolvimento de diversas fábricas de papel na Europa, a informação escrita passou a se disseminar. Para Magalhães (2003), a escrita diversificou o acesso à cultura ao expressar, de forma mais ampla, os valores de determinados grupos e as questões de identidade.

Com a introdução das máquinas à vapor, os custos de impressão diminuíram, propiciando um aumento no número de tiragens de folhetos, livros e jornais e, conseqüentemente, ampliando o acesso de novos públicos consumidores, entre eles mulheres e estudantes, já que no “[...] início da era moderna europeia constituía uma sociedade pouco

³ Para Silva (2015), Heródoto foi o primeiro a conceber um método histórico capaz de reconstituir e explicar a história do seu tempo.

⁴ Fato ocorrido no período de 1789 a 1799, na França. A Revolução Francesa é considerada um marco na história da humanidade, porque inaugurou um processo que levou à universalização dos direitos sociais e das liberdades individuais a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com o fim do absolutismo no país. A revolução teve uma grande participação popular e atingiu um alto grau de radicalismo, uma vez que a situação do povo francês era precária em virtude da crise que o país enfrentava (SILVA, 2022).

⁵ De acordo com Zebendo e Nobre (2019), o Código Morse foi inventado por Samuel Finley Breese Morse. Seu surgimento foi necessário em razão da criação do telégrafo elétrico em 1838 pelo próprio Samuel. O aparelho tinha um código base para ser operado — Morse — em homenagem ao seu inventor. Nesse momento se desenvolveu uma das áreas mais importantes das telecomunicações.

letrada, em que somente uma minoria da população (especialmente homens, moradores de cidades e protestantes) sabia ler e menos ainda escrever” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 40).

Esta não era uma conjuntura exclusivamente ocidental. A colonização (séculos XVI-XVIII), a dominação imperialista (século XIX) e a descolonização (Século XX) nas Américas, África e Ásia engendraram processos de difusão da cultura escrita em moldes ocidentais através dos imperativos da urbanização, dos sistemas econômicos de exploração agro-extrativista/comércio e da implantação de administrações burocráticas, que vieram mesclar-se (ou não) a tradições escritas autóctones, em seus diferentes usos. De fato, no mundo inteiro, evidenciava-se a expansão da cultura escrita em sociedades que, em maior medida, apresentavam padrões de agrafismo – e esta realidade era geral mesmo no Velho Mundo. Precisamente, foi a novidade da Modernidade (século XVIII): a democratização (irregular, mas pretendida intencionalmente) da cultura escrita, como requisito para as Luzes (MAGALHÃES, 2003, p. 12).

As iluminuras⁶ e demais manuscritos antecederam processos industriais de impressão. Assim como as artes visuais, foram produzidos em número cada vez mais elevado nos dois séculos anteriores à invenção da impressão gráfica, nova tecnologia introduzida para satisfazer uma demanda crescente por material de leitura (BRIGGS; BURKE, 2004).

O avanço da comunicação escrita, porém, deve-se à incorporação da tipografia moderna. A invenção da prensa gráfica na Europa data da década de 1450 por Johan Gutenberg de Mainz, com a impressão de um exemplar da Bíblia (de Gutenberg), por meio de caracteres móveis metálicos agrupados. Apesar da técnica já ter sido utilizada anteriormente, Gutenberg utilizou o metal fundido (SOUSA, 2006, p. 146). Percebe-se, portanto, a influência da igreja — em especial o protestantismo de Martinho Lutero⁷ na expansão da impressão gráfica, já que a leitura da Bíblia estava relacionada a uma condição de salvação pessoal. Entretanto, a invenção de Gutenberg não foi bem aceita por toda a sociedade inicialmente, conforme aponta Collaro (2007):

Com a xilografia, empresas de impressão começaram a florescer no mundo ocidental. Mas o processo ainda era demasiadamente artesanal, pois cada impresso era necessário esculpir uma matriz diferente [...] O invento foi tão bem-sucedido — especialmente depois que ele passou a fundir as letras em chumbo para torná-las mais resistentes e duráveis — que passou a ser perseguido pelos escribas da época, que viam em sua impressora a extinção de sua profissão (COLLARO, 2007, p. 136).

A produção em grande escala de livros antecedeu a publicação dos periódicos, das

⁶ Para Visalli e Godoi (2016), as iluminuras são um tipo de imagem essencialmente medieval — sua feitura se inicia com a produção de manuscritos, no período medieval, e tem o seu sentido modificado, além da diminuição de sua produção e circulação, ao longo do desenvolvimento da imprensa. Na definição contemporânea, a iluminura é uma imagem feita em um manuscrito, assim como a miniatura.

⁷ Martinho Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483, véspera do dia de São Martinho, em Eisleben, pequena cidade ao leste da Alemanha. Foi o responsável pela escrita das 95 Teses de Lutero que contestavam a venda de indulgências. O fenômeno da Reforma Protestante, ocorrido na Europa do século XVI, foi um dos mais importantes da chamada Idade Moderna.

folhas volantes e gazetas, antes escritas de forma manuscrita em um trabalho muito mais artesanal e, portanto, vagaroso. A partir do século XVI, tipógrafos passaram a adaptar a impressão dos periódicos na tipografia, como afirma Sousa (2006):

Embora até ao século XV tenham sido utilizados vários processos tipográficos (como a xilografia), muitos deles originários da China, foi a invenção da moderna tipografia (ou imprensa) com caracteres metálicos móveis, por Gutenberg [...] em Estrasburgo, que permitiu a explosão da comunicação e a circulação de informações e ideias a uma escala nunca vista até então (SOUSA, 2006, p. 137).

A relação entre a tipografia gutenberguiana e os livros também é analisada pelas autoras Martins e Luca (2020), que defendem, de um sentido ampliado, que ambos são definidos como imprensa. Além de notícias, na década de 1920 e 1930 do século XIX, era comum que periódicos reproduzissem parte de livros nacionais ou a tradução dos livros estrangeiros, sendo responsável pela divulgação e, até mesmo, reinterpretação de textos inacessíveis a uma grande parcela da população.

Dessa maneira, com a ampliação da alfabetização e a divulgação da imprensa, as zonas de encontro de pensadores ampliam-se e as discussões que eram realizadas dentro das universidades pelos intelectuais passaram a ser projetadas para fora dos centros de estudo. Conforme afirma Sousa (2006), “[...] o processo de comunicação em sociedade já não é o mesmo já que a transformação ocorrida pelo acesso a livros, jornais e revistas modificaram a cultura e a esfera pública moderna” (SOUSA, 2006, p. 138).

O conceito de espaço público, antes restrito a lugares onde se debatiam as opiniões intelectuais, tomavam-se decisões políticas com exercício do poder, foi ampliado para os espaços da imprensa. Sobre isso, Sousa (2006) afirma que:

Concretizava-se, inicialmente, na vida social, nos debates racionais sobre política, economia, assuntos militares, literatura e artes que ocorriam nos cafés, clubes e salões, bem ao gosto do espírito iluminista. Porém, a explosão da imprensa transferiu para os jornais e revistas os debates que anteriormente se desenvolviam nesses lugares. A imprensa tornou-se, assim, a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno (SOUSA, 2006, p. 40).

Corroborando esse pensamento em que são apresentados os espaços alcançados pela imprensa, especialistas utilizam-se deles como nexos ao pesquisarem sobre diversos temas das ciências sociais, já que “[...] a história da imprensa é irmã siamesa da cidadania, do espaço público compartilhado e da democracia. [...] Não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país” (MARTINS; LUCA, 2020, p. 8).

Burke (2011), um importante historiador cultural, traz em suas discussões o papel da

mídia e sua contribuição para a história da sociedade. Antes de iniciar suas considerações sobre a mídia, em sua obra *A escrita da história*, ele faz uma analogia quando, ao introduzir o termo da cultura, afirma que historiadores culturais encontram dificuldades, pois a definição de cultura, antes ligada às áreas da literatura, artes e música volta-se agora a uma definição antropológica do termo (BURKE, 2011, p. 9). Já no campo pedagógico, para a autora Suzana Marly da Costa Magalhães, o crescimento progressivo do acesso à cultura escrita tornou-se o fenômeno de maior destaque no campo educativo do século XX, pois, segundo a autora, “[...] a difusão do texto escrito revelou-se gradual, mas inexorável, embora com ritmos e níveis de completude diversos, a partir de uma trama complexa de fatores econômicos, políticos e culturais” (MAGALHÃES, 2003, p. 12).

Todavia, foi nos jornais impressos que, por um período, uma população de mais baixa renda teve acesso à literatura, já que os jornais, por vezes, transcreviam e até mesmo traduziam longos trechos de livros em suas páginas, tornando-se, assim, veículos de disseminação em uma época em que muitos não tinham acesso aos literários (MARTINS; LUCA, 2020, p. 37). Além disso, Collaro (2007) defende que o “[...] o jornal é uma das formas mais antigas de comunicação impressa e constitui o meio de comunicação impresso mais rápido e imediato, contendo notícias, idéias e comentários sobre os acontecimentos diários” (COLLARO, 2007, p. 52).

Sousa (2006) argumenta a grande importância da imprensa na democratização da cultura em termos mundiais e ainda a sua contribuição para as mudanças político-sociais que transformaram a civilização ao longo da história, especialmente a partir da circulação em massa dos livros, jornais e revistas. Estes passam, então, a tornar-se espaços de debates públicos, o que antes estava restrito a ocorrer nos tradicionais cafés e clubes das altas sociedades, passando a imprensa a ser mediadora na configuração do espaço público moderno (SOUSA, 2006). Para Magalhães (2003, p. 14):

A história da cultura escrita, na perspectiva da história cultural, serve, pois, como via de acesso, portanto, à cultura, porque expressa os valores de determinados grupos e/ou da cultura mais ampla, ao mesmo tempo em que pode transformá-los; por isso, a história da cultura escrita revela-se fecunda, na análise dos processos de perpetuação/transformação social, por demarcar o influxo de representações e seus agentes e a recepção idiossincrática dos atores, o que nos remete às questões de identidade e formação de mentalidades.

Apesar de estarem disponíveis a um número maior de pessoas, os debates disponibilizados através dos impressos só começaram a se popularizar a partir do aumento do número de tiragens. Straubhaar e Larose (2004) explicam que esse aumento se deve com a chegada da Revolução Industrial, que utilizava os meios de massa com base industrial,

trazendo uma proliferação nas impressões de livros e jornais e, assim, conforme a demanda de massa por meios impressos crescia, os meios tendiam a se tornar mais baratos.

Ainda que os custos dos impressos tivessem diminuído, Straubhaar e Larose (2004) trazem para a discussão o analfabetismo como um grande obstáculo para a difusão da cultura impressa:

A maioria dos países presenciou o crescimento de grandes jornais urbanos e um aumento da publicação de livros. Entretanto, tanto o analfabetismo quanto a falta de dinheiro continuaram a limitar a leitura. Muitas pessoas não podiam dispor do dinheiro para um jornal, nem liam tão bem para apreciá-lo. [...] Assim, vemos que a classe social está geralmente conectada ao uso da mídia. A industrialização por vezes aumenta a estratificação social. Embora muitas pessoas mais pobres avancem ao obter trabalhos industriais, as lacunas relativas entre ricos e pobres aumentaram em muito em muitos países em desenvolvimento (STRAUBHAAR; LAROSE, 2004, p. 33-34).

O primeiro jornal diário generalista, *Leipziger Zeitung*, surgiu na Alemanha, em Leipzig, em 1660 e, a partir da Europa, a imprensa chegou ao território americano (SOUSA, 2006, p. 147). Até os princípios do século XIX, a evolução técnica da indústria gráfica foi muito lenta e somente com a invenção da máquina rotativa, por Koning em 1812, que passou a permitir a produção de um número elevado de cópias a um baixo preço é que houve maior evolução. (SOUSA, 2006). Além disso, Sousa (2006) revela que não apenas o aumento da produção, mas outros fatores contribuíram para a disseminação da comunicação social ao longo do século XIX:

Em primeiro lugar, as vias de comunicação permitiram a circulação de pessoas a maior velocidade e com maior facilidade. O turismo começou a desenvolver-se. Outros factores foram o crescimento económico, o enriquecimento, a escolarização e a alfabetização (consequências do triunfo burguês e das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade propagadas pela Revolução Francesa), a urbanização e o liberalismo político (que estimulava o exercício da cidadania em liberdade). O desenvolvimento da tipografia (pela agregação da máquina a vapor às impressoras) e os processos industriais de fabrico de papel permitiram, por seu turno, o embaratecimento dos materiais impressos (livros, jornais, folhetos...) e o aumento exponencial do número de cópias (SOUSA, 2006, p. 139).

Já em terras brasileiras, assim como em outros países colonizados, a chegada da imprensa só ocorreu aproximadamente 300 anos depois. Para o historiador e jornalista Marco Morel (2020), comparado a outras regiões da Europa que registravam as primeiras tipografias desde meados do século XV, e de outros países americanos que, mesmo de forma escassa, já desenvolviam atividades de impressoras no século XVI, as impressões no Brasil surgiram de forma tardia, como será explicado no próximo tópico.

2.2 O crescimento da imprensa brasileira

Na coletânea intitulada *História da Imprensa no Brasil*, as autoras Martins e Luca (2020) dividem em três etapas da evolução da imprensa no país. Para elas, o tema pode ser desmembrado em como ocorreu o primórdio da imprensa no Brasil, depois como foram os tempos eufóricos da imprensa republicana e, por fim, o desenvolvimento da imprensa a partir da década de 1950 do século XX até os dias atuais.

Já na introdução da obra, as autoras trazem um resumo de como ocorreu a implantação da imprensa, sendo um jornal produzido em Londres, na Inglaterra, em 1808, o primeiro periódico a circular em terras brasileiras. Intitulado *Correio Braziliense*⁸, continha em suas pautas os problemas da Colônia, mas era acessível primeiramente aos nobres e plebeus no Novo Mundo e, após atravessar o oceano, passaria a circular no Brasil (MARTINS; LUCA, 2020, p. 7).

Para Morel (2020), esse periódico se tornaria o pioneiro em denominar, em um órgão de imprensa, o Brasil como “império”, já que o seu redator em Londres, Hipólito da Costa, manifestava em suas publicações grande articulação política, trazendo debates públicos e defendendo as modernas liberdades, em oposição às tradicionais gazetas. Por isso, sua circulação era considerada proibida e perseguida no Brasil e em Portugal, o que não impediu que ocorresse a sua circulação, inclusive entre as autoridades. O autor complementa, porém, que este não teria sido o primeiro periódico impresso na Europa e lido no Brasil, e que já era comum, desde o século XVIII, o recebimento de jornais europeus que eram lidos na colônia portuguesa, pois “[...] desde 1778, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* circulava pela América portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro. O mesmo ocorria com as demais publicações impressas em Portugal e outras partes da Europa” (MOREL, 2020, p. 30).

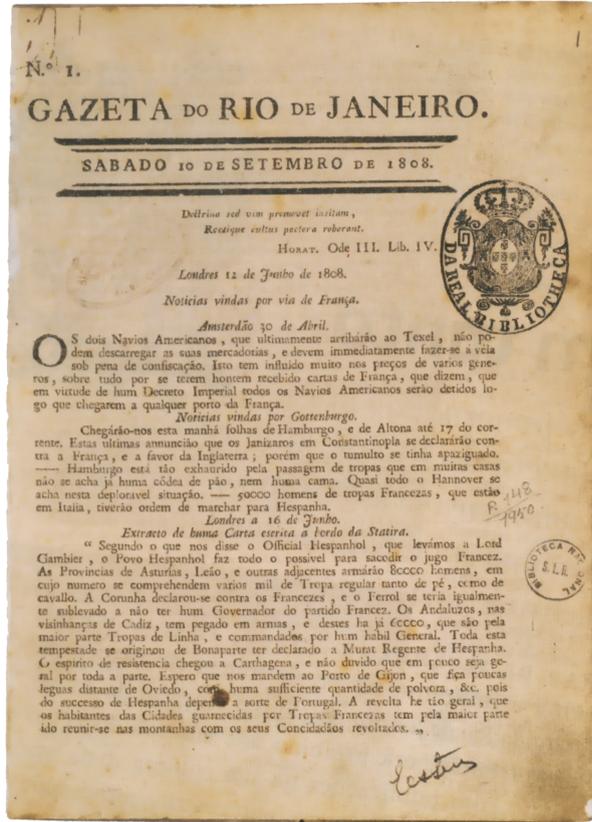
Embora diversos assuntos fossem tratados nesses periódicos, como cultura, notícias científicas, literárias, históricas e suas opiniões e ideais, foi somente a partir de 1808 que houve o registro de um debate e uma divergência política com a “[...] criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas assim publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada opinião pública” (MOREL, 2020, p. 30).

Diferentemente do perfil crítico do periódico anterior, em sequência, surge a *Gazeta*

⁸ O *Correio Braziliense* ou *Armazem Litterario* é considerado o primeiro jornal brasileiro, publicado em Londres durante 14 anos (junho de 1808 a dezembro de 1822), num total de 175 números, chegando ao Brasil, pelos tempos de viagem marítima da época, entre 45 a 90 dias depois. O redator do *Correio*, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774 - 1823), nascido na Colônia de Sacramento pertencente então a Portugal, empreendeu a tarefa de coletar materiais e redigir durante todo o tempo uma publicação que lembra pouco um jornal de nossos dias. Cada número se compunha de um volume, mensal, apresentando em média entre 72 e 140 páginas, embora alguns tenham ultrapassado 200. Era dividido em quatro seções gerais: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciência e, ainda, Miscelânea (que se subdividia em Correspondência e Reflexões).

do Rio de Janeiro⁹, a partir de 10 de setembro de 1808. Passou a ser impresso na *Impressão Régia*¹⁰, após a sua instalação, com a chegada dos maquinários que vieram para o Brasil junto com a corte portuguesa.

Figura 1 – A Gazeta do Rio de Janeiro (1808)



Fonte: imagem capturada pela autora¹¹.

Em um comparativo aos periódicos *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*, Morel (2020) relata que, apesar da divergência de opiniões, há uma aproximação inicial evidente entre eles. Enquanto um como jornal oficial, e o outro que trazia críticas ao governo, eles defendiam a idêntica forma de governo — a monarquia — a linhagem familiar e ainda “[...] apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às idéias de revolução e ruptura” (MOREL, 2020, p. 31).

⁹ O jornal é reconhecido como o primeiro editado e impresso no Brasil, rodado nas oficinas da então Impressão Régia, atual Imprensa Nacional (IN). Em seus 14 anos de circulação, apresentava um conteúdo variado de informações, numa linha parecida à dos jornais de hoje. Ao lado dos despachos régios, havia anúncios e notícias do exterior e das províncias. O último número, o 157, — de um total de 1.791 edições — circulou em 31 de dezembro de 1822.

¹⁰ A Impressão Régia foi estabelecida pelo Decreto de 13 de maio de 1808, com a finalidade de imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos provenientes das repartições reais e quaisquer outras obras. Subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sua abertura no Brasil representou o fim da proibição de instalação de tipografias, que vigorou durante o período colonial. Os prelos e tipos que serviram inicialmente na Impressão Régia vieram para o Brasil junto com a Corte portuguesa.

¹¹ Disponível em <http://bndigital.bn.br/artigos/gazeta-do-rio-de-janeiro-2/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

Esse cenário começaria a mudar a partir de 1821, quando a *Gazeta do Rio* (agora com o título reduzido) passou a defender os ideais do liberalismo e a modernidade política, posicionando-se a favor da independência, assim como ocorria em outras colônias americanas, visto que “[...] sob o poder de influenciar contextos políticos, sociais e culturais de uma determinada região, ao atravessar o oceano, a chegada da imprensa na América teria acelerado o processo de independência dos países americanos (MARTINS; LUCA, 2020, p. 37).

A liberdade de imprensa, estabelecida por meio de um Decreto de 21 de setembro de 1820, trouxe a garantia de circulação dos impressos portugueses fora de Portugal e, com isso, o fim da censura prévia (MOREL, 2020). A chegada de novos títulos não demoraria a acontecer, intensificada pela mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro:

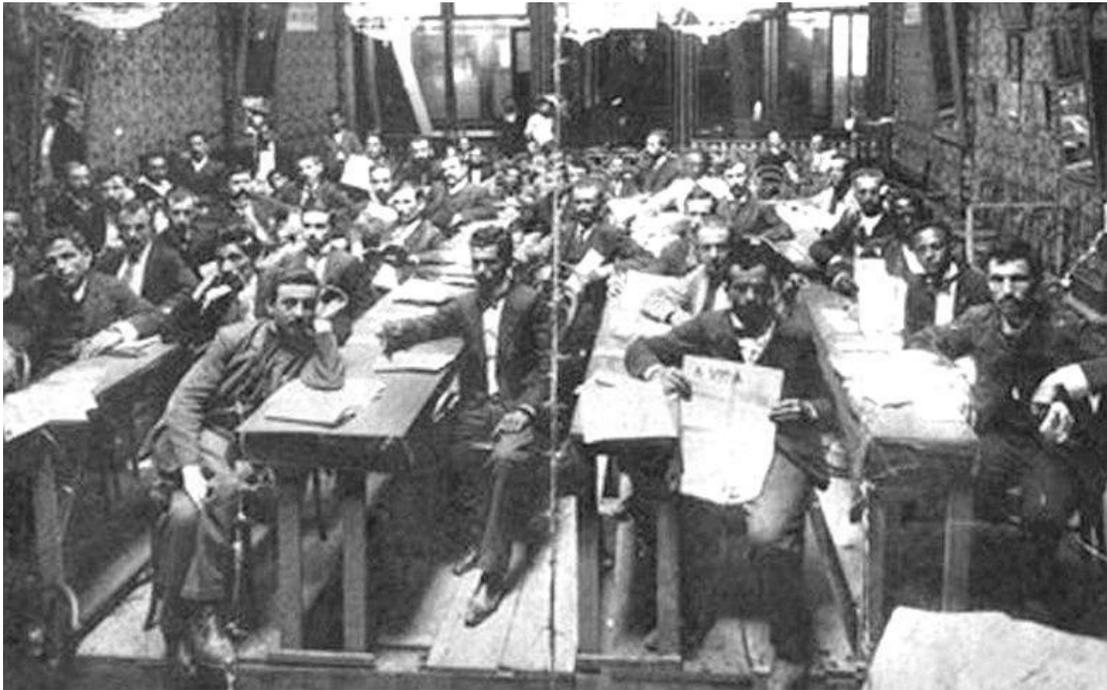
As tão citadas aberturas dos portos e fundação do Banco do Brasil, somou-se à menos propalada criação da Imprensa Régia, responsável, a médio prazo, pela impressão dos vários periódicos em terras brasileiras. Somente em São Paulo foram registrados cerca de 1.500 títulos no fim do século XIX (MARTINS; LUCA, 2020, p. 7).

Referindo-se a esta nova figura pública, os redatores, como atores históricos nos novos jornais brasileiros, Martins e Luca (2020) complementam que foram “[...] baseados nas tipografias e nas rotas de comércio como espaços de difusão cultural e sociabilidade, esses novos agentes culturais e políticos, os redatores, tinham nome e rosto na sociedade que buscava se efetivar como nação brasileira. Eram, com frequência, construtores do Estado Nacional” (MARTINS; LUCA, 2020, p. 39).

Foi a partir da década de 1850, já nos tempos de Império, que se registra uma mudança formalizada de jornais com a chegada de *O Constitucional*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*, além de outras evidências no campo da imprensa do Brasil, como a criação da profissão de jornalista e a consolidação da profissão de tipógrafo, dando forças para que estes criassem inclusive, como um movimento de reivindicação, o seu próprio periódico: o *Jornal dos Tipógrafos*¹².

¹² Os tipógrafos eram trabalhadores letrados, que tinham acesso a informações sobre o que se passava no resto do mundo, isto é, naqueles tempos, e para eles, a Europa e os Estados Unidos. A classe ergueu-se no movimento paredista (como também se dizia então), reivindicando o aumento da fêria (também como se dizia) em 1 mil-réis por dia. Resultado: praticamente paralisaram ou pelo menos prejudicaram seriamente a publicação dos jornais, ou “folhas diárias”. Foram responsáveis pela primeira greve brasileira ocorrida no início de 1858, no Rio de Janeiro: a greve dos tipógrafos.

Figura 2 – Tipógrafos durante a primeira greve no Brasil (1858)



Fonte: imagem capturada pela autora¹³.

Já no século XX, Chateaubriand pode ser associado como um grande marco para a imprensa brasileira. Francisco de Assis Chateaubriand, também conhecido como “Chatô”, nasceu no dia 4 de outubro de 1891, em Umbuzeiro, Paraíba (PB). Filho de Francisco José Bandeira de Melo e de Maria Carmem Guedes Gondim, fez seus primeiros estudos em Campina Grande e João Pessoa (PB), e tornou-se conhecido por conduzir por anos diversos meios de comunicação como revistas (*Manchete*, *O Cruzeiro*) e emissoras de rádio e televisão, sendo o fundador da *TV Tupi* (MARTINS; LUCA, 2020).

Porém, foi nos jornais impressos que ocorreu a trajetória marcante de Assis Chateaubriand, especialmente na relação entre os poderes políticos e econômicos. Martins e Luca (2020) relatam que, assim como a maioria dos donos de jornais do país, Chatô apoiou o golpe militar (1964-1985), estando à frente de campanhas como a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, ocorrida em 19 de março de 1964, anunciadora do golpe. A explicação pode estar relacionada às vantagens econômicas à imprensa:

É preciso notar, contudo, que grande parte das máquinas necessárias à efetivação dessas inovações foram obtidas com recursos provenientes de apoio a políticos e mediante chantagem junto aos empresários. Desse modo, o jornalismo era visto como uma forma de persuasão e um instrumento para fazer política. Talvez essa postura ajude a entender a “ausência de compromissos partidários” (SOTANA, 2010, p. 42).

¹³ Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-do-velho-mundo/a-primeira-greve-no-brasil/>. Acesso em: 4 fev. 2022.

No Brasil, mesmo com o advento de uma visão cada vez mais capitalista dos órgãos de imprensa e a transformação da notícia em mercadoria, com a adoção do modelo norte-americano de jornalismo, a imprensa continuaria a transmitir a sua visão do mundo (SOTANA, 2010, p. 29). Da mesma forma, Morel (2020) reitera, porém, a grande importância da eclosão dos redatores publicitários com a liberdade de imprensa. “É o tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações” (MOREL, 2020, p. 35).

Nesse sentido, “[...] sendo a informação, a educação e o entretenimento as três funções das mídias” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 187). Contudo, autores como Le Goff (2008), Zicman (1985), Luca (2008) e Barbosa (2010) relacionam a importância da mídia, especialmente a impressa, com a memória histórica de uma sociedade, como será explicado no próximo tópico.

2.3 A imprensa como fonte histórica

Há os que encontram um significado relevante ao papel da mídia impressa que chegou ao Brasil no início do século XIX. Alguns autores acentuam a contribuição da imprensa, a exemplo de Zicman (1985), que afirmou que “[...] a imprensa é rica em dados e elementos e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades [...]. Seu estudo é enriquecedor sobretudo quando se tem interesse pela História Social” (ZICMAN, 1985, p. 89). Em contraponto à comunicação de massa, a pequena mídia, como exemplo dos jornais impressos interioranos, é considerada um dos principais meios de expressão cultural de seu povo e avança no campo da história ao ser importante instrumento de preservação de acontecimentos e fonte documental para pesquisas.

Dessa maneira, pesquisadores defendem a importância do jornalismo impresso como elemento fundamental na preservação e na compreensão da história de uma sociedade. Em regiões interioranas, a imprensa carrega um papel ainda mais essencial aos seus residentes, já que, por vezes, guarda memórias e ainda pode se revelar como uma voz mais próxima da realidade do povo. Nesse sentido, a preservação de suas notícias é de extrema relevância, pois acaba por refletir a sociedade local para gerações futuras por meio de seus arquivos.

Essa memória pode influenciar a construção e o fortalecimento das identidades e da cultura de uma sociedade. De tão importante, a memória passa a ser considerada um objeto de poder e essencial para gerações futuras, e ainda, por ser rica em dados e uma importante fonte primária, a informação registrada pelos impressos, como os jornais, também merece ser reconhecida.

A preservação de suas notícias é de extrema importância, pois acaba por refletir a sociedade local para gerações futuras por meio de seus arquivos. Atualmente, não apenas historiadores, mas pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas e sociais dedicam-se a investigar com mais intensidade as inúmeras fontes primárias de registros disponíveis, entre elas, os jornais impressos.

Por isso a necessidade de se reconhecer esse patrimônio documental e cultural por meio de coletas e análises dos fatos relevantes que contribuíram para formação do indivíduo aquidauanense e, dentro das condições técnicas possíveis, promover a preservação dos materiais desgastados pelo tempo, como, por exemplo, a microfilmagem de jornais ou digitalização por aplicativos de aparelhos celulares.

Todavia, pode-se perceber que não é uma tarefa simples. De acordo com Luca (2008), o primeiro passo para se iniciar uma pesquisa em jornais é localizar a fonte e averiguar as condições oferecidas para consulta. Ao mesmo tempo, a autora traz um alerta de que a tarefa pode ser bem mais complexa do que o esperado, já que nem sempre os exemplares estão disponibilizados de forma organizada, podendo ser encontrados em péssimo estado de conservação.

Apesar de sua importância na historiografia contemporânea, os jornais nem sempre foram considerados registros oficiais. Le Goff (2008) acentua que, no fim do século XIX, o termo “documento” valia apenas para os registros considerados como textos de “testemunho válido” e substancialmente escrito, como discursos de governantes, correspondências de governo, despachos de ordens militares e atas. Os jornais, que por vezes continham relatos, não eram considerados documentos justamente por haver alguma possibilidade de parcialidade, já que “[...] considerava-se que os relatos pessoais, as histórias de vida e as biografias não contribuiriam para o conhecimento do passado, pois são subjetivos, muitas vezes distorcem os fatos e dificilmente seriam representativos de uma época ou de um grupo” (ALBERTI, 2020, p. 163). Somente com a evolução do termo, especialmente na escola positivista, é que o documento ganha destaque aos historiadores e “[...] a partir de então, todo historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento” (LE GOFF, 2008, p. 529).

Já nas primeiras décadas do século XX, surgiram novas concepções sobre a importância da ampliação das formas de uso de documentos pelos historiadores. Fundadores da revista de *Annales* deram a sua contribuição para a ampliação da noção do termo “documento” e, a partir dos anos de 1960, surge a chamada “revolução documental” e o aumento da “documentação de massa”, pois “[...] é neste momento, com o arquivo destes documentos, que surge o patrimônio cultural e a valorização da memória coletiva” (LE GOFF, 2008, p. 532).

Para Luca (2008), a construção de um conhecimento histórico utilizando este tipo de mídia impressa também passou por transformações ao longo do tempo, conforme explica a autora:

Durante o século XIX e no início do século XX prevalecia a idéia de que os historiadores deveriam manter a neutralidade perante suas fontes documentais enquanto jornais, pois estes pareciam pouco adequados ao estudo da história, pois se acreditava que, escritos em circunstâncias de interesses, compromissos e paixões, ao invés de captarem os fatos, deles forneciam imagens distorcidas, parciais e subjetivas da realidade (LUCA, 2008, p. 111).

Portanto, é possível compreender o jornal como parte dos movimentos de transformação social nos seus mais diversos setores. O jornal interiorano se aproxima ainda mais dessas transformações sociais, pois serve-se destas com uma visibilidade muito maior e carrega um papel fundamental aos seus residentes.

Um grande passo para a valorização do patrimônio documental foi alcançado com as diversas orientações elaboradas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em especial o *Programa Memória do Mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental* (1992). As orientações do UNESCO (2002) foram impulsionadas pela consciência crescente do lamentável estado de conservação do patrimônio documental e do deficiente acesso em diferentes partes do mundo.

Em atualização divulgada 10 anos depois da primeira publicação, o documento explica que o patrimônio documental está inserido no patrimônio cultural, como uma de suas categorias e apresenta a sua importância: “Ela (a Memória do Mundo) traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura” (UNESCO, 2002, p. 5). Para a UNESCO (2002), apesar do conceito de documento ser universal, ao se tratar de “patrimônio documental” há de se considerar que:

O documento apresenta dois elementos fundamentais: o conteúdo informativo e o suporte no qual esse se consigna. Eles podem apresentar uma grande variedade e ambos são seres igualmente importantes como parte da memória, como por exemplo, os itens textuais tais como manuscritos, livros, jornais, cartazes, etc. O conteúdo textual pode ter sido inscrito a tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, cortiça, pano, pedra, etc. (UNESCO, 2002, p. 11).

Apesar da definição de “documento” pela UNESCO (2002) abranger itens como manuscritos, gravuras, partituras, filmes e até mesmo sítios de internet, este trabalho irá focar em um em especial: o jornal impresso. Embora tenham importância na construção da memória de uma sociedade, em geral, os jornais impressos são pouco estudados no Brasil,

sendo considerados apenas um instrumento na maioria das pesquisas. “Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil” (LUCA, 2008, p. 111).

Barbosa (2010) defende que a imprensa escrita, por meio do registro do cotidiano de uma sociedade, por vezes deixa rastros, especialmente sobre as relações de poder existentes intrinsecamente. Para a autora, é possível analisar em fotos, ilustrações e dos textos o chamado “[...] circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre conhecido” (BARBOSA, 2010, p. 11).

Sobre a imprensa brasileira, Martins e Luca (2020) afirmam que ela nasceu conjuntamente com a nação, uma vez que o desenvolvimento delas ocorreu paralelamente e, ao mesmo tempo, se complementam. “Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado” (MARTINS; LUCA, 2020, p. 8).

Para Alves (2007), por essa razão a indispensabilidade de se escrutinar o contexto geral de um periódico e a sociedade na qual ele pertence, pois “[...] produtores e leitores são duas faces de uma mesma moeda e o jornal o espelho onde podemos confrontar estas duas realidades” (ALVES, 2007, p. 21).

Dessa maneira, pode-se compreender que, em regiões interioranas, ao relatar de forma sequencial as mudanças sociais de uma região, por vezes o jornal local guarda memórias da produção histórica, transformando-se em documento repleto de significados contemporâneos da comunidade. Informações referentes ao dia a dia podem ser consultadas nos arquivos jornalísticos, que acabam por se tornar um documento oficializador e resistente mesmo com o passar do tempo.

2.4 A comunicação mato-grossense

A imprensa no estado do Mato Grosso uno iniciou-se na capital Cuiabá com o jornal *Themis Mattogrossense*, lançado em 1839, como afirma Fernandes (2017):

As tratativas para a instalação da primeira tipografia na província iniciaram em 1837 e culminaram em 14 de agosto de 1839, com o lançamento do semanário *Themis Mattogrossense*. A instalação da tipografia foi articulada pelo então presidente provincial, o jurista Antônio Pimenta Bueno — futuro marquês de São Vicente — e

contou com a participação de lideranças de vários municípios como cotistas do empreendimento. O lançamento do jornal ocorreu sob a presidência provincial de Estevão Ribeiro de Resende.

Por um longo período, grande parte da imprensa do estado se localizava na capital. Após o periódico incipiente, em 30 de julho de 1842 surgiu o *Cuiabano Oficial*, que depois de um ano de circulação passou a chamar-se *O Cuiabano*, quando em 1845 encerrou temporariamente suas atividades, reabrindo novamente em 1847 com o título *Gazeta Cuiabana*, quando circulou por apenas mais um ano (ANDRADE, 2016).

Conforme Zaramella (*apud* ANDRADE, 2016), o *Echo Cuiabano*, foi identificado como o primeiro periódico particular de MT, seguido por *A Imprensa de Cuyabá*, fundado pelo Padre Ernesto Camilo Barreto e por João de Souza Neves, lançado em Cuiabá em julho de 1859. Segundo Andrade (2016), o periódico “[...] representou uma revolução editorial na imprensa mato-grossense, no momento em que desenvolveu nas suas páginas oposição ao governo da época, do Tenente Coronel Antônio Pedro de Alencastro” (ANDRADE, 2016, p. 5).

Considerando a recente criação do estado de Mato Grosso do Sul, ocorrida em 1977 com a assinatura pelo presidente Ernesto Geisel da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro, e sua implantação em 1979, há poucos registros da história da imprensa local que estão disponíveis para pesquisas. O primeiro registro de imprensa escrita na região ocorreu no município de Corumbá, em 1877, com o lançamento do jornal *O Iniciador*, cerca de 38 anos depois do pioneiro. De acordo com a autora, depois de Corumbá, o segundo município do MS a lançar um jornal foi Nioaque, com *A voz do Sul*, em 1894, e posteriormente Campo Grande, atual capital do estado, com *O Estado de Matto Grosso*, em 1913 (FERNANDES, 2017).

Seguindo a mesma situação, em Aquidauana poucos registros são encontrados sobre o início da imprensa escrita. O que se sabe é que o rio teve um papel fundamental para os periódicos, já que as primeiras instalações do município de Aquidauana foram em função da navegação, especialmente pela Bacia do Prata, sendo Corumbá a principal via de comunicação com o município local. Prova concreta da importância do transporte fluvial para o desenvolvimento da região são as primeiras construções que direcionaram suas entradas voltadas para o rio, nas duas margens, inclusive. Jóia (2005) apresenta ainda a importância do rio para o povoamento do município:

Aquidauana surgiu como solução para certos problemas do povoamento Pantaneiro, principalmente aqueles ligados à sazonalidade climática, como o período das cheias, que isolavam os moradores das fazendas e de outros povoados, e o das secas. O local onde surgiu o povoamento de Aquidauana era uma solução para as cheias por apresentar topografia mais elevada em relação ao nível do Pantanal. Outro atrativo considerado para a implantação do povoamento foi a suscetibilidade do rio Aquidauana à navegação, que objetivou a instalação de um entreposto comercial, a priori na margem esquerda do rio, devido à facilidade de acesso, em detrimento da

margem direita, que possuía barreiras naturais como áreas inundáveis. A montante, o rio apresentava cachoeiras que dificultavam a navegação. Assim, o rio transformou-se em via de comércio de Aquidauana para Corumbá, a jusante, e, em seguida, para outras localidades portuárias do Brasil como Santos e Rio de Janeiro (JÓIA, 2005, p. 35).

Destarte, Aquidauana foi fundada em 15 de agosto de 1892, à margem direita do rio, lugar denominado São João de Boa Vista. Além do Coronel Estevão Alves Corrêa, outros proprietários de fazendas da região também participaram de sua fundação, como João de Almeida Castro, Manuel Antônio Paes de Barros, Teodoro Paes da Silva Rondon e Augusto Ferreira Mascarenhas (ROBBA, 2006), e seu súbito desenvolvimento o levou ao reconhecimento, perante as autoridades estaduais, como município em 20 de fevereiro de 1906.

Apesar do registro de seu povoamento formal em 1892, ressalta-se que estudos defendem, além do aldeamento pelos povos originários, a existência anterior de um povoamento urbano anterior na região de Aquidauana, como afirmam os professores Carlos Martins Junior e Antonio Firmino de Oliveira Neto (2010):

Embora a fundação de Aquidauana esteja relacionada ao processo de expansão capitalista da economia brasileira, desencadeado na segunda metade do século XIX sob a liderança de São Paulo, elemento que possibilitou o povoamento do pantanal, a história da ocupação da região onde está localizada a cidade deve ser entendida como um processo bem mais amplo e de longa duração. Atentando-se somente a aspectos relacionados com o povoamento provocado pelos brancos, já que as populações indígenas ocupavam a região desde muito antes da chegada dos agentes colonizadores ibéricos, verifica-se que a primeira experiência em forma de núcleo urbano da região onde hoje se localiza Aquidauana foi de iniciativa dos espanhóis, com a cidade de Santiago de Xerez (MARTINS JUNIOR; OLIVEIRA NETO, 2010, p. 6).

Jóia (2005, p. 35) também aponta que “[...] a região já era ocupada efetivamente pelos índios Terena e pelos espanhóis que já estiveram nessa região, quando da fundação do povoado de Santiago de Xerez, que foi destruído pelos Bandeirantes Paulistas no século XVII”. Em um estudo mais aprofundado sobre o tema, Sandra Nara da Silva Novais (2004) apresenta que na região de Aquidauana teria ocorrido na segunda fase do povoamento de Santiago de Xerez, por volta dos anos 1600 a 1632, após a retirada de seus habitantes de sua primeira colonização, ocorrida próximo ao rio Ivinhema (NOVAIS, 2004). De acordo com a pesquisadora, vestígios arqueológicos foram encontrados na fazenda Buriti localizada a aproximadamente 15 km da área urbana de Aquidauana.

A historiadora Joana Neves, em sua obra *Um porto para o Pantanal* (2007) cita alguns dos principais acontecimentos da fase inicial do crescimento do povoado de Aquidauana:

A criação da primeira escola pública, que teve em Theodoro Rondon seu primeiro professor, ocorreu em 1894. Em 1895 já havia destacamento do Exército e da Polícia; a Agência do Correio foi criada em 1896. E, em 1898, foi criado o Distrito Policial e colocada a pedra fundamental da Capela de Nossa Senhora da Conceição. No ano seguinte foi levada à Paróquia da Paz, tendo sido, também, inaugurado o telégrafo Nacional. Em 1906, foram fundadas a primeira farmácia e livraria, de propriedade de Delphino Alves Corrêa; em 1907 o povoado foi elevado à categoria de Município, tendo sido construído em Termo Judiciário unido a Comarca de Miranda, sendo que, em 1911, Aquidauana foi elevada à categoria de Comarca, sendo, pois, desligada de Miranda (NEVES, 2007, p. 91).

Retornando ao período mais recente, o primeiro decreto municipal de Aquidauana foi criado em 7 de maio de 1907 e regularizou o funcionamento da vila, em seus diversos aspectos, conforme o artigo 1º:

O Município de Aquidauana termo unido a Comarca de Miranda, pelo Decreto nº 189 de 20 de fevereiro de 1906, confina por uma linha reta que partindo da confluência dos Rios Nioac e Miranda e terminando no morro do Canastrão, na cachoeira do rio Caxoeirão; seguindo por este abaixo até sua foz no Aquidauana e por este acima até as suas mais altas Cabeceiras; destas pelo Espigão Mestre a Cabeceira do Rio Negro e por este abaixo até o Curixão, do fim deste a Cabeceira da vasante grande e por este abaixo até a sua foz no Rio Aquidauana, e por este acima até a foz o Ribeirão Agachy; subindo por este até a sua Cabeceira, e desta tirando-se uma reta até a confluência dos mesmos dos Nioac e Miranda ponto de partida (ROBBA, 2006, p. 25).

Robba (1992) explica que, apesar do povoamento estabelecer-se inicialmente na margem esquerda do Rio Aquidauana, principalmente devido ao acesso facilitado às fazendas de Miranda e Nioaque no final do século XIX, o povoamento se efetiva na margem direita, voltada para as fazendas pantaneiras e com abertura de suas primeiras ruas. A construção da Igreja Matriz de Aquidauana, no início do século XX, instalou as portas principais na direção do rio com o intuito de receber os visitantes que chegavam de outras localidades, assim como a população aquidauanense que também residia na outra margem.

Apesar do avanço da navegação, os redatores dos jornais locais ainda tinham grandes dificuldades para terem acesso às notícias nacionais. Quando não era possível esperar a chegada das principais notícias nacionais via navegação ou via estrada férrea da Noroeste do Brasil (NOB), eram os noticiários de emissoras de rádio dos grandes centros e as ligações telefônicas as suas principais fontes jornalísticas, já que o telefone e o telégrafo constituíram-se em instrumentos agilizadores da transmissão dos dados que convergiam para a redação (MARTINS; LUCA, 2020, p. 84). Souza (2005) explica como foi a chegada do telégrafo na região:

Até a instalação do telégrafo em 1904, os periódicos enfrentariam igualmente o mesmo problema de demora na circulação de pessoas e mercadorias pela rota do

Prata. As notícias sobre acontecimentos nacionais e internacionais eram veiculadas em Corumbá após muitos dias do ocorrido. O Telégrafo oferecerá novas possibilidades. A tão esperada inauguração da linha telegráfica, a primeiro de janeiro de 1904, foi assim anunciada pelo jornal O Brazil: “A laboriosa cidade de Corumbá acordou hoje, pela primeira vez, sacudida violentamente pelo calafrio de uma emoção estranha, e ainda estremunhada, sentiu-se estreitar pelo poderoso vínculo da eletricidade, na extrema aproximação de um frenético abraço ao mundo civilizado...” (SOUZA, 2005, p. 6).

Sobre o processo de construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, Neves (2007) discorre sobre como o processo de expansão cafeeira do interior de São Paulo foi influente e propulsor de novas migrações para o povoamento da região pantaneira, especialmente com novas perspectivas de comércio de gado, podendo a região ser considerada uma extensão da economia paulista e, portanto, determinante na definição de ocupação do sul do estado do Mato Grosso, enquanto que a região norte do estado já sentia a queda da extração do minério:

Na medida em que se acentuava a captação do sul do Mato Grosso pela expansão econômica paulista, verifica-se o aprofundamento de um fenômeno que se observou desde a decadência da mineração, no início do século XIX: o afastamento entre o sul e o norte da Província (e depois do Estado) de Mato Grosso, no que se referia aos processos econômicos. O norte, região ligada a Cuiabá, permaneceu sendo uma área de ocupação e desenvolvimento muito lento enquanto o sul, sob o impacto do contato com São Paulo, conheceu um processo relativamente rápido e vigoroso de crescimento econômico e populacional (NEVES, 2007, p. 66).

Conforme Robba (1992), a NOB foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1914 e a urbanização da cidade mudou sua ocupação passando a modernizar com mais intensidade o lado direito do rio, para onde se deslocaram as casas comerciais.

Figura 3 – A estação da Noroeste do Brasil em Aquidauana (MT) (1933)

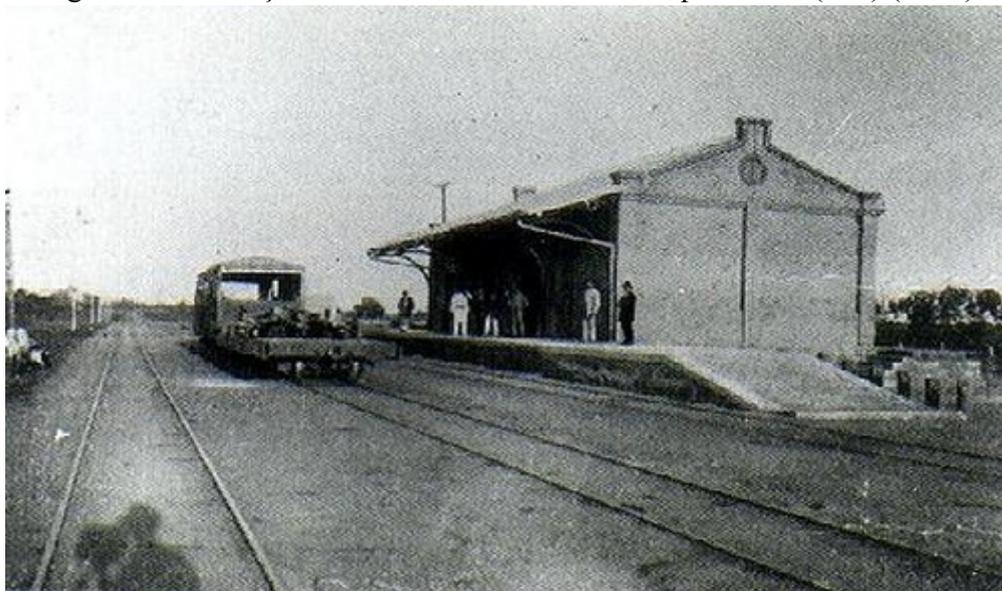


Foto: Bellorio¹⁴.

¹⁴ BELLORIO, Jose H. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/fotos/aquidauana33.jpg

Com a chegada da NOB, alterou-se também a forma de comunicação da região com outras localidades, já que a ferrovia ligaria, na época, a capital do país localizada no litoral, ao sul do estado de Mato Grosso. O progresso também se deu em diversas áreas, uma vez que:

O mercado local deu um salto considerável, o município exercendo uma função comercial e de prestação de serviços e também de agente de intercâmbio cultural com relação aos municípios vizinhos, acabou por provocar a urgente necessidade de instalação de equipamentos básicos de manutenção, seja através da construção de novas residências para os ferroviários e criação de serviços de assistência médico – hospitalar, assim como igrejas, áreas de lazer e os primeiros loteamentos. A cidade cresceu consideravelmente na margem direita do rio, onde se localizava a estação ferroviária. O fluxo migratório regional foi sem dúvida mais importante que o proveniente do nordeste e de outros estados para o aumento da população local (JÓIA, 2005, p. 37).

Na área da comunicação, foi a partir da década de 1910 que se iniciou a circulação dos primeiros jornais da cidade, sendo ambos em formato de tabloide. Os novos noticiários locais surgiram com foco na modernização da industrialização brasileira e no futuro, com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), trazendo aos leitores um resumo das principais notícias do país. Jóia (2005) afirma que, nesta época, a população da cidade era de 2.000 habitantes, enquanto que no município o total atingia cerca de 6.000 habitantes.

Assim como em demais regiões do país, o jornal, a revista e o cartaz — veículos da palavra impressa — aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem (MARTINS; LUCA, 2020, p. 84). E mesmo com a implantação da NOB, as dificuldades ainda eram muitas para a chegada dos jornais impressos que vinham pela estrada de ferro, o que obrigava os comunicadores a ouvirem diariamente *A Voz do Brasil*, e demais emissoras de São Paulo e do Rio de Janeiro, para transformarem as notícias captadas em notas para conhecimento de sua população (O PANTANEIRO, 1992).

Robba, em *Aquidauana Ontem e Hoje* (1992), faz um resumo sobre os jornais de Aquidauana:

Diversos periódicos funcionaram em Aquidauana: 1916 — “A Razão”, de Jorge Bodstein Filho; 1919 — “O Correio do sul”, de Arthur Pires Mascarenhas (um número desse jornal foi colocado no interior da pedra fundamental da ponte); 1920 — “O Município” de José Alves Ribeiro (redator - Emídio Martins de Sá); 1922 — “A Gazeta do Sul”, de Jorge Bodstein Filho; 1932 — “A Lanterna”, de Walmor Cáffaro e Osvaldo Cáffaro; 1935 — “O Jornal do Povo” de Cláudio Reis Clete e Carlos Arruda Leite; 1940 a 1954 — “Jornal do Sul”, de Manuel B. Nunes da Cunha; diretores: Aloísio Carvalhal, Carlos F. Viana Bandeira e Severino Carvalho de Toledo; 1958 — “Correio do sudoeste”, de Sebastião Nunes da Cunha (redatores:

Vicente Medeiros, Álvaro Pontes e João Nunes da Cunha); 1965 — “O Pantaneiro” (redator-chefe: José Lima Neto) (ROBBA, 1992, p. 80).

De acordo com o autor, o jornal *A Razão*, foi então o primeiro jornal aquidauanense, lançado em 1916, apenas 24 anos após a fundação do município, dirigido por Jorge Bodstein Filho¹⁵. O principal foco do periódico seriam as notícias relacionadas à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (GAUTO, 2006). Posteriormente, o diretor envolveu-se com mais intensidade na política local atuando como secretário municipal, sendo o responsável por lavrar importantes documentos, como a posse do primeiro vigário da cidade, ocorrido em 1º de janeiro de 1920.

De acordo com Pais (2016), o jornal *A Razão* — impresso na tipografia de Antônio Alexandre de Barros — tinha como direção o professor de magistério Jorge Bodstein Filho, que devido ao seu envolvimento com a política noticiado nas páginas do periódico, sofreu algumas represálias em sua trajetória como comunicador:

Temos a informação de que em edição de 3 de março de 1918, foram noticiadas as eleições gerais realizadas no dia 1º do mesmo mês, quando foi eleito Rodrigues Alves para a presidência da República. A imprensa da época mostra que se tratava de um órgão de difusão dos interesses da região sulina do estado, cuja identidade estava inserida na bandeira separatista. Assim, o seu diretor começou a enfrentar dificuldades, reação da política centralizada em Cuiabá. Nos meados de 1918, como consta no expediente da secretaria do governo, o professor Bodstein foi suspenso do exercício do magistério, por um mês, sob a alegação de que ele havia publicado críticas ao governo, “dando um péssimo exemplo aos seus alunos”, conforme publicado em O Matto-Grosso (PAIS, 2016).

A circunstância ganhou ainda mais repercussão quando, após a publicação da Portaria de 13 de outubro de 1919 (PAIS, 2016), o professor voltou a ter suas funções públicas suspensas pelas mesmas razões alegadas no ano anterior. Para as autoridades, o docente seria uma má influência a seus alunos, especialmente aos ligados à classe trabalhadora:

No entanto, o movimento grevista de maior intensidade ocorreu com os trabalhadores da estrada de ferro sediados em Aquidauana, que estavam construindo a ponte sobre o rio do mesmo nome. Na construção desta ferrovia, a participação de imigrantes com experiências de lutas trabalhistas, inclusive difundindo livros estrangeiros de interesse da classe trabalhadora (segundo tradição oral, no Centro Operário de Aquidauana os operários da estrada de ferro reuniam-se para ouvir a leitura de livros estrangeiros que terminava com debates entre os participantes), conferiu um direcionamento político às reivindicações dos trabalhadores. O jornal O Matto-Grosso, de 04.08.1919, noticiou que o professor Jorge Bodstein Filho insuflava os operários para entrarem em greve, prejudicando assim a construção da

¹⁵ O Ofício n.º 12 do APMT. Cuiabá, 24 de janeiro de 1911: Ofício do Diretor Geral da Instrução, José Estêvão Corrêa, ao Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, submeteu à aprovação o título de nomeação de Jorge Bodstein Filho e de Corina Palace para referem as escolas primárias do sexo masculino e feminino da Vila de Aquidauana. Disponível em: <https://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/28061204343034.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

ponte (CORRÊA, 2013, p. 30)

No ano seguinte à publicação da portaria de suspensão de Bodstein Filho, o professor e comunicador teve a sua tipografia destruída em um incêndio, sendo o caso da imprensa aquidauanense destaque em outros noticiários mato-grossenses. O jornal cuiabano *O Republicano*, de 25 de abril de 1920, chegou a apresentar um repúdio ao ato de violência (PAIS, 2016).

Pais (2016) ainda explica que foi necessário ir além e noticiar o ocorrido na capital do país para o conhecimento das autoridades, pois “[...] o fato provocou profunda indignação no sul do estado e acirrou ainda mais o sentimento separatista. O semanário divulgava informações de interesse da então progressista região sulina. Uma tática de resistência foi então divulgar o ocorrido na imprensa do Rio de Janeiro, quando já estava em discussão a liberdade de imprensa” (PAIS, 2016).

Anos depois, “[...] sob a direção do mesmo jornalista e professor, abrindo outro capítulo da história da imprensa no Sul de Mato Grosso, associada ao longo movimento de constituição do atual Mato Grosso do Sul” (PAIS, 2016), foi lançado *A Gazeta do Sul*. Além de atuar como docente e redator, atuava na área da política e, nos anos de 1927 e 1945, foi eleito prefeito municipal de Aquidauana (ROBBA, 1992).

Entre o período dos dois impressos de Jorge Bodstein Filho, porém, outros periódicos circularam na cidade, “[...] em 1919 foi lançado no município de Aquidauana o periódico impresso em tipografia local, *O Jornal*, e posteriormente publicam-se outros periódicos: *O Município*, em 1920; *A Gazeta do Sul*, em 1922; *A Lanterna*; e o *O Canivete*, em 1932” (GAUTO, 2006, p. 83).

Já Robba (1992) afirma que em 1919 foi lançado em Aquidauana *O Correio do Sul*, de Arthur Pires Mascarenhas, e que um número deste periódico teria sido colocado no interior da pedra fundamental da ponte. Em 1920 foi a vez de *O Município*, de José Alves Ribeiro, que teve como redator Emídio Martins de Sá (ROBBA, 1992).

Em 1935, os irmãos Walmor e Osvaldo Cáffaro fundaram *A Lanterna*. No mesmo ano, foi lançado *O Jornal do Povo*, de Carlos Arruda Leite e Cláudio Reis Clete, considerado um jornal crítico e popular (GAUTO, 2006). Carlos Arruda Leite atuou também como redator do *Jornal Batista Sul-Mato-Grossense*, em 1951. De 1940 a 1954 circulou na cidade o *Jornal do Sul*.

Pereira (2013) afirma que o *Jornal do Sul* foi dirigido inicialmente por Carlos Ferreira Viana Bandeira e adotou em sua trajetória uma linha editorial que servia ao interesse de

grupos políticos locais, já que “[...] o jornal tinha clara orientação udenista, chegando a funcionar, durante o ano de 1950, como ‘Órgão da União Democrática Nacional’, sob a direção de Elídio Teles de Oliveira” (PEREIRA, 2013, p. 93). Cunha (2008), complementa que o jornalista Carlos Ferreira Viana Bandeira militou na imprensa soteropolitana e, formado em Direito, veio da Bahia para Aquidauana. Foi fundador e editor-chefe do *Jornal do Sul* e atuou como Promotor Público. Ao se mudar para a cidade de Campo Grande, vendeu o periódico a Manoel Bonifácio¹⁶, que também era jornalista e advogado.

Elídio Teles de Oliveira — que anos depois se tornaria um dos grandes nomes da rádio aquidauanense — assumiu a sociedade e, tempos depois, em parceria com Aníbal Leite de Castro o jornal ganhou destaque e contava com a tiragem de 200 edições, impressas na Livraria Nossa Senhora da Conceição, em Campo Grande, e enviadas para Aquidauana pelo trem da NOB (VARGAS, 2002, p. 15). Em 1953, é vendido para Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, um dos fundadores do PSP no estado de Mato Grosso e que passou a apresentar então uma nova linha editorial até encerrar as suas atividades em 1954 (PEREIRA, 2013, p. 93).

Pode-se afirmar que, nesse ponto, a imprensa escrita e a falada de Aquidauana apresentam uma de suas principais convergências, já que em seus primeiros anos de residência em Aquidauana, Elídio Teles de Oliveira iniciou sua jornada na comunicação como sócio de jornal impresso. Vargas (2002) indica que “[...] foi através deste jornal que Elídio teve a idéia de instalar um serviço de alto-falante, o ‘Serviço de Publicidades Aquidauanense’, o que mais tarde veio a ser a origem da Rádio Difusora de Aquidauana” (VARGAS, 2002, p. 15). Em 1958 é lançado o jornal aquidauanense *Correio do Sudoeste* (O PANTANEIRO, 1992).

Sobre a comunicação escrita, a imprensa aquidauanense surgiu posteriormente ao serviço de alto-falantes, instalado no início da década de 1950, na praça localizada no centro da cidade, mais especificamente no Passeio Público, na esquina das ruas Estevão Alves Corrêa e Manoel Antonio Paes de Barros. Jóia (2005) explica que, na época, Aquidauana registrava o maior crescimento de sua população urbana (Tabela 1), e como ponto de encontro da sociedade durante todo o dia, era por lá que muitas notícias circulavam através dos megafones:

¹⁶ De acordo com a biografia de Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, extraída do livro *Rebuscando a Memória: frases e fatos*, de autoria de seu filho Rubens Nunes da Cunha (2008), Bonifácio nasceu na cidade de Poconé em 5 de junho de 1908, sendo descendente de tradicional família mato-grossense. Quando estudante do ginásio na cidade de Cuiabá, foi revisor do Diário Oficial do Estado e articulista do jornal estudantil *Crisálidas*. Formou-se na Faculdade Nacional de Direito em 1932 e atuou como advogado nas cidades de Bela Vista e Miranda até fixar residência em Aquidauana, em janeiro de 1935. Poucos meses depois assumiu, pela primeira vez, o cargo de Prefeito, sendo reconduzido ao mandato por outras quatro vezes até o ano de 1944. Posteriormente, prestou relevantes serviços ao estado e recebeu, como homenagem, o nome do fórum da comarca de Aquidauana.

Numa das esquinas, situava-se o alto falante da “RÁDIO LUZ”, de propriedade de Elídio Teles de Oliveira, que se transformaria, posteriormente, na RÁDIO DIFUSORA DE AQUIDAUANA. O alto falante era responsável pelas músicas românticas, que perfumavam o ar e mexiam com o coração dos namorados... Aos domingos e feriados ali exibiam a Banda do Cameshi¹⁷ ou a Banda dos Mongeli¹⁸” (O PANTANEIRO, 1992).

Figura 4 – Antiga praça de Aquidauana localizada na esquina das ruas Estevão Alves Corrêa e Manoel A. P. de Barros



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Vargas (2002) complementa que após a venda do jornal, Elídio deu continuidade aos serviços de alto-falantes, com a expectativa de conseguir montar o seu próprio rádio. “Isso mais tarde se concretizou quando recebeu apoio financeiro do amigo Fernando Mármora, conseguindo no ano de 1951, a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda” (VARGAS, 2002, p. 15-16).

Grande marco para a comunicação aquidauanense, a inauguração da Rádio Difusora de Aquidauana trouxe o pioneirismo na radiodifusão, sendo inaugurada em 16 março de 1952, sob a direção de Elídio Teles de Oliveira em uma sociedade “[...] composta por Elídio, sua esposa Gilda (Juinha), Manoel Sobreira e sua esposa Balbina, tendo sido autorizada pela portaria Ministerial n.º 168 de 27/02/1951” (VARGAS, 2002, p. 21).

¹⁷ Sob responsabilidade do maestro Wilson Cameshi, o conjunto realizou diversas apresentações durante as décadas de 1940 e 1950 em Aquidauana e região.

¹⁸ A Jazz Band União era formada por, além de outros integrantes, pelos irmãos Octávio, Leopoldo e Aldo Mongelli, filhos do maestro italiano Luiz Mongelli. Este, nascido em Bitonto, Itália, em 29 de janeiro de 1889, chegou em Aquidauana na década de 1920, fazendo carreira na música e sendo um dos compositores do Hino de Aquidauana.

Figura 5 – Foto com convidados e funcionários da Rádio Difusora – Dia da inauguração (1952)



Fonte: imagem capturada pela autora¹⁹.

Elídio divulgou, por muitos anos, o dia a dia da Princesa do Sul²⁰, fazendo um jornalismo crítico e informativo, com uma equipe que se profissionalizou praticando em sua rádio, conforme apresenta a revista centenária de *O Pantaneiro*:

A transformação de um simples serviço de alto-falantes para o complexo empreendimento de comunicação de rádio ocorreu na década de 1950, com a inauguração de uma moderna instalação da emissora, localizada em um prédio na rua Estevão Alves Corrêa. A primeira transmissão oficial da Rádio Difusora ocorreu no dia da inauguração, em 16 de março de 1952: Está no ar a sua Rádio Difusora de Aquidauana, ZYX-20, que opera na frequência de 1.330 quilocícios, falando para Aquidauana, Mato Grosso e Brasil em sua primeira transmissão. Na locução: Sinai Trindade; na sonotécnica: Osmar Ravaglia; no transmissor: Francisco Romero. Secretarias de Miguel Demétrio Diacópulos e Hélio de Souza e Silva, no controle de transmissor: Xibiu e Direção Geral de Elídio Teles de Oliveira (O PANTANEIRO, 1992).

A rádio possuía ainda uma importância de cunho social. Para os pesquisadores Lima e

¹⁹

Disponível

em:

<https://www.opantaneiro.com.br/aquidauana/apos-quase-7-decadas-a-radio-pioneira-em-ondas-medias-do-pantanal/152860/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

²⁰ O apelido “Princesa do Sul” teria sido dado a Aquidauana pelo engenheiro militar Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, na época que residia na cidade em uma cidade à beira do rio, enquanto chefiava o serviço de linhas telegráficas na região. (O PANTANEIRO, 1970, p. 3).

Ota (2019), devido às grandes dificuldades de locomoção ocasionados pelas cheias das águas, os pantaneiros, mesmo isolados, conseguiam através da rádio uma alternativa de comunicação com as áreas urbanas. Barbosa (2014) afirma que um dos programas, o *Mensagem Social*, teve grande relevância por conseguir conectar essa população pantaneira, muitas vezes desprovida de comunicação, devido às dificuldades de acesso. O autor complementa:

Percebendo a dificuldade das pessoas, o senhor Elídio Teles de Oliveira, proprietário da rádio, criou o programa Mensagem Social a partir de 1952, com o propósito de fazer a comunicação entre a comunidade pantaneira e da cidade, com as inovações no sistema de transmissão. Assim ele transformou a Rádio Difusora na pioneira do Estado. Indo ao ar diariamente, das 14 às 15 horas, Mensagem Social era um programa de avisos dedicado aos moradores das fazendas da região pantaneira e outras localidades do estado. Os avisos vinculados eram bem variados desde as boas notícia às más, como, por exemplo, quando nascia uma criança filho do funcionário da fazenda, ou quando morria alguém dos familiares (BARBOSA, 2014).

Sobre a chegada da comunicação no Pantanal, Renato Alves Ribeiro relembra o fato, especialmente na região do Taboco, quando “[...] vieram os R.T (radiotransmissores), uns radinhos que facilitavam as comunicações com as cidades e entre fazendas. Tinha senhoras que passavam até receitas de bolos e doces pelo rádio” (RIBEIRO, 1984, p. 31). Ao destinar-se também aos moradores da zona rural, o programa tinha um grande público já que, somente a partir da década de 1970, Aquidauana passou a ter a maioria de sua população residindo na área urbana, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução da população aquidauanense entre os anos de 1940 e 2000

Ano	População Total	Crescimento da População (%)	População Urbana	Crescimento da População Urbana (%)	Taxa de Urbanização (%)
1940	20.949		5.807	24,91	27,71
1950	21.258		7.254	65,38	34,12
1960	33.034		11.997	49,05	36,31
1970	29.263	17,83	17.882	31,62	61,10
1980	34.482	14,09	23.537	24,45	68,25
1991	39.342	10,25	29.294	15,28	74,46
2000	43.378		33.773		77,85

Fonte: IBGE (2023).

Dentre os profissionais que atuavam à frente da radiodifusão, podemos citar Miguel Demétrio Diacópulos, responsável por muitos anos, ao lado de Neilo de Oliveira, pela transmissão do programa *Jornal Falado X-20*, da Rádio Difusora de Aquidauana. Por mais de

duas décadas o programa divulgou as notícias da cidade aos ouvintes da rádio (O PANTANEIRO, 1992). Dirce Jordão de Almeida Serra (2008) define o radialista como “[...] superestimado, Miguel é monumento vivo da nossa cidade, pelo seu passado de tantos serviços prestou à comunidade. Trabalhando na Rádio Difusora, manteve, durante 20 anos o seu ouvidíssimo programa “Jornal Falado” (SERRA, 2008, p. 198).

O comunicador também atuou como vereador do município na década de 1970, desempenhando um importante papel na implantação do Centro Pedagógico de Aquidauana, cabendo a ele, como Presidente da Câmara, na época, encaminhar o pedido de criação da Faculdade de Filosofia de Aquidauana ao Secretário de Estado de Educação e Cultura do Mato Grosso (O PANTANEIRO, 2020).

José Alves Ribeiro, um dos mais representativos políticos de Aquidauana, também se utilizou da abrangência da rádio aquidauanense, já que “[...] ganhou notoriedade no programa de rádio João Bobo, da Difusora de Aquidauana, em que tecia críticas ao cotidiano político da cidade. A fama levou-o a se eleger prefeito do município em 1952” (WILHELMS, 2019).

Objetivando angariar ainda mais ouvintes, a Rádio Difusora investia em publicidade. Na página n.º 2, de 17 de março de 1976 do *O Pantaneiro*, encontra-se uma propaganda da Rádio Difusora de Aquidauana ZYX - 20 – Ondas Médias – A Princesa do Ar.

Outra grande contribuição para a comunicação aquidauanense foi a Rádio Independente, montada artesanalmente pelo jornalista Antonio Rodrigues Garcia, um rádio-técnico brilhante, conforme afirma Robba (1992). Lima e Ota (2019) explicam a trajetória da experiência profissional de Antonio Rodrigues Garcia:

Embora o trabalho efetivo numa estação de rádio tenha se concretizado em Aquidauana, Antônio Garcia conta que foi aluno do Instituto Técnico Monitor LDTA de São Paulo na década de 1950 quando ainda residia em Ponta Porã. O curso profissionalizante para conserto de rádio era oferecido na modalidade à distância por meio de correspondência. Inicialmente o intuito do curso era adquirir conhecimento técnico necessário para construir uma estação de rádio em Pedro Juan Caballero no Paraguai (LIMA; OTA, 2019).

Já em terras aquidauanenses, atuou como técnico em eletrônica da Rádio Difusora de Aquidauana por quase 10 anos, como locutor e como responsável pelo transmissor (LIMA; OTA, 2019). O conhecimento adquirido do curso técnico e a experiência na Rádio Difusora incentivaram o jovem a construir a sua própria empresa de radiodifusão.

A primeira vez que foi ao ar em 1961, em caráter experimental, a emissora estava situada na Rua Assis Ribeiro junto ao prédio da Casa Tamashiro, local onde Antônio Garcia residia com a família. A rádio funcionou inicialmente com equipamentos manuais desde o microfone até a torre de transmissão que possuía 42 metros de altura. Os primeiros equipamentos da estação foram compostos por um microfone

feito com um pedaço de lata, um alto-falante, um transformador e 10 metros de fio (LIMA; OTA, 2019).

Com a concessão autorizada e com as novas instalações concluídas, a Rádio Independente de Aquidauana foi inaugurada oficialmente com transmissão regular em 1º de maio de 1962 (LIMA; OTA, 2019). Também era conhecida como “Rádio Martelinho”, pois no discurso de inauguração “[...] o jornalista Álvaro Pontes [...] comentou que ela havia sido construída ‘a martelo’” (ROBBA, 1992). A Rádio Independente de Aquidauana foi vendida para o grupo Anache de Comunicação em 1986 (ROBBA, 1992), na qual pertence até os dias atuais.

Figura 6 – Sede da Rádio Independente no Edifício Garcia



Legenda: O piso térreo abriga o estúdio e salas administrativas. Já o piso superior abriga a residência da família onde até os dias atuais reside Antonio Rodrigues Garcia.

Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022)

Figura 7 – Antonio Garcia em entrevista a Alceu Moreira Barros, na época presidente da Associação Rural de Aquidauana (MS)



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Antonio Rodrigues Garcia, o jornalista 120, como é conhecido em referência ao número de seu registro profissional de redator, emitido em 21 de outubro de 1970²¹, foi casado com Emigdia Armoa Garcia, a Dona Tota Garcia, por mais de 70 anos e completou o centenário de nascimento no dia 30 de dezembro de 2022 (O PANTANEIRO, 2023).

Entre as relevantes participações estaduais da imprensa aquidauanense, em agosto de 1970 uma delegação local marcou presença no II Congresso Estadual de Jornalistas Profissionais de Mato Grosso, realizado na cidade de Campo Grande, sob a recepção do então governador Pedro Pedrossian. A respeito da participação dos aquidauanenses,

A Delegação de Aquidauana, chefiada pelo jornalista Elídio Teles de Oliveira e integrada pelos jornalistas Dr. João Nunes da Cunha, Dr. Barros e Vasconcellos, Professor Miguel Diacópulos, Antonio Garcia, Mário Monteiro e Aldo Royg, teve relevante participação nos trabalhos, intervindo nos debates em todas as teses e proposições apresentadas por outras Delegações, destacando-se pela elegância das atitudes, pela linguagem e pela capacidade de trabalho demonstradas. Usaram da palavra nos debates diversas vezes os jornalistas Barros e Vasconcellos, João Nunes da Cunha e Antonio Garcia. Devemos acentuar que a Delegação de Aquidauana destacou-se ainda pelo seu espírito de disciplina, pela unidade de pontos de vistas e pela solidariedade entre seus membros. [...] O jornalista Miguel Diacópulos apresentou sob demorados aplausos Moção de Congratulações em nome da Imprensa Matogrossense ao Dr. José Fragelli, pela sua escolha pelo Sr. Presidente da República General Garrastazu Médici, para futuro Governador de Mato Grosso.

²¹ Portaria n.º 548, de 14 de junho de 1995, de acordo com o que determina o Decreto Lei n.º 972, de 17 de outubro de 1969, regulamentado pelo Decreto n.º 83284, de 13 de março de 1973.

Moção que foi aprovada sem discussão. Também o jornalista Barros e Vasconcellos apresentou ao plenário Moção de Congratulações com o jornalista Assaff Trad pela sua nomeação pelo Governo do Líbano para Consul da República do Líbano, moção que foi também aprovada sob veemente salva de palmas, sem discussão nem votação (O PANTANEIRO, 1970, p. 1).

A expressiva participação de seus profissionais aquidauanenses no evento resultou na emissão dos primeiros registros como profissionais da área da imprensa de Aquidauana, como publicado na edição de n.º 272 do *O Pantaneiro*:

Conforme comunicação feita pelo Presidente da JORNAMAT, órgão que representa o Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso, o Ministério do Trabalho concedeu registros aos jornalistas professores Barros e Vasconcellos, nosso colaborador e Cap. Mário Monteiro do Correio do Sudoeste, e respectivamente na categoria de “Jornalista Profissional” e de “Jornalista Autônomo”. São os primeiros registros com que a nossa imprensa é beneficiada. Os demais registros referentes a Aquidauana têm seus processos ainda em trâmite no Ministério, dependendo de diversas formalidades que deverão ser atendidas pelos interessados (O PANTANEIRO, 1970, p. 1).

Figura 8 – Alguns integrantes da vanguarda da comunicação aquidauanense



Legenda: Em pé, da esquerda para direita: Miguel Demétrio Diacópulos (Rádio Difusora), Professor José Maria de Barros e Vasconcellos (*O Pantaneiro*), João Antonio Nunes da Cunha (*Correio do Sudoeste*), Antonio Rodrigues Garcia (*Rádio Independente*) e Elídio Teles de Oliveira (*Rádio Difusora*). Sentados: Dirce Jordão de Almeida Serra (*O Pantaneiro*) e Aldo Royg (*O Pantaneiro*).

Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Analisados alguns dos primeiros meios de comunicação do então estado do Mato Grosso, e mais especificamente da cidade de Aquidauana, assim como destacada a importância da participação dos profissionais e da imprensa local no desenvolvimento da região, discorreremos no próximo capítulo sobre o jornal *O Pantaneiro*, lançado na cidade na década de 1960.

3 O PANTANEIRO: SUJEITOS E MEMÓRIA

Fundado no dia 5 de maio de 1965, o jornal *O Pantaneiro* iniciou as suas atividades na tipografia *Efigênia*, de propriedade de Aldo Roys (O PANTANEIRO, 2013). Com um parque gráfico já instalado e com a experiência técnica em tipografia de alguns funcionários da empresa, algumas adaptações foram realizadas para o início das impressões do novo periódico da cidade de Aquidauana, ainda no estado do MT. Conforme especificado na edição n.º 1, de 5 de maio de 1965, o endereço da oficina e redação de *O Pantaneiro*, na época de sua fundação, foi na Rua Manoel Antônio Paes de Barros, n.º 395, Aquidauana/MT, e já possuía telefone comercial através do número 20-19.

Figura 9 – Instalações do 1º prédio de funcionamento de *O Pantaneiro* – década de 1960/1970



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

O prédio onde passou a funcionar *O Pantaneiro* estava localizado bem no centro comercial da cidade na época (O PANTANEIRO, 2020), na rua Manoel Antonio Paes de Barros, quase esquina com rua Estevão Alves Corrêa. A via Estevão Alves Corrêa é considerada um dos pontos comerciais mais valorizados da cidade de Aquidauana, inclusive na época (TRINDADE, 2008). Na época, porém, a poucos metros do parque gráfico Efigênia

e do jornal *O Pantaneiro*, estavam localizados a praça mais famosa do município, onde ocorria o Passeio Público Estevão Alves Corrêa (O PANTANEIRO, 1992), e outro grande meio de comunicação: a Rádio Difusora. *O Pantaneiro* tinha como vizinhos um bar (à esquerda) e uma grande farmácia (à sua direita).

Internamente o prédio estava dividido em dois andares. Precedentemente ao lançamento do jornal, no piso térreo eram abrigados o parque gráfico, o setor administrativo e o estoque da gráfica Efigênia. Devido a sua experiência de trabalho, Aldo Royg estava à frente do maquinário (O PANTANEIRO, 2020), enquanto a sua esposa, Elvira Royg atuava nas áreas administrativas. O piso superior abrigava a residência da família Royg.

Para o lançamento do periódico, novas adaptações ao prédio foram necessárias. O setor administrativo precisou ser reajustado para o piso superior do prédio para que fosse ampliado o setor gráfico e ainda uma maior área de estoque de papel destinado à impressão das edições. A área de atendimento ao público também foi adaptada. As duas portas de aço de enrolar manual de mais de dois metros traziam o ar de modernidade ao prédio na época, já que muitos comércios ainda dispunham de portas de madeira em suas fachadas. Em sua calçada, porém, estavam à disposição de seus clientes as argolas destinadas aos proprietários de animais que ainda utilizavam os cavalos — adaptados ou não a carroças — como seu principal meio de transporte, apesar da disseminação das bicicletas no Brasil a partir da década de 1950²².

²² A década de 1950 foi promissora para a fabricação e comercialização de bicicletas no Brasil. Além da Monark e Caloi, fabricantes de menor porte (como a Role, Patavium, Pimont, Gorick, Héliá, Gallo, Coringa, Regina, Erpe, Mercswiss, Tamoio, Celta, Victory, Adaga, NB, Bérgamo, Everest, Apolo, Bekstar, Bluebird, Scatt, Rondina, Wolf, Royal, Marathon, Luxor, Centrum, Rivera), e tantas outras marcas, produziram material de alta qualidade e competência. Fonte: <https://revistabicicleta.com/historias-da-bicicleta/a-historia-da-bicicleta-no-brasil-2/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

Figura 10 – Instalações do 1º prédio de funcionamento de *O Pantaneiro* – década de 1960/1970



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Nos anos iniciais o jornal circulou no padrão semanário e, em algumas edições, bisemanário (O PANTANEIRO, 2020), alternando suas publicações às quartas e quintas-feiras. Impresso em uma máquina tipográfica *Catu* tamanho $\frac{1}{4}$ tipográfica ainda existente, as chapas utilizadas na tipografia eram montadas letra a letra (O PANTANEIRO, 2020), em uma diversidade de aproximadamente 150 caixas de tipos (letras), separadas por fontes e tamanhos distintos.

Em homenagem ao sujeito do Pantanal, os três amigos buscavam trazer para a região um órgão de imprensa “livre” e uma renovação na mentalidade política (O PANTANEIRO, 2020). A ideia estava em contradição com a maioria dos órgãos de imprensa do então MT e demais regiões do país que, por vezes, eram favoráveis a determinados partidos políticos, como explica Andrade (2016, p. 2):

A imprensa do então estado de Mato Grosso uno nasceu sob o domínio oficial e durante os vinte primeiros anos de atividade passou do poder público à atividade privada, sem deixar de perder vínculo com o governo, que a patrocinava. Ela surgiu em uma época na qual a maioria dos jornais brasileiros não escondia sua cor partidária, surgia em defesa de uma causa, ou bandeira. Esses órgãos de imprensa, inclusive, ao circularem o primeiro número, faziam a sua apresentação estabelecendo um programa a seguir, identificando as ideias políticas que defendiam.

Em uma comparação com outros órgãos de imprensa lançados em Aquidauana, Francisco Fausto Matto-Grosso Pereira (2013) ressalta a ideologia do novo semanário lançado no ano de 1965:

É importante chamar a atenção para o fato de que a maioria desses veículos era ligada a personalidades com claro envolvimento na política local, quer como formadores de opinião como Jorge Bodstein Filho, ou mesmo como atores políticos como José Alves Ribeiro (“Coronel Zélito”), Manuel Bonifácio Nunes da Cunha (“Dr. Bonifácio”) e Sebastião Nunes da Cunha (“Cunha”). O *Pantaneiro* cumpriu, no seu período inicial, após 1965, o papel de desaguadouro de algumas ideias renovadoras dos jovens profissionais que voltavam à terra natal, criando uma nova mentalidade política (PEREIRA, 2013, p. 93).

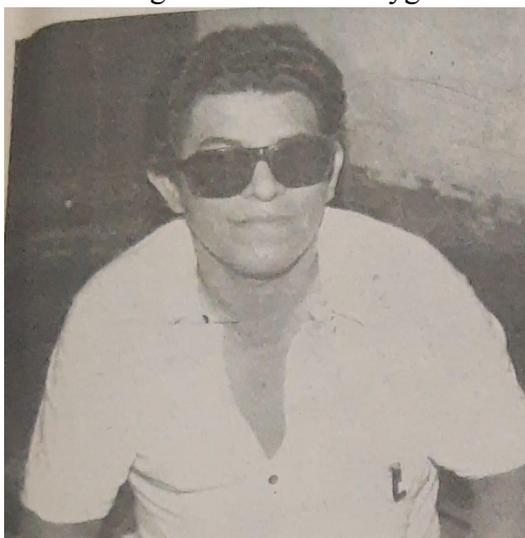
Além da ausência de envolvimento político, os jovens fundadores do jornal *O Pantaneiro* queriam não mais apenas reproduzir as notícias dos grandes centros para informar a população local, mas fazer notícia com o que acontecia no município e na região e retratar a realidade local (O PANTANEIRO, 2020).

3.1 Os primeiros diretores

3.1.1. Aldo Royg

Filho mais velho do casal Rogério Royg e Efigênia Loureiro Royg, o bela-vistense Aldo Royg nasceu no dia 15 de dezembro de 1930, e na adolescência mudou-se para o Paraguai com os pais e irmãos, onde passou a estudar em regime de internato na cidade de Assunção. Por lá permaneceu até os 19 anos, quando precisou acompanhar a sua mãe, que decidiu morar novamente em terras brasileiras, especificamente na cidade paulista de Campinas.

Figura 11 – Aldo Royg



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao chegar na cidade, iniciou o trabalho em uma gráfica onde permaneceu como colaborador e gerente por mais de 10 anos, tornando-se tipógrafo profissional (O PANTANEIRO, 2013). Com o encerramento das atividades da empresa, o patrão ofereceu a Aldo Royg a venda dos maquinários e este, aceitando a proposta, conseguiu o transporte para as máquinas e alguns móveis e mudando-se para Aquidauana. Nascia ali, na rua Manoel Antônio Paes de Barros, no centro da cidade de Aquidauana, a gráfica Efigênia (O PANTANEIRO, 2013). O nome da empresa foi definido em homenagem à sua mãe e a uma imagem de Santa Efigênia (de propriedade do antigo patrão) que foi entregue ao novo comerciante junto aos móveis e maquinários vendidos. Essa imagem de Santa Efigênia é conservada até hoje pelo atual proprietário do *O Pantaneiro*.

Em Aquidauana, casou-se com Elvira Royg e teve três filhos: Sebastião, Efigênia e Baltazar (O PANTANEIRO, 2013). Residiram por muitos anos no piso superior do prédio onde funcionava a gráfica. A residência do casal era também ponto de encontro de amigos, entre eles, muitas personalidades políticas como Pedro Pedrossian²³, José Fragelli²⁴ e Roberto

²³ Nascido na cidade de Miranda em 13 de agosto de 1928, Pedro Pedrossian formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo. Foi senador de Mato Grosso uno no período 1965/1971 e em 1980 renunciou ao cargo de senador para assumir o Governo do Estado, nomeado pelo então presidente João Figueiredo. Voltou a assumir o comando do Executivo estadual em 15 de março de 1991, eleito pelo voto popular. Faleceu aos 89 anos no dia 22 de agosto de 2017. Fonte: <http://www.ms.gov.br/morte-de-pedro-pedrossian-cancela-evento-na-camara-municipal-da-capital/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

²⁴ José Manoel Fontanillas Fragelli nasceu em Corumbá e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Além de deputado estadual (1947 a 1954), deputado federal (1955-1959), governador de Mato Grosso (1970 a 1974), e senador (1980 a 1987), exerceu o cargo de presidente da República por duas vezes, em setembro de 1986. Faleceu no dia 30 de abril de 2010, aos 95 anos de idade, em sua residência no centro de Aquidauana. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/04/morre-ex-presidente-do-senado-jose-fragelli.html>. Acesso em: 6 fev. 2023.

Orro²⁵, que sempre buscavam um café ou quebra-torto — café da manhã típico pantaneiro que tem como prato principal o arroz carreteiro²⁶ — preparado especialmente pela matriarca da família.

Figura 12 – Aldo Royg e sua esposa, Elvira



Fonte: Arquivo pessoal.

Com o desenvolvimento da gráfica, tornando-se na cidade e região uma referência na impressão de talões, notas fiscais, cartelas de bingo e convites em geral, surgiu a oportunidade de lançamento de um jornal, um sonho antigo de Aldo Royg (O PANTANEIRO, 2020) e que ganhou ainda mais incentivo de sua esposa e de amigos, que aceitaram ajudá-lo nesta nova missão. Com a sua aprovação para o nome *O Pantaneiro*, começaram os trâmites burocráticos para o lançamento do novo semanário aquidauanense (O PANTANEIRO, 2013).

Aldo Royg passou a ser portador registro de jornalista profissional do MS n.º 145, expedida em 29 de outubro de 1973, que o habilitava profissionalmente como redator. Paralelamente às funções como administrador do jornal, foi um dos responsáveis pela

²⁵ Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, o aquidauanense Roberto Moaccar Orro foi um dos fundadores do MDB, elegendando-se o vereador mais votado por Aquidauana em 1976. Fez parte da primeira Assembleia Constituinte do então recém-criado estado do MS, em 1979. Cumpriu cinco mandatos, tendo presidido o Parlamento em 1994. Casado com Yonne Ribeiro Orro, faleceu em 23 de novembro de 2020. Disponível em: <https://oabms.org.br/nota-de-falecimento-roberto-moaccar-orro-1/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br/entretenimento/conheca-as-identidades-que-formam-mato-grosso-do-sul-e-representam/152253/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

fundação da unidade de Aquidauana do grupo Alcoolicos Anônimos (AA) (O PANTANEIRO, 2013), irmandade de pessoas que compartilham, entre si, suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolverem seu problema comum e ajudarem outras a se recuperarem do alcoolismo²⁷.

Sua despedida como proprietário do *O Pantaneiro* ocorreu em 1975, após o falecimento de seu pai no Paraguai, quando precisou iniciar os procedimentos de inventário e administração da fazenda como sucessor (O PANTANEIRO, 2020). Ao não conseguir administrar os negócios em Aquidauana e no país vizinho, decidiu que era o momento da venda do comércio aquidauanense para conseguir dedicar-se exclusivamente à administração da propriedade paraguaia. Em 3 de dezembro de 1975 realizou a venda do *O Pantaneiro* aos futuros compradores: o professor José Lima Neto e o professor e advogado Orlando Aparecido Pascotto (O PANTANEIRO, 2020).

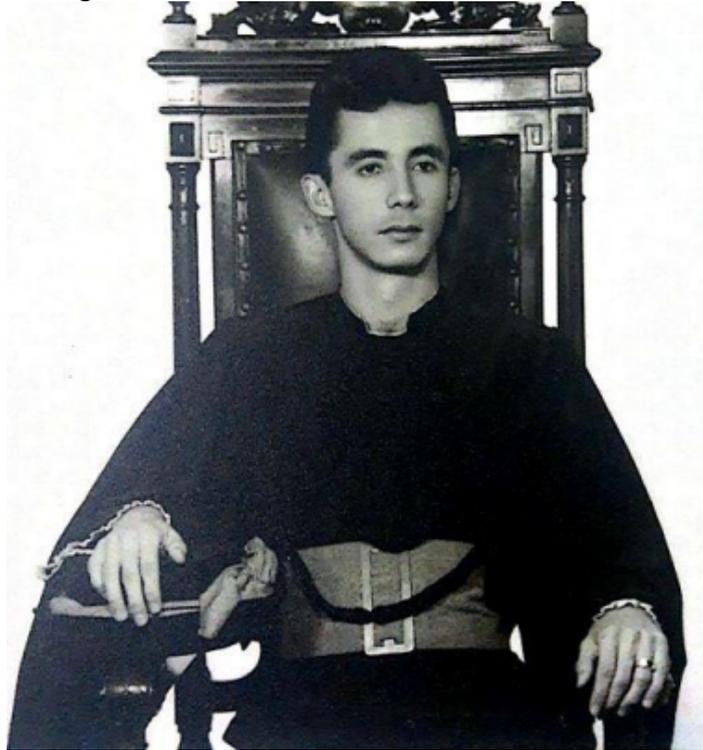
Com a perda trágica do seu filho mais velho, a família decidiu mudar-se para a cidade de Campo Grande (O PANTANEIRO, 2013). Já com saúde debilitada, Aldo Royg faleceu na capital sul-mato-grossense no dia 26 de outubro de 2013, aos 82 anos (O PANTANEIRO, 2013).

3.1.2 Augusto Alves Corrêa Filho

Nascido em Aquidauana em 19 de fevereiro de 1939, Augusto Alves Corrêa Filho era o caçula dos filhos do casal Augusto Alves Corrêa e Cecília de Campos Alves Corrêa. O seu pai, também nascido em Aquidauana na data de 19 de julho de 1907, foi um dos 20 filhos de Estevão Alves Corrêa, o “Cel. Chá”, um dos fundadores da cidade (CORRÊA, 1992, p. 149). Augusto Alves Corrêa Filho cresceu junto aos irmãos e demais primos da extensa família. Coursou o 1º grau no Colégio Dom Bosco, em Campo Grande, e o 2º grau em Campinas, São Paulo. O ensino superior foi realizado na Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ) (O PANTANEIRO, 1966).

²⁷ Disponível em: <https://www.aa.org.br/informacao-publica/sobre-a-a/quem-somos>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Figura 13 – Augusto Alves Corrêa Filho na formatura do curso superior de Direito



Fonte: Arquivo pessoal.

Após conquistar o diploma, retornou à cidade natal para atuar na área da advocacia. Pouco tempo depois tornou-se diretor-redator e sócio do então futuro semanário aquidauanense *O Pantaneiro* (O PANTANEIRO, 1966). A experiência durou aproximadamente quatro meses, quando, em setembro de 1965 publicou no próprio semanário uma carta de encerramento das funções de colaborador como diretor-redator da empresa (O PANTANEIRO, 1965).

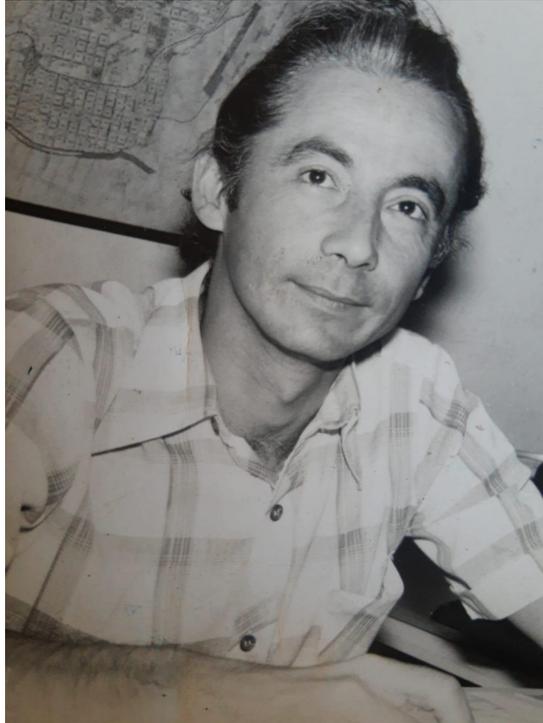
Logo depois foi nomeado Delegado em Aquidauana (O PANTANEIRO, 1966) e exerceu o mandato de vereador nos anos de 1972 e 1973. Também atuou por muitos anos como Procurador Jurídico em Aquidauana, nas gestões de Cristóvão de Albuquerque²⁸ e Fernando Luiz Alves Ribeiro²⁹. Na década de 1990 foi o Diretor dos Recursos Humanos da

²⁸ Cristóvão Albuquerque Filho, descendente de fundadores de Aquidauana, nasceu em 13 de agosto de 1926, formou-se em Engenharia, exercendo a profissão na companhia ferroviária estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), tendo se aposentado neste cargo. Exerceu os cargos públicos de vereador e posteriormente foi eleito Prefeito Municipal de Aquidauana, no período de 1982 a 1988. Casou-se com Shirley Cicalise Albuquerque com quem teve uma filha, Iceia. Faleceu em Aquidauana, vítima de um infarto, no dia 23 de julho de 1992 (O PANTANEIRO, 1992).

²⁹ Filho de José Alves Ribeiro e Maria Constança Corrêa Ribeiro, Fernando Luiz Alves Ribeiro, conhecido como “Tico Ribeiro”, nasceu em 22 de março de 1919 e formou-se em Medicina Veterinária pela Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa (MS). Casou-se em 1945 com Nilza Corrêa Ferraz e foram morar no Iguacu, parte da fazenda Taboco, herança de família. Ganhou notoriedade no programa de rádio João Bobo, da Difusora de Aquidauana, em que tecia críticas ao cotidiano político da cidade. A fama levou-o a se eleger prefeito do município em 1952. Foi eleito deputado federal em 1958 pela União Democrática Nacional (UDN). Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, Tico Ribeiro apoiou a edição da Emenda Constitucional n.º 4, em setembro daquele ano, que implantou no país o sistema parlamentarista de governo como forma de contornar

Assembleia Legislativa na gestão do deputado Roberto Orro enquanto presidente da Assembleia Legislativa do MS³⁰.

Figura 14 – Augusto Alves Corrêa Filho, após sua saída do *O Pantaneiro*, prosseguiu a carreira na advocacia e exerceu cargos no Legislativo e Executivo



Fonte: Arquivo pessoal.

Aos 34 anos casou-se com Elaine Cavalheiros na Igreja Nossa Senhora da Conceição, no dia 22 de maio de 1973. O casal teve dois filhos, Juliana e Luiz Augusto (CORRÊA, 1992) e quatro netos: Maria Clara, Luiz Guilherme, Luiz Augusto e Mariana. Augusto Alves Corrêa Filho faleceu em Aquidauana no dia 8 de agosto de 2005, aos 66 anos. Ressaltando os relevantes serviços prestados à comunidade aquidauanense, foi proclamado luto oficial na cidade de Aquidauana por três dias por meio do Decreto Municipal n.º 108/2005³¹.

o veto imposto por setores militares à posse do vice-presidente João Goulart. Em 1972 morreu sua esposa Nilza. Dois anos após casou-se pela segunda vez com a prima de Nilza, Maria Tereza Ferraz, com quem teve dois filhos: Zelito e Odilon Ribeiro, atual prefeito de Aquidauana. Após deixar a Câmara dos Deputados, Tico Ribeiro foi prefeito de Aquidauana por mais dois mandatos. Faleceu em 14 de setembro de 1995, aos 76 anos (WILHELMS, 2019).

³⁰ Disponível em:
<https://al.ms.gov.br/Noticias/50277/aquidauana-esta-de-luto-pelo-falecimento-de-augusto-alves-correa-filho>.
 Acesso em: 6 fev. 2023.

³¹ Disponível em:
<https://al.ms.gov.br/Noticias/50277/aquidauana-esta-de-luto-pelo-falecimento-de-augusto-alves-correa-filho>.
 Acesso em: 6 fev. 2023.

3.1.3 Oscar de Barros Filho

Formado em odontologia pela Faculdade de Lins (SP), (O PANTANEIRO, 2020), o campo-grandense Oscar de Barros Filho é um dos três filhos do casal de pecuaristas Oscar Trindade de Barros e Ada Moreira Barros. Neto de um dos fundadores do município de Aquidauana — Manoel Antônio Paes de Barros — nasceu em 29 de março de 1939 (O PANTANEIRO, 2020), e passou boa parte da infância em terras aquidauanenses. Estudou nas Escolas XV de Agosto e Cândido Mariano até se mudar para as cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) para concluir o ensino médio, assim como os seus irmãos Geraldo Moreira Barros e Alceu Moreira Barros. Por parte de pai, também é irmão de Ayrton Trindade Barros.

Além da odontologia, medicina e aviação, a escrita também era um de suas atividades preferidas. Como profissão, escolheu a odontologia, mas desde sua formação na capital carioca e posteriormente na formação do ensino superior, envolveu-se com mais intensidade em projetos de publicação de periódicos (O PANTANEIRO, 2020) nos quais desenvolveu um senso mais crítico quanto a assuntos como política e economia.

A sua volta definitiva para Aquidauana ocorreu após sua formatura, ocorrida em 1963 (O PANTANEIRO, 2020), mas tempos difíceis estavam por vir. Para comemorar o seu aniversário de 25 anos junto à família e colegas, Oscar escolheu a residência dos Nunes da Cunha, situada na subesquina das ruas Estevão Alves Corrêa e Manoel Antonio Paes de Barros. Ali residiam o Sr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha, a esposa, D^a. Nair Fenelon Costa e os seis filhos do casal. Além do fato da família ser numerosa e reunir muitos amigos dos filhos, a casa era movimentada pela vida pública do patriarca, já que este assumiu pela primeira vez, em setembro de 1935, o cargo de prefeito de Aquidauana, sendo reconduzido a esse cargo por mais quatro vezes. Manoel Bonifácio também foi proprietário do jornal aquidauanense *Jornal do Sul*, que circulou no município entre os anos de 1940 a 1954 (ROBBA, 1992).

Cedida à residência, o evento foi realizado então em um domingo, em 29 de março de 1964, e reuniu diversas personalidades da sociedade. Ocorreu dois dias antes das primeiras prisões do golpe militar de 1964, que aconteceram em todo o país, como afirma Leite (2009):

O “31 de março” inaugurou um período de mais de 21 anos de governos militares no Brasil. Iniciou-se ali um período de extrapolação dos direitos constitucionais que só teve fim com as negociações geradoras da “Nova República”. O “31 de março de 1964” foi o marco inicial para o “day after”, ou seja, para as conseqüências do dia seguinte, o 1º de abril.

Sobre o assunto, com o trabalho intitulado *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução* (2009), o professor Eudes Fernando Leite trouxe em debate o golpe militar de 64 e como este acontecimento se deu na cidade interiorana de Aquidauana, ainda pertencente ao estado de MT. Temas como a repressão, a utopia comunista e os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), criados pelo Decreto-Lei n.º 1.002, de 21 de outubro de 1969, apresentam uma realidade local deste acontecimento marcante do país, após a deposição do Presidente João Goulart.

Em Aquidauana, em um dos IPMs citados na pesquisa de Leite (2009), uma testemunha de acusação afirmou ter encontrado um dos investigados, o professor de História Ênio de Castro Cabral em um churrasco e parte do conteúdo da conversa que teve com o professor foi revelado aos militares. Concluímos que o churrasco citado no inquérito vem a ser o de comemoração de aniversário de Oscar de Barros Filho. Ênio foi preso no dia 4 de abril de 1964 e seu inquérito (IPM Ênio Cabral) foi criado 19 dias depois pelo 9º Batalhão de Engenharia e Combate de Aquidauana e investigado pelo Capitão Oscar da Silva (LEITE, 2009).

Sobre a prisão do professor, em sua tese *Revolução e Utopia: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a Ditadura Militar (1964-1985)*, Aguinaldo Rodrigues Gomes apresenta o contexto em que ocorreu a detenção:

Ênio Cabral, professor de História do Brasil do Colégio Cândido Mariano, enfrentou diversos problemas de censura, sendo acusado por colegas, alunos e pais de alunos de desviar os assuntos de sua disciplina para a promoção do comunismo. Certamente por esse motivo um dos primeiros inquéritos montados na cidade foi contra ele, que foi preso no dia 04 de abril de 1964, cinco dias após o golpe. Ênio foi considerado pelos representantes do Estado na cidade como inimigo número um da segurança nacional, não só por conta de sua atuação como docente, mas principalmente por atividades à frente do PCB. Foi provavelmente por esse motivo que o referido professor se tornou o principal alvo da repressão militar logo no início do regime (GOMES, 2015, p. 212).

Assim como Ênio, outros participantes da comemoração do aniversário de Oscar de Barros também foram detidos e, posteriormente, investigados. Inclusive os anfitriões, o advogado Leonardo Nunes da Cunha, aos 27 anos, e o seu irmão, o médico Rubens Nunes da Cunha, aos 28 anos, mesmo pertencentes a famílias tradicionais na cidade, remanescentes de antigos fundadores (LEITE, 2009) foram submetidos à prisão. Isso porque “[...] por trás das acusações, interrogatórios e investigações, sempre existiu a intenção e o desejo de ajustar antigas diferenças, não só ideológicas, como também políticas, entre fazendeiros, comerciantes e comunistas” (LEITE, 2009, p. 83). Os dois irmãos Nunes da Cunha e Ênio

Cabral foram acusados de transgredir os artigos de 9 a 12 da Lei n.º 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Ao todo, 17 pessoas foram indiciadas em Aquidauana, sendo todas do sexo masculino.

O aniversariante daquela data tão marcante não foi indiciado ou detido. O casamento de Oscar de Barros com a paulista Marlene Arbex aconteceu em 9 de janeiro de 1965 e o casal escolheu a cidade de Aquidauana para residir. Junto a outros jovens colegas recém-formados — em sua maioria na capital carioca — Oscar de Barros Filho discutia a importância que um novo jornal independente teria na cidade (O PANTANEIRO, 2020) e que poderia ser considerado uma afronta perante os acontecimentos da época. Junto a Augusto Alves Corrêa e Aldo Roys, Oscar contribuiu para a fundação, aos 26 anos de idade, do jornal *O Pantaneiro* (O PANTANEIRO, 1966). Atuou como diretor-gerente, a convite do diretor-proprietário, Aldo Roys, e compartilhou nos editoriais as emoções vividas nos dois meses que esteve como um dos diretores no semanário, como a necessidade de se rodar as primeiras edições na manivela (O PANTANEIRO, 2020). Dividia com o colega Augusto as escritas dos editoriais, notícias policiais e a coluna social que assinavam no pseudônimo Hermano e Latino. Era de autoria de Oscar de Barros algumas rimas assinadas como *Raja Agassisi*.

Sua despedida como diretor foi publicada na edição de n.º 19, de 7 de julho de 1965 (O PANTANEIRO, 1965). Apesar da despedida formal, continuou a acompanhar indiretamente a trajetória do periódico. Com Marlene teve dois filhos: Oscar de Barros Neto e Mônica Barros Reis. Recebeu em 1992 a Medalha de Honra ao Mérito do Centenário de Aquidauana, e em 2015 o título de Emérito Legislativo pela Câmara Municipal de Aquidauana. Atualmente reside em Campo Grande (MS).

3.1.3.1 A primeira alteração do quadro de expediente do jornal *O Pantaneiro*

Somente quatro meses após o lançamento, os colaboradores e diretores Augusto Alves Corrêa Filho e Oscar de Barros Filho enviaram à redação do *O Pantaneiro* a correspondência com o registro formal de encerramento de suas atividades no periódico. A carta de despedida foi publicada na primeira página da edição n.º 19, de 7 de setembro de 1965, com os seguintes dizeres:

Prezado Senhor,

No momento em que nos afastamos da direção d'O Pantaneiro, impelidos por motivos que não conduzem com a nossa vontade, queremos através dessas colunas, que tantas vezes preenchemos, trazer ao nosso público agradecimentos aos nossos leitores, à sociedade de Aquidauana e ao povo em geral, pelo amparo que nos deram

para que levássemos a cabo nossa missão e pela confiança em nós depositada. Sentimo-nos felizes e recompensados em nosso trabalho e se abandonamos a sua direção, não perdemos nossa fé em suas realizações. Embora distante das funções diretivas, continuaremos propagandistas deste jornal, nascido do esforço de um grupo de jovens, por isso mesmo sem cumplicidade com o passado. Nossos agradecimentos também àqueles que conosco colaboraram com seus artigos, às nossas autoridades pela amabilidade com que nos receberam quando ao exercício de nosso dever de informação. A todos, enfim, nossa sincera gratidão e nossa promessa de, mesmo no anonimato, continuaremos a trabalhar pelo engrandecimento de nossa cidade (O PANTANEIRO, 1965, p. 1).

Figura 15 – Oscar de Barros Filho, Augusto Alves Corrêa (ao centro) e Aldo Royg (à direita)



Foto: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

3.1.3.2 *Um nome, uma homenagem: O Pantaneiro*

Para a autora Albana Xavier Nogueira, em sua obra *Pantanal: homem e cultura*, uma das primeiras considerações a se explicar sobre a região do Pantanal é que: “[...] os termos Pantanal e pantaneiro são duas entidades diferentes que se fundem numa realidade antropogeográfica única. O Pantanal, de que tanto se fala, teria, por estimativa, uma superfície de quase duzentos mil quilômetros quadrados” (NOGUEIRA, 2002, p. 25). Já sobre o “pantaneiro”, a autora refere-se, com relevância, “[...] ao homem que habita essa realidade, seus utensílios e práticas rurais, enfim, seu modo de viver, adaptado à realidade dos pantanais, evidenciando o processo harmônico de interação entre homem e natureza”

(NOGUEIRA, 2002, p. 28).

Albana Xavier ainda traz um questionamento ao assegurar que nem sempre esse sujeito pantaneiro recebeu a importância dentro do contexto de discussões sobre a região, sempre ofuscado pela riqueza da fauna e flora pantaneiras e que “[...] após séculos de ocupação do Pantanal pelo homem, pode-se dizer que pouco ou quase nada se conhece dele, ou seja, de suas origens, hábitos, costumes, crenças, tradições, enfim, de seu modo de ser e de encarar o mundo” (NOGUEIRA, 2002, p. 30).

Ao escrever um artigo como um presente para o aniversário de 100 anos de Aquidauana, na revista centenária produzida pelo jornal *O Pantaneiro*, Albana Xavier Nogueira (1992) fez uma retrospectiva sobre a ocupação na região do Pantanal e afirma que apesar da ocupação dos homens brancos, os índios já eram senhores das terras e das águas (NOGUEIRA, 1992).

Como trajetória de seus fundadores, pantaneiros radicados em áreas banhadas pelos rios Miranda e Aquidauana, ao fundarem o novo povoado, às margens do rio Aquidauana, acreditavam tornar mais fáceis as comunicações afins aos seus interesses (NOGUEIRA, 1992). Mesmo com o advento de algumas melhorias de comunicação nas cidades, a realidade dos moradores nas áreas rurais ainda era árdua, pois “[...] naqueles tempos tão difíceis, os pecuaristas viviam isolados, na lonjura das distâncias, sem o conforto moderno das estradas asfaltadas, do avião Cessna, do rádio, da TV, dos jornais e das revistas” (SERRA, 2008, p. 7).

Para Ribeiro (1984), autor da obra *Taboco: 150 anos. Balaio de Recordações*, de forma poética e contando as dificuldades e histórias do homem pantaneiro em verso e prosa, conta como ocorreu a povoação secundária e o contato com os povos originários da região:

Sempre julguei o fazendeiro matogrossense, e em especial “o pantaneiro”, um homem muito evoluído, que aceitou com entusiasmo os melhoramentos que o progresso lhe trazia, tais como: currais australianos, bretes para marcar, avião, rádio, luz elétrica e outras comodidades pouco comuns até em estados mais adiantados. Todos estes fatores facilitaram a penetração e a fixação no homem no Pantanal (RIBEIRO, 1984, p. 31).

Todas essas referências foram decisivas para a escolha do nome do novo jornal a ser lançado como uma maneira de homenagear os homens de quem dependia a economia de Aquidauana. Em seu editorial da primeira edição, os diretores já afirmam, porém, que o principal objetivo seria reconhecer o valor deste sujeito e não apenas defendê-lo: “‘O PANTANEIRO’, já em seu nome, trás a nossa homenagem aos homens de quem depende a economia de nossa cidade: o pecuarista” (O PANTANEIRO, 1965, p. 1). Além desta percepção, observa-se também que os três diretores tinham envolvimento familiar com

pecuaristas o que provavelmente os incentivou a elegerem este epíteto.

3.2 As primeiras edições

Após as primeiras tratativas e ajustes para as primeiras impressões, o lançamento do semanário *O Pantaneiro* ocorreu na cidade de Aquidauana na manhã do dia 5 de maio de 1965, uma quarta-feira. No editorial da primeira edição, os diretores demonstraram qual seria a missão e os valores do novo jornal, apresentados aos seus leitores de Aquidauana e região:

Leitor Amigo:

Estamos colocando em suas mãos o nosso primeiro número de ‘O PANTANEIRO’, jornal nascido em Aquidauana, para Aquidauana e sobre Aquidauana.

Nascemos como todos: desacreditados, criticados e articularizados.

Há algum tempo nossa cidade, ainda menina, esperava pelos que vimos de plagas distantes pudessem dar a ela o impulso que qualquer cidade tenra necessitava.

Receava-se entre nós o ditado: ‘Santo de casa não faz milagres’.

Mas Aquidauana cresceu. Seus filhos voltaram e se dividiram nos diversos afazeres procurando cada qual dar a sua colaboração pelo progresso da cidade.

E assim, também, nós voltamos.

Não vimos fazer milagres, nem pretendemos.

Mas voltamos e queremos dar, também, o nosso quinhão naquilo planejado por nossos avós, edificado por nossos pais e entregue a nós e às gerações futuras.

Não nascemos prêsos a ninguém ou ligados a qualquer agremiação partidária.

Nascemos do esforço, do pensamento e, porque não dizer, do amor que nos prende a nossa cidade.

‘O PANTANEIRO’, já em seu nome, trás a nossa homenagem aos homens de quem depende a economia de nossa cidade: o pecuarista.

Mas não vimos defendê-lo e sim reconhecer o seu valor.

Vimos cantar, sem versos, a beleza e a grandiosidade de nossa cidade, sala de espera do fabuloso pantanal matogrossense.

Vimos prestar nosso tributo aos seus heróico fundadores e aqueles que continuam suas obras.

Vimos levantar um monumento a você aquidauanense.

E é com esse fim que nasceu ‘O PANTANEIRO’: Livre como a andorinha, conscio de suas responsabilidades como qualquer um de vocês e, como todos, trabalhando para o engrandecimento de seu torrão natal.

Não nascemos do ódio, mas somos frutos do amor, o amor à nossa cidade e sua gente.

E com vocês estaremos para propagar as suas grandezas.

Bom dia, Aquidauana.

Por ser em uma data próxima ao Dia das Mães, o tema foi destaque com uma homenagem impressa na primeira página da edição inaugural: “A você MÃE, um dia de gratidão e carinho por uma vida de ternura e desvelo” (O PANTANEIRO, 1965, p. 1). O concurso de Miss Mato Grosso, tradicional concurso de beleza feminino na região e que era realizado desde 1955, visando eleger a melhor candidata mato-grossense, também obteve relevância.

Figura 16 – Primeira página, da primeira edição, do jornal *O Pantaneiro* de 5 de maio de 1965

RONDON
Sobre o Justo
Distrito de
MATO GROSSO

O PANTANEIRO

A VOCÊ «MÃE»:
Um dia de gratidão
e carinho por uma
vida de ternura e
desvelo.

Homenagem do
«PANTANEIRO»

ANO 1 Aquidauana, Quarta feira, 5 de Maio de 1965 **No. 1**

Leitor Amigo:

Estamos colocando em suas mãos o nosso primeiro número de «O PANTANEIRO», jornal nascido em Aquidauana, para Aquidauana, e sobre Aquidauana.

Nascemos como todos: desacreditados, criticados e ridicularizados.

Há algum tempo nossa cidade, ainda menina, esperava eles que vindos de plagas distantes pudessem dar a ela o impulso que qualquer cidade, ainda tenra necessita.

Relatava-se entre nós o ditado: «Santo de casa não faz milagres».

Mas Aquidauana cresceu. Seus filhos voltaram e se dedicaram nos diversos afazeres procurando cada qual, com sua colaboração, pelo progresso da cidade.

E a sim, também, nós voltamos.

Não vimos fazer milagres, nem pretendemos. Mas voltamos e queremos dar, também, o nosso quinhão naquilo planejado por nossos avós, edificado por nossos pais e entregue a nós e às gerações futuras.

Não nascemos presos a ninguém ou ligados a qualquer agremiação partidária.

Nascemos do esforço, do pensamento e, porque não dizer, do amor que nos prende a nossa cidade.

«O PANTANEIRO», já em seu nome, trás a nossa homenagem aos homens de quem depende a economia de nossa cidade: o pecuarista.

Mas não vimos defendê-lo e sim reconhecer o seu valor.

Vimos cantar, sem versos, a beleza e a grandiosidade de nossa cidade, sala de espera do fabuloso pantanal matogrossense.

Vimos prestar nosso tributo aos seus heróicos fundadores e aqueles que continuam suas obras.

Vimos levantar um monumento a você aquidauanense.

E é com esse fim que nasceu «O PANTANEIRO»: Livro como a andorinha, cônico de suas responsabilidades, como qualquer um de vocês é, como todos, trabalhando para o engrandecimento de seu torrão natal.

Não nascemos do ódio, mas somos frutos do amor, o amor à nossa cidade e sua gente.

E com vocês estaremos para propagar as suas grandezas.

Bom dia Aquidauana.

Rondon: SERVIR O BRASIL DENTRO DE MATO GROSSO

Há cem anos atrás, numa sesmaria do Morro Redondo, denominada Mimoso, situada no município de Sto. Antonio de Leverger, nasceu Candido Mariano da Silva, que mais tarde, em homenagem ao tio que o criou, adotou o apelido Rondon.

Na mais tenra idade fez

convergir todas as suas faculdades para o ideal de servir a Humanidade.

Como soldado deixou o seu torrão natal, partindo para o Rio de Janeiro, então capital Federal, em busca de saber, vencendo com brilhantismo.

Aqui voltou no posto de 2o. tenente de artilharia e se entregou a luta, vencendo o cansaco de longas viagens a pé, a cavalo, em canoas, sob fortes chuvas e tempestades, mal alimentado, passando sede, frio, tremendo de febre, a caminhar leguas e leguas penetrando no sertão virgem, bruto e inabitado, onde, alem desses rigores, a falta do doce lar, do convívio da família fariam de sanimar o mais heróico dos mortais, mas não a Rôndn.

Rasgando as matas e ultrapassando rios, levantou postes e mais postes, estendendo fios telegráficos, ligando dessa maneira, o seu gigante Mato-Grosso aos demais estados brasileiros.

Suas expedições e explorações desvendaram os segredos do pantanal matogrossense. Descobriu e classificou a flora e fauna, consolidando nosso estado ao Brasil. Explorou-o cientificamente, traçando estradas de penetração, lançando bases fundamentais de futuros centros populacionais, agrícolas e pastoris, estudando a constituição do solo, do clima, dos rios, das matas e as suas riquezas minerais, colocando-nos em contato com o Brasil e com o mundo.

Passa o Rondon histórico, esse o Rondon que já se tornou lendário.

Hoje o nosso Estado desdobra suas bandeiras em homenagem ao seu ilustre filho.

Hoje tudo é alegria e civismo.

Na grande sala dos valentes de nossa história o quadro de Rondon estará em evidência, pois lá estará sendo homenageado, o sertanista, o explorador, o desbravador, o pacificador dos índios, o estudioso, o humanista, o bom pai.

Lá estará sendo homenageado Candido Mariano da Silva Rondon, o Marcha da Paz.

RETRATO DE MÃE

Bispo de La Serena (Chile)
Dom Ramon Angel Jara
Tradução de:
Guilherme de Almeida

Uma simples mulher existe que, pela intensão de seu amor, tem um pouco de Deus; e pela constância de sua dedicação, tem muito de anjo; que, sendo moça, pensa como uma anciã e, sendo velha, age com as forças todas da juventude; quando ignorante, melhor que qualquer sábio desvenda os segredos da vida, e, quando sábia, assume a simplicidade das crianças, pobre, sabe enriquecer-se com a felicidade dos que ama, e, rica, empobrecer-se para que seu coração não sangre ferido pelos ingratos, forte, entretanto se alicia com a bravura dos leões; viva, não lhe sabemos dar valor porque à sua sombra todas as dores se apagam, e, morta, tudo o que somos e tudo o que temos daríamos para vê-la de novo e dela receber um apêro de seus braços, uma palavra de seus lábios.

Não exijam de mim que diga o nome dessa mulher, se não quiserem que ensope de lágrimas este álbum; porque eu a vi passar no meu caminho.

Quando crescerem seus filhos, leiam para eles esta página: eles lhes cobrirão de beijos a fronte; e dirão que um pobre-viandante, em troca de suntuosa hospedagem recebida, aqui deixou para todos o retrato de sua própria mãe...

**CONCURSO DE
MISS MATO-GROSSO
SACODE O ESTADO**

Entivemos com o capitão Mario Moteiro, responsável pelo concurso de «Miss Aquidauana», que nos informou sobre os preparativos que estão sendo feitos em Curitiba para a escolha da mais bela matogrossense.

Já se acham inscritas para o magno certame as representantes de Curitiba, as Leuzas, Rosário Geste, Campa Grãmas, Aquidauana, Vera do Garças e além da srtia Olinda Brito candidata do MES.

A única eleita, até o momento, é a representante de Barra do Garças srta. Carlota de Aguiar Ribeiro.

O concurso está marcado para o dia 29 deste, no Clube Feminino de Curitiba, do qual as candidatas desfilam inicialmente com vestido preto de baile e todote a lego após com traje luxuoso, sendo, até com mais, de mais tentativas serão pertogadas, e serão oferecidos pela Folha Matogrossense.

Informou ainda o Capitão Mario Moteiro, a nossa de portagem que as candidatas irão hospedadas no Alvorado Motel e que a revista «O Curioso» publicará uma edição especial do concurso «Miss Brasil» com a fotografia de cada uma das candidatas.

Visitante Ilustre

Devem chegar em Aquidauana, nos próximos dias o Sr. Sen. Dr. GILBERTO CARVALHO, ex-vice-presidente do Mato Grosso, que virá em missão de trabalho para o Estado.

Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1965).

Ademais, a data escolhida para a circulação de sua primeira edição ocorreu em um dia significativo para os moradores do município e do país, pois comemoravam-se os 100 anos do nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Naquela data, 5 de maio de 1965, a cidade de Aquidauana homenagearia o conhecido brasileiro com desfile nas ruas do centro da cidade, grandes honras militares e participação da população.

Provavelmente por ser um evento grandioso para a região, o centenário de Marechal Rondon foi escolhido como a pauta principal da primeira edição do jornal *O Pantaneiro*. Escrita em tom de homenagem, a reportagem descreve em forma de biografia um pouco da história do militar brasileiro, como segue:

Rondon: servir o Brasil dentro de Mato Grosso

Há cem anos atrás, numa sesmaria do Morro Redondo, denominada Mimoso, situada no município de Sto. Antonio de Leverger, nasceu Candido Mariano da Silva, que mais tarde, em homenagem ao tio que o criara, adotou o apelido de Rondon.

Na mais terna idade fez convergir todas as suas faculdades para o ideal de servir a Humanidade.

Como soldado deixou o seu torrão natal, partindo para o Rio de Janeiro, então capital Federal, em busca do saber, vencendo com brilhantismo.

Aqui voltou no posto de 2º tenente de artilharia e se entregou a luta, vencendo o cansaço de longas viagens a pé, a cavalo, em canoas, sob fortes chuvas e tempestades, mal alimentado, passando sede, frio, tremendo de febre, a caminhar léguas penetrando no sertão virgem, bruto e inabitado, onde, além desses rigores, a falta do doce lar, do convívio com a família fariam desanimar o mais heróico dos mortais, mas não a Rondon.

Rasgando as matas e ultrapassando rios, levantou postes e mais postes, estendendo fios telegráficos, ligando dessa maneira, o seu gigante Mato Grosso aos demais estados brasileiros.

Suas expedições e explorações desvendaram os segredos do pantanal matogrossense. Desvendou e classificou a flora e fauna, consolidando nosso estado ao Brasil. Explorou-o cientificamente, traçando estradas de penetração, lançando bases fundamentais de futuros centros populacionais, agrícolas e pastoris, estudando a constituição do solo, do clima, dos rios, das matas e as nossas riquezas minerais, colocando-nos em contacto com o Brasil e com o mundo.

Esse Rondon histórico, esse o Rondon que já se torna lendário.

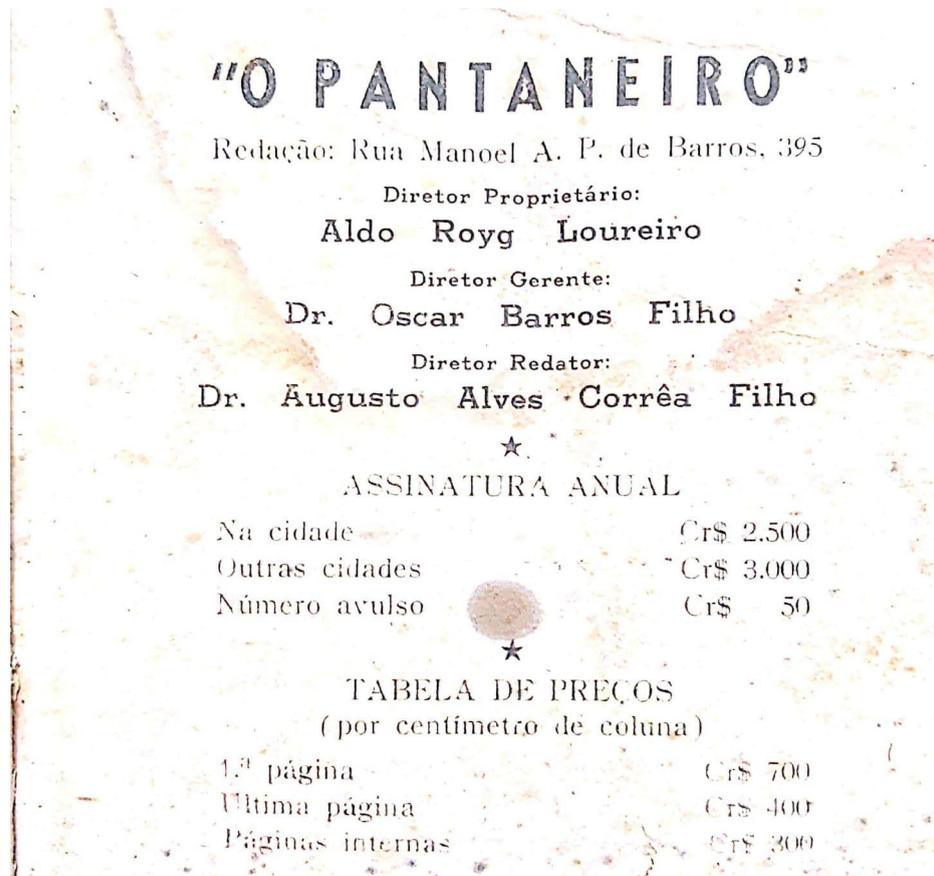
Hoje o nosso Estado desfralda as suas bandeiras em homenagem ao seu ilustre filho. Hoje tudo é alegria e é civismo.

Na grande sala dos vultos de nossa história o quadro de Rondon estará em evidência pois lá estará sendo homenageado, o sertanista, o explorador, o desbravador, o pacificador dos índios, o estudioso, o humanista, o bom pai.

Lá estará sendo homenageado Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal da Paz.

Afora as publicações importantes da capa de sua primeira edição, nas páginas internas estiveram publicadas outras informações sobre o novo semanário. O endereço comercial, quadro de expediente, valores de assinaturas e tabela de preços também eram necessários ao público leitor.

Figura 17 – Quadro de expediente da primeira edição do jornal *O Pantaneiro* de 5 de maio de 1965



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1965).

3.3 A arte da tipografia

Ao retornar a discussão sobre o avanço da comunicação escrita, com a incorporação da tipografia moderna pela invenção de Gutemberg, pode-se analisar a realidade vivenciada pelos profissionais que eram responsáveis pelas impressões conforme o desenvolvimento de novas tecnologias das oficinas gráficas, pois, conforme “[...] o princípio básico de reprodução do conteúdo em alto-relevo, logo se desenvolveram novas máquinas tipográficas, à medida que a sociedade em evolução exigia novas e mais rápidas formas de imprimir e divulgar o pensamento” (COLLARO, 2007, p. 137).

O processo tipográfico perpassa por diferentes grupos de ofício. Desde o profissional responsável pela fabricação do papel, passando pelo fundidor dos tipos (caracteres), compositor, revisor, impressor, dentre outros, são responsáveis pelo produto final da impressão, como afirma Alves (2007, p. 23):

Do impressor ao tipógrafo, a ramificação de funções dentro de uma oficina terminava por criar uma rede de relações que construía uma identidade entre homens que se sentiam ao mesmo tempo gráficos-artesãos e intelectuais, pois,

comparados aos outros operários, dominavam a arte de ler e escrever. [...] o trabalho numa oficina gráfica era complexo e quase todo artesanal. Todo tipógrafo devia saber reproduzir um manuscrito em letra de forma, as letras soltas deveriam ser juntas, formando palavras, linhas e páginas de um livro ou um jornal.

Para compor o seu trabalho, portanto, o profissional da tipografia utiliza-se dos tipos móveis, ou seja, pequenas peças de metal em relevo que reproduzem letras e símbolos que dão forma e ordem estrutural na composição da comunicação escrita. O trabalho manual e artesanal da tipografia acabou por simetria ao modo de se identificar as gráficas que utilizam deste processo para realizar as suas impressões com prensas de tipos móveis.

Figura 18 – O processo da tipografia realizado letra a letra



Fonte: imagem capturada pela autora³².

Como já afirmado anteriormente, o jornal *O Pantaneiro* começou a ser impresso em um parque gráfico já existente, o da gráfica Efigênia, de propriedade de Aldo Royg (O PANTANEIRO, 2013). Foi sob a direção deste experiente tipógrafo que, em uma máquina de marca *Catu*, existente até os dias atuais, a primeira edição do semanário foi impressa após ser escrita e montada letra a letra em seus moldes.

³² Disponível em: <https://processofinal.tumblr.com/post/117640679036/tipografia-caligrafia-e-lettering/amp>. Acesso em: 7 mar. 2023.

Figura 19 – Máquina de tipografia onde foram impressas as primeiras edições de *O Pantaneiro*



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2023).

Durante o lançamento do *O Pantaneiro*, a cidade de Aquidauana estava em festa devido às comemorações da honraria a Marechal Rondon. Diferentemente dos colaboradores que, por meio de muitos esforços, lutavam contra o tempo para terminarem as primeiras impressões, o público externo certamente não presenciou a tensão existente dentro do parque gráfico. Assim, com o objetivo de compartilhar com os leitores a experiência vivida pelos diretores e colaboradores durante os bastidores da primeira edição, o editorial da segunda edição, publicada sete dias após o lançamento, explicou um pouco da realidade tensa vivida pela organização durante os trabalhos de montagem e impressão:

ERA REALIDADE

Quinze dias antes do nosso primeiro número, nada existia além de algumas consultas sobre como funcionar e com quem contar.

Antes de seu registro tudo era confusão a esse respeito e ninguém podia garantir seu funcionamento.

Resolvemos, enfim, fazer o registro do Jornal, e iniciamos a venda de assinaturas e anúncios.

Começamos a estudar como seria um jornal, como dividi-lo.

Os tipógrafos afirmavam que até a data marcada para o seu lançamento daria para imprimi-lo e nós garantíamos que matéria não iria faltar.

A primeira página a ser rodada foi a terceira.

Houve a primeira demonstração de alegria.

Rodamos a segunda página e ficamos como o artista depois de terminada a sua obra prima. Tudo era deslumbramento.
 Mas as páginas externas começavam a demorar. Matéria deixada, propositalmente, para o fim, não havia chegado.
 A oficina atrasava. Nunca haviam feito um jornal e nós nunca o havíamos escrito.
 Um se preocupava com o outro.
 Eles levavam fê na sua arte. Sabiam que com um papel escrito na frente fariam a dança dos tipos em tempo hábil.
 Nós sabíamos que em último caso até um jogo de bolitas ou um garoto soltando papagaio seria assunto.
 Fizemos a última página, o sorriso de antes era dado com reservas.
 Iniciamos a primeira página. Chegara a última matéria: ‘Concurso de miss Mato-Grosso sacode o estado’.
 Página carregada. Página que êste jornal não aceita anúncios.
 Revisão cansativa.
 Cuidados extremos.
 Começamos a imprimir.
 Surge, então, o primeiro número completo.
 Todos querem examiná-lo. As horas avançam.
 Estamos em plena madrugada, o sono é geral.
 Terminamos o último e embora vencidos pelo cansaço a alegria compensava.
 Despedimo-nos e nos abandonamos nos braços de Morfeu.
 Foi o sono da paz, no lançamento comemorativo do centenário de nascimento do Marechal da paz.
 Surgem os primeiros raios solares. A manhã despontava. Já se ouvia os tambores, os colégios se deslocavam saudando o ilustre brasileiro. Já se escutavam vozes dos que passavam nas calçadas e se colocavam em posições privilegiadas para assistirem ao desfile.
 Escutavam-se também um grito distante: Olha ‘O Pantaneiro’.
 Não era sonho, era realidade. (O PANTANEIRO, 1965).

As grandes dificuldades do trabalho manual da tipografia — assim como as compartilhadas no parque gráfico Efigênia — deram o impulso para o progresso e desenvolvimento de tecnologias mais atuais de impressão, pois “[...] novos conceitos de reprodução gráfica, que começaram a ser gerados no século XVIII, mas amadureceram durante o século XX, acabaram relegando a tipografia à história e dando lugar a processos mais modernos e menos onerosos de reprodução gráfica” (COLLARO, 2007, p. 137).

O processo sucessor da tipografia na composição gráfica foi a linotipia, com a chegada das “[...] linotipadoras, máquinas que fundiam quase instantaneamente linhas inteiras em uma liga maleável de chumbo, antimônio e estanho, aumentando muito a produtividade dos componedores” (COLLARO, 2007, p. 137). Este tipo de impressão, que tem como base os linótipos³³, um tipo de máquina de composição de tipos de chumbo, não foi implantado no parque gráfico estudado, que passou do sistema de tipografia diretamente para o sistema de

³³ Também chamado de linotype, este processo de impressão foi inventado em 1884 em Baltimore, nos Estados Unidos, pelo alemão Ottmar Mergenthaler. O invento fora de suma importância por significar um novo e imprescindível progresso na história das artes gráficas, vencendo a lentidão da composição dos textos executada na tipografia tradicional. Até então, a tipografia era o principal meio de composição de textos, sendo feito à mão, juntando os tipos móveis um a um. Já através de uma máquina de composição da marca Linotype, era possível compor uma linha inteira de texto, que, quando batida no teclado da máquina, era imediatamente fundida com chumbo em ponto líquido equipado e integrada na composição de colunas e de páginas (YUUKURA, 2017).

impressão intitulado *off-Set*, no qual são impressas as edições até os dias atuais.

3.3.1 A tipografia sob a ótica do tipógrafo pantaneiro

Como já exposto nos tópicos anteriores, a tipografia foi um dos meios de reprodução gráfica mais importantes para o desenvolvimento da comunicação escrita na sociedade. Mesmo com o avanço tecnológico, “[...] as mudanças no ofício não provocaram a extinção da tipografia, que continuou coexistindo com a linotipia até os anos 1980, mesmo ficando relegada a confecção de materiais que exigiam menos acabamento e qualidade gráfica: notas fiscais, cartões e anúncios” (ARAÚJO, 2014, p. 16-17).

Nessa realidade, ainda por um tempo muitos profissionais continuaram com a missão de aprender a arte da tipografia, principalmente em cidades interioranas, já que estas recebiam com um atraso a chegada de modernas inovações, comparando-se a cidades dos grandes centros comerciais do país. Esses tipógrafos também ficaram conhecidos por um longo período pela expressão “trabalhador gráfico”. De acordo com Araújo (2014), o termo:

Adquiriu historicamente múltiplos significados e as várias denominações que o ofício recebeu ao longo de séculos estavam associadas às transformações ocorridas no processo de trabalho desta atividade: artesãos das palavras, tipógrafos, linotipistas e gráficos (num tom mais amplo e indiferenciado). Cada palavra refere-se a um determinado estágio de transformação na técnica de trabalho e na inovação maquinica. O discurso de orgulho do ofício propagado durante muito tempo na categoria construiu uma noção de saber profissional comparado a uma arte (ARAÚJO, 2014, p. 17).

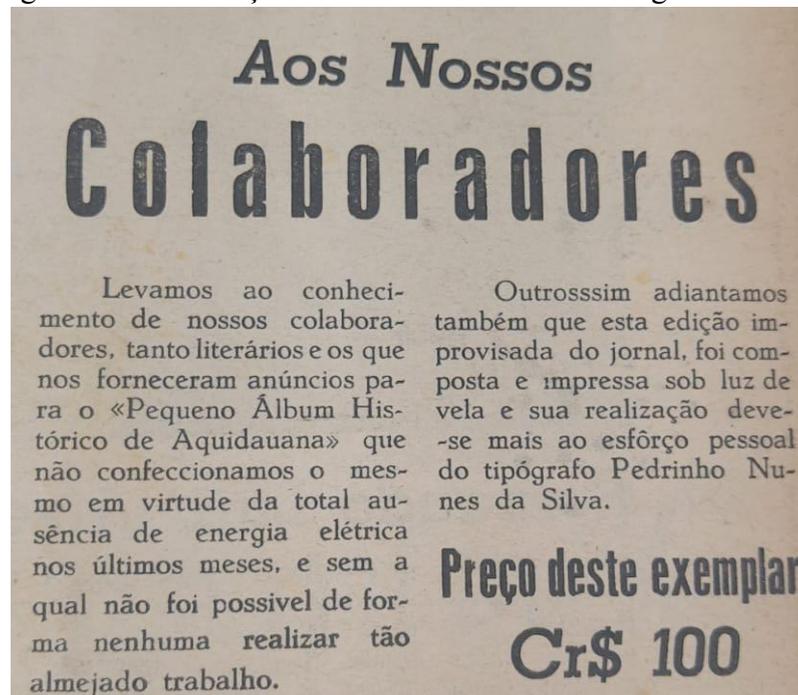
Com o objetivo de retratar a realidade dos profissionais gráficos em uma cidade do interior, Antonio Barbosa dos Santos, um ex-colaborador do *O Pantaneiro*, relatou em 2016, em seu trabalho de conclusão do curso de História, a memória dos tipógrafos que exerceram sua profissão na cidade de Aquidauana. Nas páginas de *Tipógrafos em Aquidauana: algumas reminiscências*, ele abordou especialmente as lembranças de alguns gráficos sobre o exercício da profissão e a arte de produzir impressos, bem como sobre as dificuldades enfrentadas.

De acordo com o autor, assim como a invenção de Gutenberg no século XV que sofreu rejeição por uma parte da sociedade, em solos ainda mato-grossenses a chegada de um novo processo de impressão não foi bem aceito pelos tipógrafos pantaneiros, conforme afirmou um dos entrevistados ao pesquisador do *O Pantaneiro*. Segundo ele, “[...] tudo se desenvolve na tecnologia e por isso muitas pessoas foram desempregadas por causa disso” (SANTOS, 2016, p. 52).

Contudo, tal comportamento repreensivo parecia comum na área gráfica, já que “[...] durante três gerações tecnológicas da produção gráfica (tipografia, linotipia e fotocomposição offset), sempre quando uma aparecia, entrava em conflito com a anterior, gerava um discurso de superioridade técnica e a desqualificava como arcaica (de baixa qualidade)” (ARAÚJO, 2014, p. 39).

Sobre as dificuldades locais, ainda na década de 1960, entre as maiores dificuldades para a produção do semanário *O Pantaneiro* era a frequente interrupção de energia elétrica, o que acabava por valorizar ainda mais o trabalho dos tipógrafos, conforme a publicação de 15 de agosto de 1966 — edição especial de aniversário de Aquidauana.

Figura 20 – Publicação de *O Pantaneiro* de 15 de agosto de 1966



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1966).

Assim como o citado Pedrinho Nunes da Silva, dentre os profissionais da tipografia que atuaram na gráfica Efigênia e futuramente na gráfica e jornal *O Pantaneiro*, encontram-se João Silvano, Saturnino Salvador, Osvaldeci Nunes, Eugênio Gerson dos Santos, Dalton Silva Marcos, Antonio Barbosa dos Santos, entre outros. Muitos iniciaram a carreira ainda como auxiliares de tipógrafo e acabaram subindo no posto após adquirirem conhecimentos avançados de escrita, bem como a experiência prática com as máquinas, como o caso de Osvaldeci Nunes, conhecido como Jeová, que teve o seu primeiro registro profissional no *O Pantaneiro*, em 1973, conforme consta em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Figura 21 – Quadro de expediente *O Pantaneiro* em 1966

“O PANTANEIRO”	
OFICINA E REDAÇÃO: Rua Maael A. P. Barros n° 466	
Diretor	
Chefe de Redação	<i>Aldo Royg</i> <i>Edgar Silva</i>
Colaboradores	<i>Diversos</i>
Tipógrafos	<i>Daldir da Silva</i> <i>Eugenio dos Santos</i> <i>Eliseu Acosta</i>
Impressor	<i>Adilson Benites</i>
Chefe de Oficina	<i>João Carlos</i>
Assinatura Anual	
na Cidade	Cr\$ 120,00
Outras Cidades	Cr\$ 150,00
TABELA DE PREÇOS	
(por centimetro de Coluna)	
1ª página	Cr\$ 20,00
Última página	Cr\$ 15,00
Página Interna	Cr\$ 9,00

Fonte: Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1966).

Outro tipógrafo que iniciou a sua carreira profissional em *O Pantaneiro* foi o aquidauanense Eugênio Gerson dos Santos. Estudante da Escola Estadual Coronel José Alves Ribeiro (Cejar), e já sabendo ler e escrever com apenas nove anos de idade, por influência do seu irmão, passou a trabalhar como auxiliar de tipografia e, em pouco tempo, assumiu mais responsabilidades, chegando a atuar como impressor, totalizando aproximadamente 30 anos de profissão na área (BARBOSA, 2016). Dalton Silva Marcos também estreou em sua carreira profissional como tipógrafo na qual atuou por décadas:

Eu vim do Mato Grosso. Meu pai era professor, dava aulas em escolas indígenas, estudei nas aldeias, aí transferimos pra cidade, a terminei os estudos aqui em Aquidauana e ingressei na primeira escola de tipografia, que era tipografia exata, dali então comecei a praticar a tipografia, ensinado por um amigo meu e assim fui desenvolvendo até chegar no jornal *O Pantaneiro* (BARBOSA, 2016, p. 51).

Para ele, uma das grandes decepções foi o encerramento das atividades de tipografia, consequência da chegada dos computadores que atuavam junto ao novo sistema de impressão

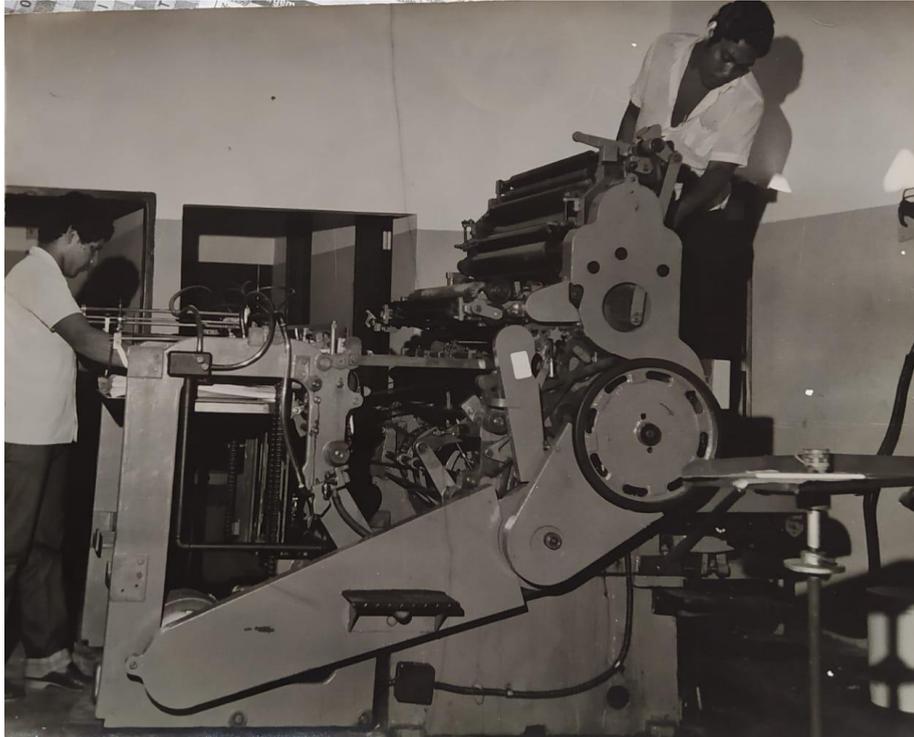
offset e que ocasionou um aumento no número de desempregados (BARBOSA, 2016). A mesma situação de preocupação era vista em diversos parques gráficos, retratando o novo tempo de impressão: “[...] agora, os linotipistas eram as vítimas da impressão *offset*, mudança decisiva que culminaria com a extinção da tipografia e linotipia na produção gráfica” (ARAÚJO, 2014, p. 17).

Figura 22 – Colaboradores de *O Pantaneiro* durante impressão do jornal na máquina *offset*



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Figura 23 – Colaboradores de *O Pantaneiro* durante impressão do jornal na máquina *offset*



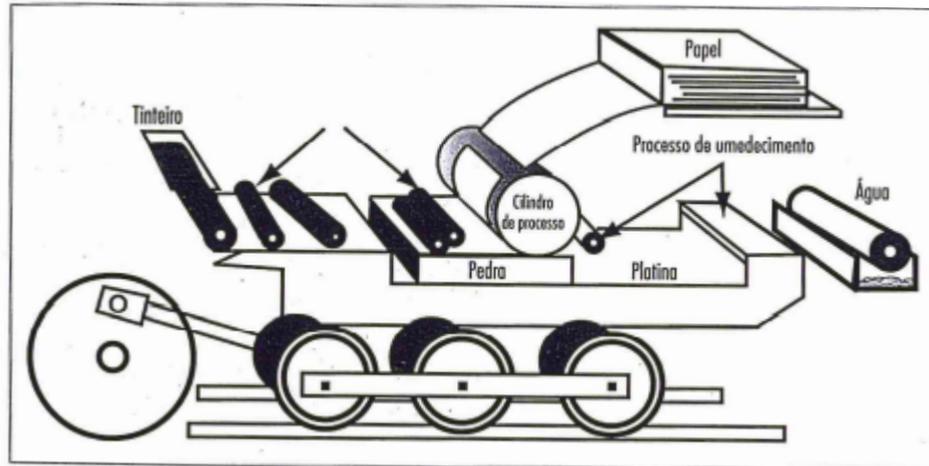
Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Apesar da apreensão principiante, era necessária a atualização frente às mudanças do mercado de trabalho e a visão positiva sobre as novas tecnologias acabou conquistando o colaborador, como afirmou em sua entrevista:

Pela modernidade hoje ficou mais acessível o tipo de impressão, até do trabalho de montagem diferenciou bastante, e com isso se vê a diferença tudo se faz rápido. Hoje invés da gente montar, a máquina, faz tudo os trabalhos que a gente fazia na digitação. Hoje é mais rápido que compor um tipo, por exemplo, uma coluna de jornal levava quase meia hora enquanto na digitação leva 5 minutos (BARBOSA, 2016, p. 52).

Collaro (2007) afirma que o sistema de impressão *offset* surgiu a partir da experiência de Johann Alois Senefelder, em 1796, quando este “[...] traduziu em algo reprodutível graficamente a conhecida repulsão entre corpos gordurosos ou não gordurosos” (COLLARO, 2007, p. 137). Para o autor, esse tipo de impressão tornou-se a melhor opção nos últimos tempos, já que apresenta uma boa qualidade dos impressos (COLLARO, 2007).

Figura 24 – Sistema de impressão em uma máquina *offset*



Fonte: Collaro (2007, p. 138)

3.4 Vozes femininas no jornal *O Pantaneiro*

O campo dos Estudos Culturais e da Comunicação converge em diversos momentos ao dedicarem-se ao crescimento da participação da mulher na imprensa. Sob o aspecto histórico, os primeiros registros do protagonismo feminino no Brasil estão ligados à produção de impressos voltados às áreas de literatura e da moda, mesmo que iniciantes, desde a metade do século XIX (MARTINS; LUCA, 2020). Já o primeiro periódico feito para mulheres, o *Lady's Mercury*, nasceu em 1693, na Inglaterra, voltando-se também para assuntos da moda:

A imprensa feminina nasceu sob o signo da literatura, logo depois acompanhado pelo da moda. Nos primeiros tempos, moda e literatura dividiam a atenção. Os direitos femininos entraram em cena nos séculos XVIII e XIX, às vezes como dominantes. Paralelamente, os signos da utilidade iam-se introduzindo e ganhando espaço: trabalhos manuais, conselhos de saúde, de economia doméstica” (BUITONI, 1990, p. 22).

Retornando à imprensa brasileira, os primeiros periódicos destinados às mulheres eram chamados de jornais, apesar de apresentarem variedade de conteúdo, como o carioca *O Espelho Diamantino*, de 1827, no Rio de Janeiro, abordando política, literatura, artes e moda. Seguido por *O Espelho das Brasileiras* (1831), *A Mulher do Simplício* ou *A Fluminense Exaltada* (1832), *Jornal de Variedades* (1835), *Relator de Novellas* (1838), *Espelho das Bellas* (1841), *Correio das Modas* (1839) e *A Marmota* (1849), o qual proporcionou as primeiras litografias impressas no país (BUITONI, 1990).

A partir desse período, tem-se então “[...] em 1852, o surgimento d’*O Jornal das Senhoras*³⁴, no Rio de Janeiro, editado por Joana Paulo Manso de Noronha, argentina de

³⁴ *O Jornal das Senhoras*, na verdade, era uma revista literária. Circulava aos domingos e possuía seções, como

nascimento, que configurou-se como um dos primeiros jornais de propósitos femininos e abrigo da mulher escritora, contando inclusive com mulheres na redação” (MARTINS; LUCA, 2020, p. 67-68).

Para as autoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2020), em geral, as mulheres buscavam por meio dos seus textos conquistar um espaço de representatividade, ou seja, “[...] agentes de sua própria história, coube-lhes produzir significativos títulos daquela imprensa periódica, dando visibilidade para o universo feminino enquanto se colocavam num mercado predominantemente masculino” (MARTINS; LUCA, 2020, p. 67). As autoras ainda defendem que a mulher não estava mais conformada com o papel de receptora de informações, apenas, trazendo um novo momento para a imprensa escrita, já que “[...] nele conformava-se a mulher ao mercado da imprensa impressa, não apenas como leitora, mas como produtora de textos e periódicos, assim como consumidora de produtos anunciados pela imprensa” (MARTINS; LUCA, 2020, p. 69).

Isso ocorria porque grande parte das publicações da época destinadas ao público feminino ainda eram escritas pelos homens. Eles abordavam temas como a literatura, a moda, a beleza, como também as regras de comportamento que deveriam ser adotadas pelas mulheres. Aos poucos, este espaço foi sendo conquistado pelo público feminino, ainda que houvesse um disfarce masculino, com o uso dos pseudônimos, uma tática utilizada por escritoras durante muitos anos. Um dos mais famosos na imprensa escrita foi o pseudônimo Nísia Floresta, utilizado por Dionísia Gonçalves Pinto, uma das primeiras mulheres a escrever em periódicos, que publicou seus textos no jornal *O Espelho das Brasileiras*, em Recife, no Pernambuco. Nele, Nísia apontava as condições precárias das mulheres, ao mesmo tempo em que defendia a instrução moral e cívica delas. Assim como Nísia, a maioria das escritoras da época começou a carreira literária nos jornais antes de iniciarem a publicação de seus livros.

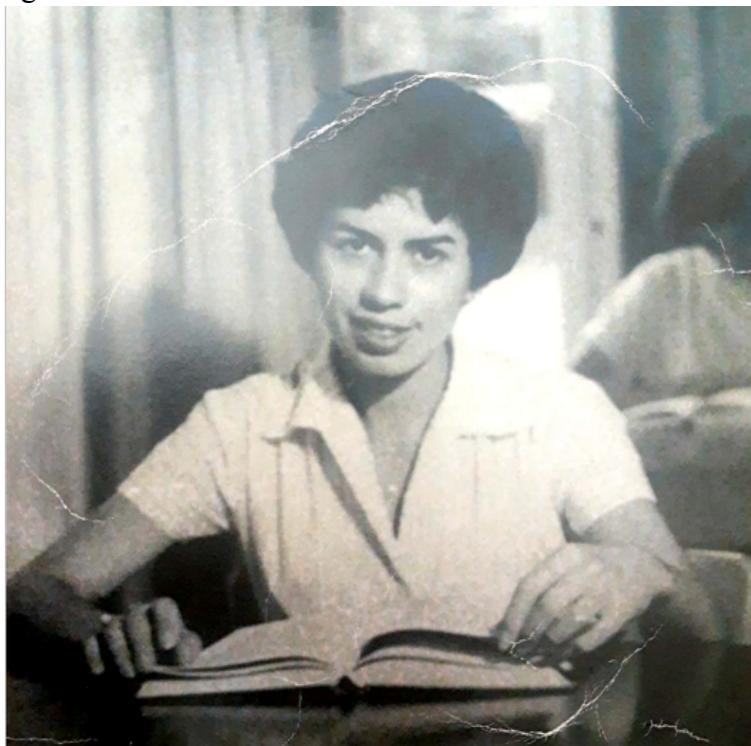
Nos próximos tópicos desta pesquisa serão analisadas três participações femininas ocorridas nas primeiras edições do *O Pantaneiro*, sendo elas a de Dóris Mendes Trindade, Albana Xavier Nogueira e Dirce Jordão de Almeida Serra, três mulheres que abordaram temas diferentes e utilizaram-se do semanário para expressar seus ideais perante os acontecimentos da sociedade aquidauanense na época.

moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Nas suas oito páginas com duas colunas, o público feminino podia encontrar, por exemplo, cartas, versos e traduções de artigos e narrativas ficcionais. De 1º de janeiro de 1854 em diante, o jornal passou a se chamar *Jornal das Senhoras: Jornal da boa companhia*. Por motivos não revelados, em 30 de dezembro de 1855, o *Jornal das Senhoras* encerrou as suas atividades (KROETZ; GAI, 2015).

3.4.1 Opinião Feminina, por Dóris Mendes Trindade (Maria Pereira)

A educadora aquidauanense Dóris Mendes Trindade nasceu no dia 15 de agosto de 1936, data em que o município de Aquidauana completava 44 anos de fundação. Filha do casal Armando Figueiró Trindade e de Hercília Mendes Trindade, um dos primeiros moradores da margem esquerda do Rio Aquidauana, hoje Anastácio (MS) (ROBBA, 2006), cresceu junto ao seu irmão caçula, Armando, e suas duas irmãs mais velhas, as escritoras Aglay³⁵ e Jandira Mendes Trindade³⁶. Boa parte da juventude passou junto à família nas imediações da Casa Cândia³⁷.

Figura 25 – Dóris Mendes Trindade em uma de suas leituras



Fonte: Arquivo pessoal.

³⁵ Aglay Trindade Nantes é uma representante da literatura contemporânea do estado de Mato Grosso do Sul. Lançou em 1993, com recursos próprios, o livro *Morro Azul: estórias pantaneiras*, que trata da fuga dos moradores da região para o refúgio no Morro Azul na época da Guerra do Paraguai (1864-1870). Por ser considerada uma importante obra literária sul-mato-grossense, foi reeditado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, no ano de 2010.

³⁶ Jandira Mendes Trindade é titular da cadeira n.º 19 da Academia Feminina de Letras e Artes do MS. A aquidauanense iniciou sua carreira literária no jornal *O Pantaneiro*, onde contribuiu até os dias atuais com seus artigos que relatam a vida cotidiana da cidade. É autora do livro *Meu lugar é aqui*, lançado em 2008 pela Fundação de Cultura do MS.

³⁷ De acordo com o livro *Meu lugar é aqui* (2008), de Jandira Trindade, a Casa Cândia foi fundada no dia 1º de fevereiro de 1908 pelos irmãos italianos José e Fidelis Cândia. Em 1909, com a inclusão dos primos Vicente e Ângelo Moliterno, mudaram a razão social para Cândia e Moliterno. Em 1925, José Cândia assume individualmente a firma, mas nove anos depois, volta a dividi-la com o seu filho Atílio Cândia e com Armando Figueiró Trindade, empregado da loja desde 1925. Em 1950, Atílio Cândia desiste da sociedade, ficando Armando Figueiró Trindade como único proprietário, passando a sucessão da administração para a sua filha, Jandira Mendes Trindade, que está à frente da empresa até os dias atuais.

Cursou parte do ensino no Colégio Cândido Mariano, em Aquidauana, mas finalizou o ensino básico no tradicional Colégio Santa Marcelina, na capital paulista. Graduou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como também em piano clássico no Conservatório de Música Paulista.

Já na década de 1960, ao retornar a Aquidauana, lecionou as disciplinas de Português e Francês no Colégio Cândido Mariano, mas logo foi convidada a assumir o cargo de diretora do ginásio da Paróquia Nossa Senhora da Conceição Ginásio Imaculada Conceição (GIC) (O PANTANEIRO, 1982). Sua dedicação na área da educação lhe rendeu boas experiências com a comunidade:

Por ter sido professora do município, conhecida e bem-vista pela sociedade aquidauanense, com seu carisma e talentosa nas relações políticas locais, conseguia arregimentar colaboradores para apoiar os projetos em que a mesma se envolvia. Assim, Dóris apontava o “caminho das pedras” para o financiamento de projetos e ainda motivava a comunidade acadêmica para as investidas na expansão da educação (BENFICA, 2017, p. 271).

Mesmo com a dedicação ao trabalho, Dóris não diminuía o seu empenho nos estudos, sempre com a intenção de buscar novos conhecimentos, chegando a ingressar no mestrado, concluindo os créditos necessários para a aprovação (BENFICA, 2017). A partir de 1965, após um convite dos diretores, iniciou a escrita de artigos para *O Pantaneiro*, intitulados *Opinião Feminina*.

Dóris Mendes Trindade deixou de ser colunista do *O Pantaneiro* após ser convidada a atuar como docente no Centro Vocacional de Barretos (SP), onde atuou por um período. Dividia a moradia com outras professoras na república *Solar das Rosas* (TRINDADE, 2008), sendo a professora Joana Neves, uma de suas grandes companheiras de estudo. Com o encerramento das atividades do Serviço de Ensino Vocacional (SEV)³⁸, a educadora decidiu retornar para Aquidauana, após aceitar uma missão a ela requerida:

Os anseios da população para a implantação de uma instituição de educação superior no município de Aquidauana, principalmente, para atender a falta de profissionais habilitados para a área educacional. Verificamos ainda que a solicitação da instalação de uma Faculdade de Filosofia foi discutida na sessão ordinária realizada na Câmara Municipal, do dia 24 de abril de 1970, a qual teve apoio de todos os vereadores, sendo aprovado por unanimidade, pois entendiam que toda região sudoeste de Mato Grosso estava carente de profissionais formados com nível superior. No mês subsequente, o Prefeito de Aquidauana, Fernando Lucarelli Rodrigues fez um convite à professora Dóris Mendes Trindade para a mobilização

³⁸ Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/ginasio-vocacionaloswaldo-aranha/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

de instalação da Faculdade no Município, pois o então Secretário de Educação do Estado, Wilson Rodrigues já sinalizava um parecer favorável. A referida professora demitiu-se de seu cargo, onde prestava serviços, e retornou a Aquidauana para providenciar a instalação do Centro Pedagógico (FERREIRA, 2006, p. 71).

Após a autorização do então governador do estado, Pedro Pedrossian, para a implantação do Centro Pedagógico de Aquidauana, iniciaram-se as tratativas com o objetivo de implantação da instituição, com diversos representantes aquidauanenses, como Nelly Marrani, que era a Secretária de Educação do Município e da prof.^a Dóris Mendes Trindade, então coordenadora do processo de criação e implantação da Faculdade (O PANTANEIRO, 2020). No mesmo ano de autorização emitida pelo então governador, foi expedido o Decreto n.º 1.146, de 13 de agosto de 1970, que oficializou a criação do Centro Pedagógico de Aquidauana (CPA), integrado à Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), como afirma Ferreira (2006):

Finalmente em 13 de agosto de 1970 foi assinado o Decreto nº 1146 pelo Governador Pedro Pedrossian que oficializou o funcionamento da Instituição, sua instalação oficial aconteceu em 07 de março de 1971, e funcionaria provisoriamente, no primeiro andar do Centro Educacional “José Alves Ribeiro” - CEJAR, os primeiros cursos implantados foram: Letras e Estudos Sociais em Licenciatura Curta (FERREIRA, 2006, p. 73).

Por meio da Portaria n.º 14/1971, o reitor da UEMT designou a prof.^a Dóris para responder pela Direção do CPA, sendo os primeiros cursos da instituição Letras/Português, Letras/Inglês e Estudos Sociais³⁹ (O PANTANEIRO, 2020). A Figura 26 mostra Dóris Mendes Trindade recebendo os cumprimentos de José Fragelli e de sua esposa, Lourdes Fragelli, e demais autoridades durante a inauguração do CPA, em 1971.

39

Figura 26 – Dóris Mendes Trindade recebendo os cumprimentos durante a inauguração do CPA



Fonte: Arquivo pessoal

Entre os docentes convidados a atuar, além de sua diretora, estiveram Arnaldo Begossi, Vilma Begossi, Hildebrando Campestrini, Joana Neves, Gerson Carlos Russi, Dorothea Beisegel, Clóvis Luiz Vicentin, Paulo Corrêa de Oliveira, Lucia Pace, Maria de Lourdes Chebel, Albana Nogueira, Francisco Romualdo, Luiz Chinalli, Orlando Pascotto, entre outros (SERRA, 2008). Ferreira (2006) adiciona ainda a atuação de Dóris na Direção da instituição:

A professora Dóris Mendes Trindade foi nomeada Diretora do Centro Pedagógico, cargo na qual permaneceu até 1975. O Centro Pedagógico de Aquidauana funcionou na referida escola por 4 anos até que o governador José Fragelli comprou da Congregação dos Padres Redentoristas, um prédio localizado na Praça Nossa Senhora da Conceição, onde funciona a Unidade I até os dias atuais. A mudança justificou-se pela necessidade de ampliar o número de cursos e vagas oferecidas, pois a região necessitava de formação, principalmente na área da educação. Os coronéis reivindicaram junto ao governador um espaço amplo, que pudessem possibilitar o acesso de suas filhas a este nível de ensino, pois na época esta era a profissão que as mulheres exerciam na sociedade (FERREIRA, 2006, p. 73).

Os professores citados por Cunha (2008), assim como Dóris, contribuíram indiscutivelmente para o desenvolvimento educacional na região. Como relembra Cunha (2008), além dos professores da região que integraram a primeira geração do corpo docente, muitos educadores também vieram de São Paulo para Aquidauana, a convite de Dóris, após o

processo de fechamento dos Ginásios Vocacionais Paulistas⁴⁰, em consequência da repressão dos militares. Esta situação pode ter contribuído para que muitos deles buscassem um lugar mais tranquilo para seguir a carreira profissional, já que, “[...] de forma sarcástica, até parece que a repressão dos ‘anos de chumbo’ favoreceu a educação em Mato Grosso, pois o estado era também espaço para refúgio, de novas esperanças para aqueles que houveram problemas com a Lei, em um local em que professor formado era raro, logo, um sujeito distinto e reconhecido” (BENFICA, 2017, p. 270). O autor ainda complementa que, por mérito,

Dóris Trindade conseguiu atrair para a criação dos cursos de Letras e de Estudos Sociais de Aquidauana os melhores professores que a UEMT chegou a ter para a implantação dos cursos de licenciatura. Nos Estudos Sociais, à frente estava sua amiga, colega docente da escola e de projetos intelectuais, oriunda do Serviço de Ensino Vocacional/SEV de São Paulo, a professora Joana Neves (BENFICA, 2017, p. 270).

Também ressalta-se que a colega de trabalho Joana Neves poderia ser considerada “[...] o braço direito de Dóris Trindade para arregimentar os primeiros professores e para substituí-la na Direção” (BENFICA, 2017, p. 273). Durante sua passagem por Aquidauana, Joana Neves foi uma das responsáveis pela criação de um centro de pesquisas que atuou com intensidade no período de 1971 a 1976, o qual possibilitou “[...] a criação da Secção de Obras Raras da Biblioteca do CPA, que tornou possível reunir, selecionar, classificar e analisar a documentação, oficial e privada, ligada à História da cidade; a elaboração de estudos apresentados em diferentes Simpósios de História e a organização de um acervo fotográfico sobre diferentes aspectos da história mato-grossense” (NEVES, 2007, p. 9). Para a autora, o resultado mais expressivo gerado por toda essa pesquisa teria sido a sua dissertação de mestrado, que teve grande incentivo de Dóris Mendes Trindade “[...] tanto na sugestão do tema como na criação dos recursos que possibilitaram um trabalho de ensino que conduzia, necessária e imprescindivelmente, à pesquisa” (NEVES, 2007, p. 10). A dissertação de Joana Neves gerou, décadas depois, a publicação do livro *Um porto para o Pantanal* (2007), sendo considerado uma das mais relevantes obras científicas sobre a fundação da cidade de Aquidauana.

A sua despedida após quatro anos à frente da direção-geral do CPA foi publicada na edição de 8 de março de 1975 no *O Pantaneiro*:

⁴⁰ Os Ginásios Vocacionais foram uma iniciativa educacional pública paulista de ensino secundário implantada em 1962 e extinta em 1969 durante a ditadura militar. Os Ginásios Vocacionais inspiravam-se nos modelos europeus da Escola de Sevres na França, e da Escola Compreensiva Inglesa. Adotavam a democracia como prática pedagógica e buscavam a formação integral do indivíduo bem como a inserção desses indivíduos em seu meio. A estrutura contava com o SEV e seis Ginásios funcionando em regime integral nas cidades de São Paulo – no bairro do Brooklin – Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul (NAKAMURA, 2016).

Professora Dóris Mendes Trindade

O Sol surge na manhã trazendo sua luminosidade sem fim, cheia de esperanças. Seus raios tocam o solo fértil, fazendo com que novas vidas procriem no entardecer, esse que se esconde, mas deixa-nos cheios de vida, de alegria, de esperanças pois sabemos que cedo ou tarde ele ressurgirá. Assim podemos comparar, como num dia de sol, os minúsculos quatro anos que a professora Dóris Mendes Trindade esteve entre nós. Profª Dóris M. Trindade veio de São Paulo onde exercia os seus deveres de mestra para assumir a direção do Centro Pedagógico de Aquidauana, trazendo novas esperanças para o estudante Aquidauanense e das cidades circunvizinhas. Assumindo a direção do Centro Pedagógico de Aquidauana, Dóris Mendes Trindade lutou com coragem férrea, e incansavelmente para que o CPA alcançasse seus mais nobres objetivos. Terminada sua gestão (...) voltará para São Paulo, onde irá acompanhar estudos de pós-graduação. Deixará Aquidauana, mas uma lembrança ficará gravada na mente de todos os alunos e professores, que durante estes anos estiveram com ela no CPA, deixando entre todos infinitas saudades. Agradecemos a esta valorosa Mestra, em nome de todos os Aquidauanenses, pelo que ela fez em prol de nossa cidade, desejando-lhe felicidades infinitas (O PANTANEIRO, 1975).

Logo após sua mudança para o estado de São Paulo, ocorrida em 1976 (BENFICA, 2017), um precoce adoecimento de Dóris Mendes causou grande comoção na sociedade aquidauanense e nos colegas de profissão. Ela recebeu acompanhamento médico no Hospital da Beneficência Portuguesa, em São Paulo, mas após conviver por alguns anos com as sequelas de uma possível lesão neurovascular, faleceu no dia 12 de fevereiro de 1982, aos 45 anos, em Aquidauana (O PANTANEIRO, 1983).

Dentre os artigos assinados como *Maria Pereira*, foram encontradas 11 publicações, que ocorreram no período do lançamento do semanário, de 5 de maio de 1965 a agosto do mesmo ano e estão resumidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo dos artigos da coluna Opiniões Femininas

Data de publicação	Título	Tema
05/05/1965	De mulher e de empregada	Numa reunião de mulheres, consideradas pela articulista como “Assembleia de estados civis”, com a presença de solteiras, casadas, bem casadas e muito bem casadas, de cultura e dinheiro médios, discutia-se; “Deve e pode uma mulher, hoje, prender-se aos afazeres domésticos?”, “Até que ponto?”. Com o argumento de que uma mulher bem conservada significaria ter marido interessado e, conseqüentemente, uma família unida e satisfeita, decidiram pelo preceito definitivo; “Nada de serviço pesado, minha gente, deixem isso para a empregada.” Mas, Maria Pereira termina o artigo questionando: se o “marido feliz é o da família feliz da mulher bonitona descansada... e o marido da empregada?”.
12/05/1965	Mãe tão doce	Maria Pereira dedica-se, neste artigo, a comentar sobre a doçura de ser mãe e avó. Porém duplamente doce é ser bisavó. Refere-se a alguém que costuma observar no dia-a-dia e, sem citar nomes, espelha-se afirmando “Meus passos, sem sentir, vou pautando pelos seus. Acompanhando-a, penso. Se o prêmio da longa jornada fôr esta aceitação da vida, fôr tal sorriso vivo, e êsse andar tranquilo, porque temer o futuro?”.

19/05/1965	Mulher sempre mulher	Neste artigo Maria Pereira escreve sobre a conversa que teve com um amigo em que lhe contou a história de um ladrão que entre em uma casa de freiras ao raiar do dia e, assustado, se esconde em pequeno banheiro. Ao chegar a polícia “representada pelo clássico sargento truncudo”, as freirinhas se comovem com a possível pobreza do ladrão e o seu futuro na delegacia. Assim a própria superiora se encarrega de amparar a família do “meliante”. Da pequena história surge um diálogo da articulista com o amigo que, na conclusão da autora, assim como todos os homens, acha as mulheres muito complicadas, desde o tempo de Eva.
26/05/1965	COSIMA	Demonstrando estar atenta aos assuntos correntes na cidade, mas sem deixar de relacioná-los com a pauta feminina imperante na sua coluna, Maria Pereira se dedica a comentar sobre a COSIMA (Companhia Siderúrgica Matogrossense), assunto de alguns editoriais de O Pantaneiro. A articulista brinca com o nome feminino Cosima e, com simplicidade e didática, conta, em poucas linhas, todo o entrevero da disputa entre Corumbá e Aquidauana pela tão sonhada siderúrgica, afirmando que ela poderia ser para Aquidauana uma “adorável” companhia “feminina”.
02/06/1965	Mineirão	Existe um velho assunto na cidade. Os problemas enfrentados com as constantes panes do Mineirão, que fazem os comentários recuarem para além dos limites do município, chegando até mesmo ao interior de São Paulo, onde um desavisado entendeu se tratar de um meliante. Maria Pereira, não perdendo o bom humor, nem mesmo com os possíveis transtornos causados pela falta de energia, argumenta que, se influência tivesse, sugeriria um título honorífico ao já cansado motor que tantos serviços prestou à cidade. A autora alega que sua ideia teria apoio até mesmo entre as autoridades, em constante silêncio frente as “gazetas” do motor amigo.
09/06/1965	Mineirão II	Ao que tudo indica, Mineirão era o apelido dado pela população ao motor que fornecia energia elétrica para a cidade de Aquidauana. Instrumento de utilidade pública, sob a responsabilidade da CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses, empresa estatal de fornecimento de energia. de fábricas, é a multiplicação de empregos, é a mola de progresso, base de reforma seja qual for o seu nome.”, numa clara alusão aos problemas enfrentados pela cidade. A autora faz um paralelo com a história de um compadre seu que dos 15 filhos decidiu dar o nome de Raimundo a dois deles e de Sebastiana a outras duas. Para além da “hilaridade grossa de e um comentário geral”, o pai, na sua “simplista sabedoria salomônica” explicou que o nome em duplicata era uma precaução para caso “Deus tirar um, fica sempre o outro”. Com base nas sábias palavras do compadre, Maria Pereira pede a instalação do Mineirão II para suprir a penúria causada pelas faltas que o Mineirão faz para a cidade com as suas constantes panes. Pois, ainda nos dizeres da autora, “a energia é – Deus seja louvado – o ferro elétrico, mas não só isso, a geladeira, a enceradeira, a máquina de lavar roupas, mas não é só isso, é o luz prá o bate-papo amigo no bar da esquina, para ver em casa à noite jornais, televisão... (televisão!) prá acompanhar o mundo, é a mais que isso: a solução da emergência no hospital, e é lâmpada na escola onde se forja o mundo, e é ainda mais que isso: energia é a instalação de máquinas, é a abertura.
23/06/1965	A longa batalha	No dia 11 de junho do ano de 1965 transcorreu 100 anos da Batalha de Riachuelo. Maria Pereira rememora os problemas da “Guerra do Paraguai”, fruto, segundo ela, do sonho de Solano Lopez em dominar todo o Rio Paraguai e seus afluentes, até chegar no “Mar del Plata”. Mas, a articuladora argumenta que 100 anos decorridos “a visão de riqueza desta zona, faz o Brasil e o Paraguai darem-se as mãos”, para a efetiva exploração do fabuloso vale e bacia da prata.

30/06/1965	Viva São João	A autora faz referência a uma festa que já não existe mais em Aquidauana. Algo semelhante ao que ainda ocorre em Corumbá, demonstrando a ligação com a, então, mais importante cidade pantaneira, preservando as ligações culturais oriundas do tempo da ligação fluvial, em que aquela era a porta de entrada para o vasto território mato-grossense. A população, à meia noite, descia em procissão até às margens do Rio Aquidauana para banhar, ou batizar, o santo, numa clara perpetuação cristã do ato de São João Batista em batizar Cristo nas águas do rio Jordão.
21/07/1965	Esta juventude...	Neste artigo Maria Pereira descreve a chegada de uma novata “ultra-elegante e sofisticada” em uma reunião de um grupo de jovens da cidade. As curiosidades e o suspense foram imediatos no restante do grupo, enquanto ela conversava com a amiga em animado reencontro. Ao final, tudo se ajeitou e a interação foi total com novos drinques e aperitivos, restando às solteironas que saíam da sessão do cinema o comentário “Essa juventude perdida!”.
04/08/1965	Literatura do pão	Maria Pereira brinca com a sua posição de colaboradora do jornal, alegando que ela é paga para defender alguma opinião “acreditável” na coluna que dirigia - alegação que fez de forma irônica, é claro! Porém ela decide referir-se às crônicas que lia e a sua angústia por sentir-se incapaz de fazer algo semelhante. Decide então dedicar-se a comentar sobre a poesia de Thiago de Mello e finaliza com a moral de que “não só de pão vive o homem” e ainda faz um P.S. ao chefe redator de que a mulher também vive do pão, numa clara alusão a insinuação de que nada recebe pelo trabalho.
15/08/1965	No Jardim	Maria Pereira derrama perspicácia neste artigo. Aproveitando de um pequeno jardim produzido por “Jovens Estudantes” às margens do rio, ela em efêmero devaneio enaltece Aquidauana como “cidade-mulher-menina-moça e vaidosa, traçada por seus contemporâneos”. A autora descobre uma visível associação entre o trabalho dos jovens jardineiros com o trabalho do grupo fundador da cidade, alegando que “ambos os grupos implantaram o seu trabalho neta beira de rio, mas que isso, ambos entusiastas, ambos inovadores, armados ambos de espírito cooperativo dotados de visão e iniciativa”. Para Maria Pereira nem os jovens estudantes esperaram o convite da prefeitura para montar o seu jardim, assim como os fundadores não tiveram qualquer convite do governo do Estado para fundar a cidade. A comparação serviu para enaltecer a força dos fazendeiros fundadores e a herança espiritual assimilada pelos jovens e para homenagear os heróicos fundadores na data de aniversário da fundação da cidade.
07/05/1977	Mãe tão doce	Repostado da Edição n.º 02, de 12/05/1965.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como já apontado anteriormente, o uso do pseudônimo *Maria Pereira* teria sido o artifício utilizado por Dóris Mendes Trindade para poder praticar com mais liberdade a capacidade que acreditava ter de falar sobre temas cotidianos que afetavam as mulheres sem a preocupação de, inevitavelmente, ser associada à família tradicional da qual era oriunda e à sua função de diretora em escola religiosa. Possíveis posicionamentos críticos, em sua coluna, sobre condutas tradicionais ou corriqueiras, diferenças políticas ou sociais, poderiam gerar desconfortos em ambas as situações, levando-se em consideração a sociedade conservadora de Aquidauana. O preconceito, sem dúvida, seria evitado e o pseudônimo foi a alternativa encontrada por Dóris, assim como muitas mulheres da época que ousaram escrever e publicar

suas opiniões nas mídias disponíveis.

O número inaugural do jornal *O Pantaneiro* trouxe em sua segunda página o artigo de “Maria Pereira”, que corrobora a suspeita acima levantada:

De mulher e de empregada

Era um grupo feminino, exclusivamente: havia mulheres, como dizem por aí, "muito bem casadas", havia das "bem casadas" e das... casadas; e não faltava solteiras, estas também de quilates mui variados, das renitentes às displicentes. Não me peçam para especificar mais, se constavam órfãs ou viúvas; se já não disse, digo que eram de cultura média, dinheiro idem. E já disse muito. Ora, ocorreu que a nossa citada assembléia de estados civis fervia num debate. Tema: "Deve e pode uma mulher, hoje, prender-se aos afazeres domésticos?" - "Até que ponto?", perguntavam. E opinavam: sim, pois sim, pois não, depende, é imprescindível, supérfluo... Assim a coisa ia, quando surgiu um brado de alarme: "Solteiras e casadas, pensai no futuro: mulher bem conservada significa marido interessado, e marido interessado é família unida e satisfeita". O silêncio geral, se não comprovou a aprovação, foi prova inequívoca do interesse. E o preceito brotou, definitivo: "Nada de serviço pesado, minha gente, deixem isso pra a empregada". Quando me cantaram a história, pediram-me opinião. Ora, quem sou eu, prima? Lição de felicidade é coisa séria, impressa ainda por cima num jornal para ser lida por toda gente! Pra começo de conversa, minha empregada que o diga (eu leio a ela tudo que escrevo): eu nem consegui entender a história direito:

"Marido feliz é o da família feliz da mulher bonitona descansada..."

E o marido da empregada.....?

O texto traz de forma clara uma reflexão sobre as diferenças sociais. Alegando reproduzir diálogos ocorrido naquilo que a articulista denominou de “Assembleia de estados civis”, ou seja, uma reunião de mulheres muito bem casadas, bem casadas, casadas e solteiras, de culturas e dinheiro médios. O artigo “De mulher e de empregada” reproduziu o pensamento comum entre as mulheres das classes mais abastadas, de que elas não deveriam dedicar-se aos serviços domésticos do dia a dia, deixando-os para as empregadas domésticas, pois, segundo o diálogo reproduzido no artigo, as mulheres mais descansadas seriam mais conservadas e, assim, teriam maridos mais interessados e, conseqüentemente, família unida e satisfeita.

Ao curso do artigo, dá-se a impressão de que a articulista concorda com as alegações das incautas vogais, porém “Maria Pereira”, por meio da marota pergunta: “E o marido da empregada?”, finaliza demonstrando sensibilidade social e contradiz o senso comum adotado no frívolo pensamento feminino da tal “assembleia”. Nesse caso, o uso do pseudônimo certamente poupou Dóris Mendes Trindade de aborrecidos questionamentos por parte daqueles que certamente discordariam do impertinente questionamento, especialmente por ser mulher. Atualmente, por analogia, conclui-se que o “marido da empregada” é o companheiro de todas as mulheres que também executam suas atividades remuneradas fora de casa.

Em outro artigo, com o título de “Esta Juventude...” (21/7/1965), “Maria Pereira”,

volta a questionar os hábitos conservadores das senhoras, por ela chamadas de “solteironas”, ao comentar sobre um grupo de jovens que se reuniram ruidosamente a conversarem e tomarem drinques, enquanto as solteironas em trio pela calçada se defrontam com o grupo eufórico, balançam graves a cabeça e comentam “Essa juventude perdida!”. Para a articulista está clara a mudança no comportamento da juventude, claramente reprovada pelas detentoras dos velhos costumes. “Mulher sempre mulher” (1965) é um artigo em que Dóris relata a conversa que teve com um amigo sobre a história de um ladrão que teria entrado num convento e que as freirinhas comovidas terminam por amparar a família do meliante e que o amigo comentou que a mulher é muito complicada desde o tempo de Eva. Mais uma vez, a autora, de maneira discreta e bem-humorada, demonstra as suas diferenças em relação aos pensamentos reinantes sobre as mulheres, principalmente os pensamentos masculinos.

Ao longo dos 11 artigos publicados no período de 5 de maio a 15 de agosto de 1965, por meio do nome *Maria Pereira*, Dóris Mendes Trindade discorreu sobre problemas que afetavam diretamente o cotidiano feminino. Em determinados escritos ela se utilizava de importantes discussões que tomavam conta da sociedade para inserir as questões relacionadas à vida das mulheres, quer sejam nos aspectos do cotidiano ou simplesmente explorando a condição feminina. Em 1965, a cidade estava às voltas com constantes problemas no motor de geração de energia, apelidado de *Mineirão*, assunto que motivou dois artigos intitulados “Mineirão” (2/6/1965) e “Mineirão II” (9/6/1965). Ao mesmo tempo em que a autora argumenta que a fama do mineirão extrapolava os limites do município, a ponto de um correspondente do interior de São Paulo perguntar se se tratava de um meliante e se já estaria preso, ela com muito bom humor esgrimia que, se influência tivesse solicitaria um título honorífico ao já cansado motor que tantos serviços prestou à cidade.

A autora ainda traçou um paralelo com a história de um compadre que deu nomes duplicados a dois dos seus 15 filhos – Raimundo e Sebastiana, alegando que seria precaução para o caso de “Deus tirar um, fica o outro”, assim ela solicitava a instalação do Mineirão II, para suprir a penúria causada pelas panes do motor. Pois, ainda nos dizeres da autora, “[...] a energia é – Deus seja louvado – o ferro elétrico, mas não só isso, a geladeira, a enceradeira, a máquina de lavar roupas, mas não é só isso, é o luz prá o bate-papo amigo no bar da esquina, para ver em casa à noite jornais” (O PANTANEIRO, 1965, p. 3). Aludindo à importância da energia elétrica no cotidiano das pessoas, das mulheres em particular, e demonstrando total sinergia ao que acontecia no mundo, Dóris cita ainda a televisão, a emergência no hospital, a lâmpada na escola e a instalação de máquinas, ou seja, ela argumenta que a energia seria a abertura para o progresso e desenvolvimento.

Outro episódio que tomou conta da conversa na cidade e ocupou vários editoriais e artigos no jornal *O Pantaneiro* foi a disputa entre Aquidauana e Corumbá pela instalação da "COSIMA – Companhia Siderúrgica Matogrossense". Não aceitando a perda da sede da empresa, já que os primeiros estudos demonstraram que Aquidauana seria a melhor opção de instalação devido às questões de infraestrutura, a população do município corumbaense logo se mobilizou para ser a cidade escolhida:

Quando o processo de industrialização começou a caminhar no País, de forma mais autônoma aos impulsos partidos do centro, as transformações repercutiram em Corumbá, não com a força suficiente para tornarem-se estáveis, mas provocaram profundas transformações (...) chegando ao ponto da reivindicação pela implantação de uma Companhia Siderúrgica Mato-grossense (a COSIMA) (LAMOSO, 2001, p. 15)

Já Aquidauana não teve uma grande mobilização popular para requerer a implantação da siderúrgica, de acordo com o artigo da autora. Mais uma vez, com inteligência e bom humor, “Maria Pereira”, no artigo “COSIMA” (26/5/1965), brinca com o nome feminino Cosima e, com simplicidade e didática, conta todo o entrevero da disputa entre as cidades pela tão sonhada siderúrgica e assevera que a Cosima poderia ser uma adorável companhia feminina para Aquidauana e faz um alerta aos leitores:

Entretanto, essa coisa linda, já tendo sido recomendada por técnicos sua instalação em nossa zona, pode simplesmente dar-nos um blefe: fazer as malas, antes de abri-las e ir-se instalar em Corumbá, deixando-nos a ver miragens. Por que? Porque exatamente o povo Corumbaense não julga essa Usina uma miragem e já tratou de reclamá-la para si, a quem de direito, Ministério de Minas e Energia, Planejamento, etc, etc. E, se o "Pantaneiro" último não mente, já lá se foi o projeto ao ministério, dê volta, para "re-estudo". Nos valerá o laudo técnico? Quem ganhará esta partida: a opinião dos técnicos, favorável a Aquidauana ou as exigências políticas? "No creo em brujerías" já dizia o espanhol - "pero que las hay, las hay"... Estou achando que está na hora de fazermos - naturalmente por meio de nossos clubes todos, associações, deputados, câmara de vereadores - de fazermos também lá a nossa "bruxariázinha"... E de trazermos para cá, de segurarmos entre nós essa COSIMA, que pode se revelar uma "adorável" companhia "feminina"... (O PANTANEIRO, 1965, p. 1).

Para além das questões sociais e políticas, Dóris demonstrava a sua sensibilidade aos assuntos relacionados com a História, em “A longa batalha” (23/6/1965), referindo-se à Batalha do Riachuelo, episódio da “Guerra do Paraguai”, para comentar sobre a exploração do Brasil e do Paraguai das riquezas e belezas do vale do Rio da Prata; com a família, no artigo “Mãe tão doce” (12/5/1965); e a arte, em “Literatura do Pão” (4/8/1965), em que brinca com a situação de articulista do jornal, fazendo um P.S, ao chefe redator de que mulher também vive de pão, em clara alusão ao fato de não receber pelo trabalho.

A cultura também foi assunto tratado por Maria Pereira. Em “Viva São João” (30/6/1965) ela faz referência à festa de banho ao São João, que ocorria na virada da

meia-noite do dia 23 para o dia 24 de junho, em que a população descia até às margens do Rio Aquidauana para banhar ou batizar o santo, vestígio da intensa relação cultural, via fluvial, que era mantida com a cidade de Corumbá, onde a festa já acontecia desde o século anterior. Nos dias atuais, a festa de São João não acontece mais em Aquidauana, mas em Corumbá, e ela se constitui numa das mais tradicionais festas populares da região do Pantanal e do MS.

3.4.2 *Albana Xavier Nogueira (A. Nogueira)*

Albana Xavier Nogueira nasceu em uma fazenda do município de Bela Vista, mas logo depois mudou-se com a família para Bonito. Com apenas cinco anos de idade já estava residindo na cidade de Anastácio, na época ainda pertencente à Aquidauana. Filha de Almiro Flores Nogueira e Maria Engracia Xavier Nogueira, Albana, assim como sua irmã Cleusa, sempre gostou da leitura e escrita. Ambas tornaram-se professoras. “Nas férias, gostava de ir à fazenda de meus tios Zefe e Eva, no Pantanal do Rio Negro. Nesse meio cresci, estudei e descobri minha afinidade com a língua portuguesa e com a cultura regional” (NOGUEIRA, 2008, p. 11).

O pai, conhecido na região como *Seo Belinho* foi vereador em Aquidauana e teve grande importância no processo de emancipação do município de Anastácio, ocorrido três dias após o lançamento do *O Pantaneiro*, em 1965. Passou a atuar como 1º prefeito da cidade de Anastácio a partir do dia 8 de maio do mesmo ano até a data de 31 de janeiro de 1966. Como futuro prefeito da cidade irmã de Aquidauana, Almiro Flores Nogueira enviou um artigo a ser publicado na edição de lançamento do *O Pantaneiro*, assinado como A. Nogueira. Este, porém, apesar de certa suposição de ter sido escrito pelo próprio político, devido à assinatura apresentada ao final do texto, teve a autoria de sua filha, Albana Nogueira, na época ainda adolescente, cursando o 1º ano do curso normal médio.

RONDON E O PANTANAL

Foi realmente admirável a ideia dos criadores do “**O PANTANEIRO**”, lançá-lo às mãos dos leitores, justamente no dia em que se comemora o centenário do nascimento do Marechal Rondon. Quis a história que estas duas datas se encontrassem por achar nelas um notável paralelo. Há cem anos atrás, neste mesmo dia, lá no norte nascia um bebê que se transformaria no herói mato-grossense do século XX, graças aos benefícios que suas obras trariam para o nosso Estado. Nascia Rondon, um caráter de aço para um coração de seda, donde geraria uma personalidade feita sob medida para a pacificação dos índios esquivos, descobrimento de novos cursos da água ao consequente enriquecimento dos nossos livros de Geografia e de História. Dentre muitos outros exemplos de patriotismo, Rondon deu-nos uma das mais inéditas lições de humanidade com o seu lema: **MORRER SIM! MATAR NUNCA!** Hoje, cá no sul, nasce “**O PANTANEIRO**”, órgão difundador da cultura Aquidauanense, que descobrirá novos rios de ensinamentos, por aonde deslizará o fluido do saber do nosso povo. Trará a luz os anseios e as crenças de uma comunidade que aspira o que há de melhor em todos os

campos da cultura humanas. Norteando e conduzindo a opinião de tirar de um grande público, denuncia o florescimento da arte literária em nossa terra. “O PANTANEIRO”, um pequeno Jornal, empunhando um escudo invencível para qualquer investida adversária: **CRESCER**, sim! **ESMORECER**, nunca! (O PANTANEIRO, 1965).

Assim como o primeiro artigo enviado ao *O Pantaneiro*, outros três foram publicados no semanário entre os anos de 1965 e 1966, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Resumo dos artigos de Albana Nogueira

Data de publicação	Título	Tema
05/05/1965	Rondon e o Pantanal	Parabenizando os criadores do novo semanário, Albana Nogueira afirma que O PANTANEIRO nasce como “órgão difundador da cultura aquidauanense, que descobrirá novos rios de ensinamentos, por aonde deslizará o fluido do saber do nosso povo” e afirma ainda que o novo órgão “trará a luz os anseios e as crenças de uma comunidade que aspira o que há de melhor em todos os campos da cultura humanas”.
15/08/1965	Parabéns Aquidauana	Antecedendo um lindo poema em homenagem a Aquidauana pelo seu aniversário, a autora descreve em tom literário o tempo passado dos colonizadores da região que passaram pelo "mais belo rio do mundo", citando também a cidade e as ruínas de Xerez. E: Aleixo Garcia, o pioneiro Adormece entre a foz do Paraguai João Dias e João Leme, altivos fitam a eternidade fenomenal Dilatam-se as fronteiras das épocas A distância faz um lusco fusco Cai a noite das horas e o tempo vai andando Espairece a aurora na janela do infinito Deitados no pico das estrelas Teodoro Rondon e Manoel Paes de Barros não sabem se dormem ou sonham A lua até fêz ronda pela noite e beijou a face do rio Levanta agora o Sol airoso de sua bizarra morada, Sentados no dorso das nuvens João de Almeida Castro, Augusto Mascarenhas e Estevão Alves Corrêa bocejam serenamente Abrem-se as portas do horizonte Fulgem os raios solares O dia afina sua viola Rufam os tambores Perfilam-se os batalhões Içam-se as Bandeiras Ressoa a clarineta em dó maior. Espreguissam-se os velhos Vibram os jovens As crianças vestem uniformes O dia se desmancha em sorrisos musicais Parabéns, Aquidauana!
21/07/1965	Batendo na mesma tecla	Soando como um desabafo, Albana Nogueira perpassa neste artigo de forma crítica sobre assuntos como miséria e fome e compara a situação em que assola muitas pessoas como se fosse um cenário de circo, em que se encontram os

		palhaços, malabaristas e a plateia.”Enquanto as cortinas se fecham, presos na mesma rede, surgem novos palhaços a pregar peças nos velhos palhaços que, geralmente, ao rirem-se dos outros, não fazem mais do que zombarem de si mesmo, porque não souberam representar a peça que lhes pregou a vida, numa plumbea e melancólica manhã. Palhaços que vêm, palhaços que vão, sem saber que o maior cenário que há é o da miséria, do crime e da luta pelo pão de cada dia que cada vez fica menor e custa mais caro.
31/03/1966	Ganhamos ou Perdemos?	Albana Nogueira se questiona neste artigo se a mulher ganhou ou perdeu com o avanço dos direitos adquiridos. “É sabido que com a evolução das idéias e a revolução dos costumes, a mulher se evoluiu e resolveu proclamar sua almejada liberdade e afrouxar os laços da submissão a que era obrigada pelas tradições da época. Não suportou mais ser considerada inferior em tudo e saiu para o mundo, enfrentando o homem, competindo com ele e muitas vezes vencendo-o a fim de provar que estavam redondamente enganados”. E ela complementa: “Os tempos mudaram, precisamos enfrentar e resolver os problemas da vida. Saímos para a luta, enfrentemos as vicissitudes da jornada, todavia não nos esqueçamos jamais de que somos e devemos ser femininas e que as leis mortais e sociais são rígidas conosco (...) Que mais poderemos desejar se apesar dos pesares somos nós que governamos os homens? Mas ganhamos ou perdemos?”

Fonte: Elaborado pela autora.

Em seus quatro artigos publicados em *O Pantaneiro*, Albana Xavier Nogueira disserta sobre assuntos distintos, mas ao longo do tempo vai mudando o seu posicionamento na forma da escrita. No primeiro artigo, como apresentado anteriormente, a autora faz-se apresentar como algo escrito pelo pai, Almiro Flores Nogueira, não trazendo qualquer desconfiança ao público leitor quanto à autoria do texto. O mesmo pode-se concluir do segundo texto, a mensagem de aniversário para a cidade de Aquidauana, publicada em 15 de agosto de 1965, que contemplou inclusive um poema sobre os fundadores e a rotina do município em datas especiais, como os tradicionais desfiles de aniversário que movimentavam toda a sociedade.

Já no terceiro e quarto artigos, as publicações apresentam um teor muito mais crítico perante os assuntos da fome e miséria e da evolução do feminismo nas cidades interioranas. No artigo publicado em 31 de março de 1966, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, em seu texto *Ganhamos ou Perdemos?*, a autora já se incorpora no conjunto feminino, fazendo-se identificar como mulher, utilizando, inclusive, a primeira pessoa do plural em algumas orações: *Que mais poderemos desejar se apesar dos pesares somos nós que governamos os homens? Mas ganhamos ou perdemos?*

Sua rápida e marcante passagem pelo *O Pantaneiro* como colaboradora deve-se às futuras missões as quais foi convidada a assumir, como Secretária Municipal de Educação de Anastácio e, posteriormente, como uma das primeiras professoras efetivas do CPA, a convite de Dóris Mendes Trindade.

Figura 27 – Albana Xavier Nogueira



Fonte: Revista Cultura em MS (2008).

Albana Xavier Nogueira tornou-se uma grande referência da literatura sul-mato-grossense e especialista na cultura pantaneira. É autora das obras *O que é Pantanal* (1990) e *Pantanal: Homem e Cultura* (2002). Em parceria com Maria da Glória Sá Rosa lançou *Cultura, Literatura e Língua Nacional* (1976) e *A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores* (2018), além de diversos capítulos de livros e inúmeros artigos para periódicos.

3.4.3 No Rolê, com Dirce Jordão de Almeida Serra

Nascida na cidade de Ponta Porã em 1 de maio de 1926, Dirce Jordão de Almeida Serra passou grande parte da infância ao lado dos pais Florim Jordão e Alcina Cabral Jordão, e das irmãs Edyr, Zilah e Eva, em Campo Grande. Estudou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e, por três anos, cursou o Colégio Santana, em Paulicéia (SP). Ao retornar para o então MT, casou-se com Heliophar de Almeida Serra, que havia ingressado recentemente na Magistratura do estado e fora designado a assumir a Comarca de Miranda (SERRA, 2008). O casal mudou-se para a cidade mirandense, onde permaneceu por quatro anos. Após o juiz receber uma promoção para assumir a Comarca de Aquidauana, chegaram à Princesa do Sul onde estabeleceram moradia por longas décadas. Dirce Serra tornou-se estilista referência de alta costura feminina de Aquidauana e inaugurou seu próprio estabelecimento comercial, a

Cláudia Boutique, em 15 de agosto de 1966. Sua apresentação como cronista social foi registrada no *O Pantaneiro* em 27 de setembro de 1967, com a coluna intitulada *Rolê Informando*. Por mais de 40 anos manteve a coluna que fora criada, primeiramente, por seu filho primogênito Arnaldo Serra, conforme explica a própria autora em seu livro *Vi, Vibrei e Anotei* (2008). Como nasceu “ROLÊ”?

Nasceu em julho de 1967, quando era Diretor-Proprietário de “O Pantaneiro”, Aldo Royg Loureiro e Redator-Chefe Geovás Dourado. Nessa ocasião, o meu filho Arnaldo, acadêmico de Engenharia, em Lins (SP), com 18 anos de idade, estava passando férias em Aquidauana, onde residimos até hoje. [...] Precisando se ausentar da cidade por uma semana, Geovás solicitou ao Arnaldo que o substituísse por breve espaço de tempo, assumindo a Crônica Social. Arnaldo achou graça. Não tinha nenhuma experiência, mas topou com aquela característica ousadia dos jovens. [...] Adotou o pseudônimo de ROLÊ, nome esse formado pela 2ª letra do nome completo de ARnaldo JOrdão de ALmeida SERRA. Finda suas férias, regressou para a Faculdade de Engenharia, em Lins-SP, e nos pediu para que continuássemos a crônica, o Geovás concordou imediatamente e insistiu conosco. Depois de alguma relutância, concordamos e iniciamos o nosso período de Cronista Social (SERRA, 2008, p. 42-43).

Já em 1969, pouco tempo depois de iniciar suas colunas no *O Pantaneiro*, recebeu uma homenagem da imprensa mato-grossense, como publicado na edição n.º 231 do jornal:

Rolê, Cronista Social do Ano

A Publilins, empresa de publicidade de Corumbá realizou no início do mês em curso uma enquete popular no qual o público apontou os melhores do ano. Dentre os vários nomes que foram escolhidos, destaca-se o da Srª Dirce Serra, cronista social de elevada capacidade, que muito tem contribuído para realçar a Sociedade Aquidauanense. “O Pantaneiro”, orgulhoso com esse acontecimento, dá os sinceros parabéns a distinta esposa do desembargador Dr. Heliophar de Almeida Serra (O PANTANEIRO, 1969, p. 1).

Foi uma das primeiras jornalistas aquidauanenses com registro no Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos anos de 1970, tendo participado da formação da União dos Jornalistas de Aquidauana (UJA). Em 1976 foi eleita a presidente da UJA, conforme publicado na edição n.º 596 do *O Pantaneiro*, em que apresenta Dirce Jordão de Almeida Serra e demais membros eleitos, sendo eles “[...] como secretário Sady Soares Dias e como tesoureiro Osmar Ravágli. Para o Conselho Fiscal foram eleitos os jornalistas Wilson Batista de Assis, Antonio Rodrigues Garcia e Fernando Alves Corrêa” (O PANTANEIRO, 1976, p. 1).

Figura 28 – Dirce Serra atuou como diretora-responsável de *O Pantaneiro*



Foto: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Sem dúvida, a contribuição de Dirce Jordão de Almeida Serra no semanário *O Pantaneiro* foi expressiva. Com uma forma muito particular de escrita sobre a sociedade aquidauanense e de sua amizade com José Lima Neto, passou a assumir o cargo de diretora-responsável do *O Pantaneiro* no ano de 1977.

Junto ao novo diretor, José Lima Neto, contribuiu para o posicionamento do jornal *O Pantaneiro*, de forma favorável à divisão do então estado do MT (O PANTANEIRO, 2020). Da mesma maneira, outros periódicos da região sul do estado, como o *Correio do Estado* também se manifestaram de forma favorável à divisão (ANDRADE, 2015). Sobre este momento histórico ocorrido em 11 de outubro de 1977, a autora considera o fato como “[...] um dos episódios relevantes da história contemporânea do País e em particular deste Estado” (ANDRADE, 2015, p. 9). Envolvendo ainda diversos motivos, como aspectos econômicos, sociais e políticos, a autora ainda explica que “[...] o fato levantou polêmica e marcou a luta travada entre sulistas e nortistas do antigo Estado de Mato Grosso uno por quase um século. De um lado, os sulistas ambicionavam a divisão; do outro, os nortistas a rejeitavam” (ANDRADE, 2015, p. 9). Com a vitória dos sulistas, a alegria e a esperança por dias melhores atingiram a população local (O PANTANEIRO, 2020).

Figura 29 – Dirce Serra ao lado do esposo Dr. Heliophar Serra e o então deputado Rubens Figueiró



Legenda: eles exibiam, eufóricos, a caneta com que o presidente Geisel assinou a divisão de Mato Grosso.
Foto: Arquivo *O Pantaneiro* (2022).

Já em 1978, referindo-se a algumas edições que excepcionalmente não foram circuladas, a autora, demonstrando a força do trabalho em equipe do semanário e sua parceria com o atual diretor, publicou em sua coluna:

VOLTAMOS! O PANTANEIRO é como aquela ave mitológica: renasce das próprias cinzas para a alegria, não só nossa, mas também (tenho certeza) de todos os seus leitores desta grande região. Tem, agora, na direção do barco, a experiência, o entusiasmo, o idealismo e o talento de Lima Neto! Vamos, assim, continuar a jornada. Viva Aquidauana! Viva MATO GROSSO DO SUL!!! (O PANTANEIRO, 1978).

Por aproximadamente quatro décadas, Dirce Jordão de Almeida Serra publicou semanalmente a sua coluna sobre os fatos sociais ocorridos na cidade de Aquidauana. No jornal *Correio do Estado*, ela assinava também a coluna *Notícias Aquidauanenses* (SERRA, 2008). Em sua obra *Vi, Vibrei e Anotei* (2008), coube ao amigo de profissão, José Lima Neto a escrita do prefácio, no qual ressalta:

Talvez o primeiro livro do Estado em que se conta a história de uma cidade através do noticiário social. Tarefa que não é nada fácil. Assim como fazer jornal no interior é trabalho difícil em vista das circunstâncias que cercam essa atividade, escrever coluna social é mais difícil ainda, haja vista que muitas vezes se noticiam fatos que envolvem egoísmos e vaidades, talvez a parte mais sensível do ser humano. Mas tudo isso a jornalista Dirce Serra conseguiu contornar convivendo todos esses anos nessa labuta — feita com carinho e respeito às pessoas (SERRA, 2008).

Em seu falecimento, aos 93 anos, ocorrido no dia 10 de janeiro de 2020, o semanário publicou em sua versão digital que “[...] ao lado do desembargador e também jornalista

emérito Heliophar de Almeida Serra eles foram verdadeiros esteios não só do jornalismo aquidauanense, mas também da vida social e cultural de Aquidauana desde os anos 60” (LIMA NETO, 2020).

3.5 Uma década e uma nova administração

No final de 1975, a administração de *O Pantaneiro* registrou a primeira alteração de seu quadro de sociedade. O professor José Lima Neto, natural da cidade de Araçatuba, noroeste do estado de SP e recém-chegado às terras aquidauanenses, e o prof. Orlando Pascotto passaram a ser os novos proprietários do semanário⁴¹ que completava 10 anos de circulação na região.

3.5.1 A chegada de José Lima Neto

Em entrevista concedida ao historiador Antonio Barbosa dos Santos, Lima Neto afirmou:

Escrevo desde quando eu era criança, desde que eu estava no primário. No primário, eu me lembro que já escrevia no jornal/mural, eu me lembro que eu declamava poesia, eu me lembro de uma porção de coisas. Eu me lembro que era uma escola pequena, uma escola primária, uma escola de bairro, aquela que a professora ia para a aula de charrete, então eu sempre escrevi, depois eu sempre escrevi nos jornais da cidade. Tinham três jornais lá, e eu tinha passado pelos três jornais, “A Comarca”, “Tribuna do Noroeste” e “Folha da Região”. Depois que eu entrei na faculdade, dirigi um jornalzinho chamado “Pingüim” (SANTOS, 2016, p. 45).

Uma partida de futebol a convite de um professor do ginásio trouxe a Aquidauana, pela primeira vez, em agosto de 1964, o jovem araçatubense José Lima Neto. Os jogadores de Araçatuba (SP) ficaram instalados nas dependências da Estação Ferroviária de Aquidauana, no Estádio Noroeste, onde os jogos estavam acontecendo. Perderam a partida, mas a viagem traria novas conquistas ao jogador que era muito mais ligado às artes do que aos esportes. Na cidade que o fez conhecer pela primeira vez o então estado do MT, ele ficou fascinado pela forma simples de se viver, do tradicional descanso após o almoço, do costume de se usar bermudas devido ao calor, ao movimento em volta da Prainha, o rio Aquidauana cortando a cidade, um clube que era dirigido apenas por mulheres, o Clube Feminino, e os morros da

⁴¹ A primeira alteração contratual foi registrada às 09:45 do dia 4 de dezembro de 1975 no Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda no Cartório Angélico Nogueira — 4º Ofício de Aquidauana (MT) sob o n.º 1800, às folhas 91 do livro A e registrado sob n.º 1831, às folhas 147 do livro B2 de Registro de Títulos e Documentos.

Serra de Maracaju (O PANTANEIRO, 2020). Nem a falta de luz elétrica ou asfalto diminuíram o encantamento, mas o retorno para Araçatuba (SP) aconteceu como o previsto com o restante dos colegas do time. Por lá o aguardavam os pais, Alzira e Otavio, e as quatro irmãs: Zenaide, Zoraide, Aurora e Tercília.

No curso ginasial no Instituto Educacional Manoel Bento da Cruz, em Araçatuba (SP), ele estudava no período noturno. Durante o dia, o tempo era reservado para a labuta com o objetivo de ajudar no sustento de casa. Trabalhou como assessor em um escritório de advocacia e, em seguida, no Sindicato dos Bancários do município. Concluído o ginásio, ingressou na Faculdade de Filosofia Toledo de Ensino, com sede em Araçatuba (SP), para cursar Estudos Sociais e já no primeiro ano do curso passou a atuar como secretário no diretório acadêmico da faculdade, na época, ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE). No mesmo ano, foi um dos dois indicados a representar a faculdade no 30º Congresso da UNE, a ser realizado de forma clandestina no município de Ibiúna (SP).

De Araçatuba, seguiu viagem até a capital São Paulo (SP). Os estudantes reuniram-se na Universidade de São Paulo (USP), especificamente no Centro Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP), bloco G, onde abasteceram-se com alimentos e cobertores. Em uma caminhonete, seguiu com mais alguns integrantes em direção ao sítio Murundu, localizado na cidade de Ibiúna (SP). Após alguns dias reunidos de modo clandestino, a polícia descobriu a reunião e iniciou o cerco aos jovens que estavam localizados no espaço. José Lima Neto, aos 23 anos, foi um dos cerca de 800 jovens presos pela Força Pública e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por participarem do evento realizado no mês de outubro de 1968 (1968: LÍDERES... 2018). A UNE era considerada ilegal desde 1964 e atuou clandestinamente para organizar o evento que culminou na prisão dos jovens estudantes.

Figura 30 – Soldados da Força Pública organizam em filas os estudantes presos em Ibiúna (SP) durante o 30º Congresso da UNE



Legenda: Lima Neto aparece na imagem com os braços na cabeça, sendo o terceiro civil da esquerda para direita.

Fonte: 1968: Líderes... (2018).

Detido, Lima Neto foi levado ao extinto presídio Tiradentes⁴² e prestou depoimento ao DOPS, sendo transferido posteriormente para o bloco B do Complexo Penitenciário do Carandiru⁴³. Junto a outros 137 jovens paulistas, sendo 31 moças e 106 rapazes, ele foi solto

⁴² Localizado no município de São Paulo (SP), o Presídio Tiradentes serviu inicialmente como prisão e depósito de escravos. Foi no Estado Novo (1937-1945) que recebeu um pavilhão especial para presos da Lei de Segurança Nacional, passando a ser reconhecido como um presídio político. Essa função se destacou ainda mais durante a ditadura. Após terem suas detenções legalizadas ou serem condenados pela Justiça Militar, os presos políticos eram encaminhados preferencialmente ao Tiradentes. A transferência marcava o fim dos interrogatórios sob tortura e da condição ilegal (não documentada) da prisão, diminuindo as chances de desaparecimento. Por isso, apesar de insalubre, o Tiradentes era um ambiente mais seguro para os presos. Aqui, eles puderam reunir as primeiras denúncias das violências vividas, se organizar para exigir melhores condições de aprisionamento, e mobilizar greves de fome. O Tiradentes funcionou até 1972, quando foi demolido. Único vestígio preservado, seu arco de entrada foi tombado pelo Condephaat. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/presidio-tiradentes/>. Acesso em: 12 out. 2022.

⁴³ O Complexo do Carandiru surgiu da junção da Penitenciária do Estado (1920) e da Casa de Detenção (1965). Um dos maiores complexos prisionais do Brasil, o Carandiru recebeu muitos presos políticos durante a ditadura, que dividiram o cotidiano carcerário com os presos comuns, cumprindo suas sentenças nas instalações insalubres que o presídio já apresentava. Considerado modelo prisional durante 20 anos, o Carandiru passou a enfrentar problemas a partir da década de 1940, quando passou a funcionar com superlotação. Após a democratização, as violações aos Direitos Humanos não cessaram. Em 1992, o local sediou o que ficou conhecido como o Massacre do Carandiru: uma invasão da polícia militar, motivada por uma rebelião, que matou 111 detentos. Em 2002, o Complexo foi implodido dando lugar ao Parque da Juventude. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/complexo-penitenciario-do-carandiru/>. Acesso em: 12 out. 2022.

no dia 17 de outubro, conforme lista publicada na edição n.º 14.369 do jornal *Folha de São Paulo*:

Figura 31 – Relação de participantes da UNE liberados, publicada no jornal *Folha de São Paulo*

Os estudantes paulistas libertados		
São os seguintes os estudantes de São Paulo colocados ontem em liberdade:	Flávio Diniz Fontes Flávio Monteiro de Melo	Luiz Carlos de Toledo Luiz Eduardo de Almeida Curti Luiz Felipe Raton Mascarenhas Luiz Fernando Deraldo Pereira Luiz Gonzaga de Almeida Luiz Henrique Peres Mancel Zanago Trapé Maurício Candido de Souza Dias Marcio José Macedo Miguel Angelo Prodi Newton Virando Basile Oliver Sumioni Oscar Augusto de Faria Oscar Augusto Guelli Neto Osmar de Paula Leite Oswaldo Francisco Noca Paulo Roberto Campanario Paulo Takeda Pedro Rocha Filho Perclival Menon Maricato Raimundo Varela Ronaldo Hermann Fraenkel Richard José Pezier Ricardo Ricardo Comodo Rodolfo Dias Barzagai Rubens Pereira dos Santos Rubens Schmidt Werner
Abel Bella Abelardo Blanco Falgueiras Abraão Bernardo Fraiman Alicides Yukimitsu Manisuka Ailton Adalberto Martali Alberto Coslier de Andrea Aivara Vilela de Moraes Antonio Cyro Junqueira Azevedo Antonio Fernando Vieira de Paiva Antonio Garcia de Medeiros Antonio Gabriel Barbosa Antonio de Gouveia Junior	Francisco José G. Tora Ovidio Fucio Murakami Galib Jorge Tannuri Gonzalo Pastor Castro Barreda Igor Sergius Prujanski Iraí Barsante Camargo Ivo Malerba Jair Ghien Jihad Latif Berdokan João Batista Guimarães Teixeira João Batista de Souza Santos João Evangelista Nogueira Neto João Mauro Boschero Jonas Nilson da Motta Jorge Hamilton Aldar José Antonio de França José Carlos Taraglia José Eduardo Passos Jorge José Elias Savola da Veiga José Fernando Brasilto Motta José Lima Neto José Luiz Novaes Lima José Maris José Miguel Martins Veloso José Orlando Portugal Danti José Pereira de Abreu Junior José Roberto Pires José Roberto Rogero José da Silva Marreco Filho José Wilson Lessa Sabbag Julio Perin Santos Jurandir Antonio Kiyoshi Rachi Lairton Rodrigues de Oliveira Leonel Itaussu Almeida Mello Leopoldo da Silva Castro Luiz Antonio Grando da Silva Luiz Antonio Teixeira Vasconcelos Luiz Carlos AIX Alves Luiz Carlos Barros Bettanello Luiz Carlos Di Sessa Felipatti	Luiz Carlos de Toledo Luiz Eduardo de Almeida Curti Luiz Felipe Raton Mascarenhas Luiz Fernando Deraldo Pereira Luiz Gonzaga de Almeida Luiz Henrique Peres Mancel Zanago Trapé Maurício Candido de Souza Dias Marcio José Macedo Miguel Angelo Prodi Newton Virando Basile Oliver Sumioni Oscar Augusto de Faria Oscar Augusto Guelli Neto Osmar de Paula Leite Oswaldo Francisco Noca Paulo Roberto Campanario Paulo Takeda Pedro Rocha Filho Perclival Menon Maricato Raimundo Varela Ronaldo Hermann Fraenkel Richard José Pezier Ricardo Ricardo Comodo Rodolfo Dias Barzagai Rubens Pereira dos Santos Rubens Schmidt Werner Ruy Carlos Vieira Herbert Tito de Alencar Lima Tomás Togni Tarquinio Ubiratan Vieira Eugenio Valentim Bacarin Victor Augusto Petrucci Wanderlon Calres Pinto Waldir Nogueira Lima William Martini Wilson de Campos Vieira Vladimir João Tadi Yesef Kuchnir José Antonio Adura Miranda José Murari Bovo Sergio Cardoso José Roberto de Almeida
Antonio Oscar Fabiano Campos Antonio Ozzetti Netto Augusto Cesar Felta Benedito Fernandes Duarte Brasil de Oliveira Sraiz Eimo Jeanon Calubi Vieira Eugenio Carlos Afonso Nigreis Bricolla Carlos Augusto de Lima Netto Carlos Eduardo de Queiroz Carlos Henrique Barbosa Nunes Carlos Henrique de Mesquita Carlos Leopoldo Teixeira Paulino Cinclair Guimarães Cechini Cirlton Cenargo Devancyr Aparecido Romão Divalte Garcia Figueira Djalma Elias Rochel	Domingos Figueiredo Guimarães Edson Correa da Silva Fernando Antonio Costa Carvalho Fernando Di Giorgi Fernando Luiz Cordeiro Fernando Marinho Falcão	

Fonte: Folha de São Paulo (1968).

A prisão resultou em um relatório do inquérito policial expedido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), da Delegacia Especializada em Ordem Políica — Operação Ibiúna, do Congresso da Extinta UNE, de 12 de outubro de 1968. Na página n.º 94 do documento, José Lima Neto é qualificado como indiciado n.º 623.

Figura 32 – Descrição do indiciado n.º 623 - José Lima Neto

(623) JOSE LIMA NETO, brasileiro, nat. Araçatuba, SP, solteiro, 23 anos (8.9.45) filho de Otavio Lima e Alzira Lima, residente à R. Monte Castelo, 324 - Araçatuba, SP. Estudante da Faculdade de Filosofia de Araçatuba.

Fonte: Inquérito Policial Militar (DEOPS) (1968)

Após ganhar a liberdade, José Lima Neto retornou para Araçatuba (SP), junto a Jonas Nilson da Matta, colega da faculdade e parceiro do diretório araçatubense. Concluiu a faculdade em 1972 e continuou a trabalhar no Sindicato dos Bancários até 1975 (O PANTANEIRO, 2020). Neste período inscreveu-se para uma bolsa de estudos de intercâmbio na França e Checoslováquia⁴⁴ e, após um longo período de avaliações, José Lima Neto foi aprovado e recebeu a notícia em março de 1975. A viagem de navio aconteceria por volta do mês de setembro de 1975 e duraria dois meses. A apresentação na Europa seria em dezembro.

Com o objetivo de desvincular suas atividades e já começar o processo da despedida para o futuro embarque, o recém-formado em Estudos Sociais decidiu retornar para Aquidauana para passar os poucos meses restantes antes da esperada viagem. Pelo trem da NOB, chegou até a Estação Ferroviária de Aquidauana em 13 de março de 1975 (O PANTANEIRO, 2020), e como bagagem tinha uma bicicleta Merctswiss, uma barraca e um chapéu. Dividiu o banco do trem com um aquidauanense e entre as conversas do percurso, este conseguiu convencer o professor de que na prainha não seria um lugar muito seguro para instalar a sua barraca por diversos dias e assim ofereceu o quintal da casa da mãe para que ficasse melhor acomodado.

Ao chegar na cidade, a notícia de um novo professor logo se espalhou. Rapidamente foi convidado a assumir uma vaga como docente nas disciplinas de Geografia e História no Ginásio Estadual de Anastácio (GEA) atual Roberto Scaff e no Colégio Cândido Mariano, onde ministrou aulas nos três períodos de segunda a sábado.

À noite, durante uma caminhada pelo centro da cidade, equipado com seus alforjes que utilizava como pasta de professor, foi confundido com um meliante e quase detido por policiais que o confundiram como integrante de uma antiga quadrilha aquidauanense. Uma diretora escolar e um aluno seu — que trabalhava como tipógrafo no jornal *O Pantaneiro* — entrevistaram, e convenceram os policiais de que o jovem seria o novo professor da cidade. Resolvidas as adversidades, estudante e professor dirigiram-se até a sede do jornal — local de trabalho do estudante — onde José Lima Neto fora convidado a escrever uma reportagem sobre a situação que passou. José Lima Neto, que sempre esteve envolvido com reportagens desde a infância, aceitou a sugestão de começar a escrever, mas o tema seria algo mais alegre e intrigante: as árvores da rua Manoel Antonio Paes de Barros, plantadas pelo então prefeito municipal Fernando Luiz Alves Ribeiro, o Tico Ribeiro.

⁴⁴ Também conhecida como Tchecoslováquia. A partir de 1º de janeiro de 1993 deu origem a dois novos estados: a República Checa (capital Praga) e a República Eslovaca (capital Bratislava), existentes até os dias de hoje (MEDEIROS, 2021).

Figura 33 – Oitis da rua Manoel A. Paes de Barros foram inspiração para a primeira reportagem do professor e jornalista José Lima Neto, em Aquidauana



Fonte: Imagem capturada pela autora (2022).

Nas semanas seguintes continuou a escrever mais algumas matérias a convite do proprietário Aldo Royg (O PANTANEIRO, 2020). Algumas semanas depois, uma página completa estava sob sua responsabilidade, e em pouco tempo já atuava como redator do jornal, (O PANTANEIRO, 2020), conciliando com a profissão de professor e aproveitando para conhecer com mais intensidade os costumes locais.

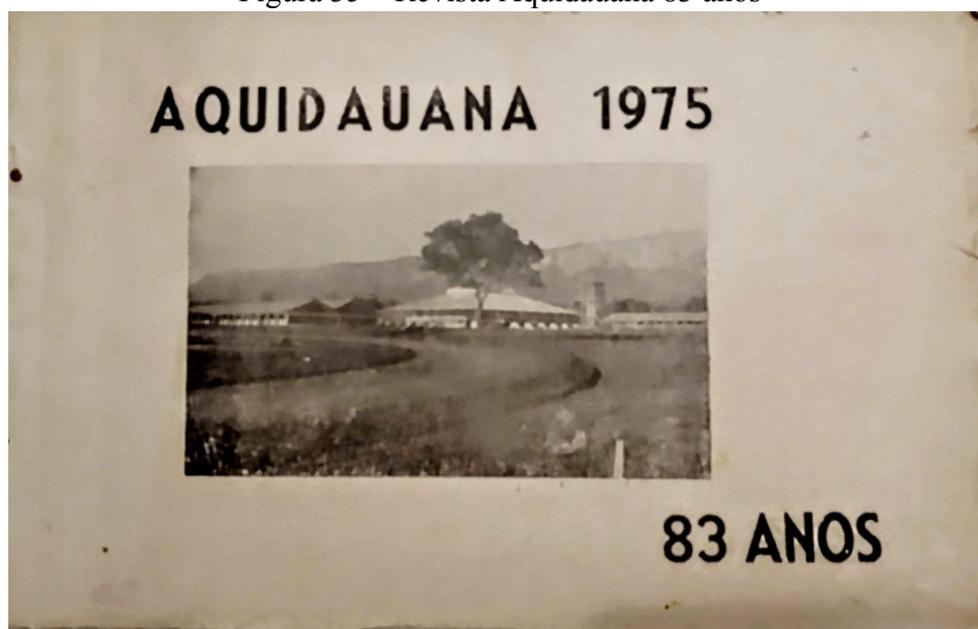
Figura 34 – Lima Neto em companhia do mateiro Raul Peixoto, durante uma expedição no Pantanal matogrossense



Fonte: Arquivo pessoal.

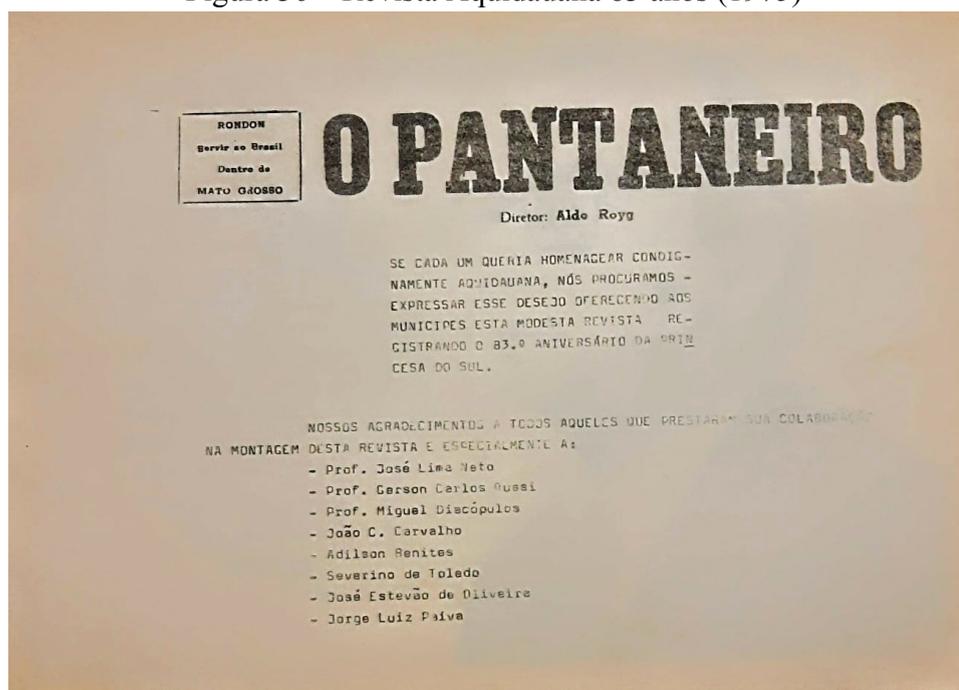
Para conhecer a fundo sobre o homem pantaneiro, essa figura tão singular, realizou expedições em viagens pelo Pantanal do sul do estado do Mato Grosso, e conheceu diversas personalidades referências do bioma. As viagens pelo Pantanal eram realizadas de avião, numa campanha de vacinação de crianças. Lima Neto se inscreveu na campanha como voluntário. Em 15 de agosto de 1975, como colaborador, ajudou na elaboração da primeira revista do *O Pantaneiro*, em homenagem ao 83º aniversário de Aquidauana (*O PANTANEIRO*, 1975, p. 1).

Figura 35 – Revista Aquidauana 83 anos



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1975).

Figura 36 – Revista Aquidauana 83 anos (1975)



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1975).

O casamento com Alice Bonafé Tavares Lima (*O PANTANEIRO*, 2020) ocorreu em 26 de dezembro de 1975 e, neste período, José Lima Neto precisou enviar uma carta à instituição de ensino internacional solicitando o adiamento do início de sua bolsa de estudos. No ano seguinte, uma nova carta de desistência foi enviada à coordenação do curso e sua estadia definitiva em Aquidauana junto à Alice estava concretizada.

Figura 37 – Lima Neto, a esposa Alice e o primogênito Rhobson



Foto: Arquivo pessoal.

No dia 3 de dezembro de 1975, em sociedade com Orlando Aparecido Pascotto, foi efetivada a compra e venda do jornal *O Pantaneiro* e da gráfica Efigênia, conforme documentação abaixo:

Figura 38 – Relação dos bens móveis referentes à venda da empresa O Pantaneiro

JORNAL
O PANTANEIRO
Órgão Noticioso e Independente
Diretor: ALDO ROYB
Redação e Oficina: R. Manoel P. P. de Barros, 460 - Poas 2019 - AQUIDAUANA - MT

RELACÃO DA SÉRIE DE BENS MÓVEIS, ALIQUOTADOS, etc.
EM FAVOR DE ALDO ROYB (TOTAL O PANTANEIRO E GRÁFI
DA EMPRESA) REALIZADA EM 03/12/1975.

Ordem	Espécie
01	Máquina Remington Sperry Rand
02	Escrivaninha de aço - 6 gavetas
03	Cofre Steel
04	1 Arquivo de aço - 2 gavetas pretas
05	1 Telefone (2017)
06	1 Banco de madeira
07	1 escrivaninha e duas cadeiras de madeira
08	1 cadeira de aço giratória
09	1 cadeira de madeira
10	1 extintor de incêndio
11	1 relógio de parede Atlas
12	1 geladeira velha
13	1 cadeira de madeira
14	1 geladeira Consoli
15	1 fotosseladora
16	1 gramofoneira manual
17	1 bancada de madeira
18	1 máquina impressora Gato e implementos
19	1 máquina impressora Savilli e implementos
20	5 carteiros de tipo com todos os acessórios
21	Estoque de papel
22	Material de escritório
23	1 bicicleta marca Caloi
24	1 escrivaninha de madeira
25	1 banco de madeira
26	1 cadeira para papel
27	1 fogareiro pequeno

Aquidauana, 03 de dezembro de 1975.

Aldo Royb
- ALDO ROYB -

Reconheço verdadeiros (firmado) *Aldo Royb*
 de *Aldo Royb* Dono de
 AQUIDAUANA (MT) em 03 de dezembro de 1975
 Em test. *[assinatura]* da verdade.
 [Assinatura] TABELIAO

CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: Arquivo pessoal

Após a efetivação do pagamento da dívida ao vendedor, os novos sócios alteraram a razão social da sede social da empresa que passou a ser intitulada: Organização Pantaneira de Serviços Gráficos LTDA⁴⁵ e que já contava com a primeira filial, a Livraria Pantaneira, localizada na rua Sete de Setembro, n.º 563, que explorava o ramo de livraria, papelaria, artigos para presente e materiais de escritório em geral⁴⁶.

Pouco tempo depois, os dois sócios abriram uma nova empresa em Bonito, ainda pertencente ao estado do MT. Voltada especialmente para a produção de serviços gráficos, distribuição do jornal *O Pantaneiro* aos municípios da região e também uma pequena livraria, foi intitulada Bodoquena Gráfica e Editora, em homenagem à Serra de Bodoquena. Teve o seu parque gráfico adquirido de uma pequena gráfica desativada da cidade de Bela Vista. Localizada no centro, quase esquina com a conhecida Pilad de Rebuá, o município ainda não

⁴⁵ O contrato social foi assinado em 31 de maio de 1976 e registrado no Cartório do 3º Ofício de Aquidauana na data de 1 de junho de 1976.

⁴⁶ Cláusula quarta do contrato social assinado em 31 de maio de 1976 e registrado no Cartório do 3º Ofício de Aquidauana na data de 1 de junho de 1976.

era conhecido como polo turístico da região. Funcionou por cerca de dois anos, quando no término da sociedade com Orlando Pascotto, a gráfica de Bonito ficou sob responsabilidade do sócio José Lima Neto.

Figura 39 – Inauguração das instalações do prédio de funcionamento do *O Pantaneiro* na cidade de Bonito (MS) – década de 1970



Foto: Arquivo *O Pantaneiro* (1970).

Figura 40 – Inauguração das instalações do prédio de funcionamento do *O Pantaneiro* na cidade de Bonito (MS) – década de 1970



Foto: Arquivo *O Pantaneiro* (1970).

Ainda neste período, o apoio de Aldo Royg foi fundamental, devido a sua experiência com os maquinários e ele continuou pertencendo à equipe como diretor-responsável, como mostra o quadro de funcionários da edição n.º 605, de 17 de março de 1976:

Figura 41 – Quadro de expediente *O Pantaneiro* em 1976

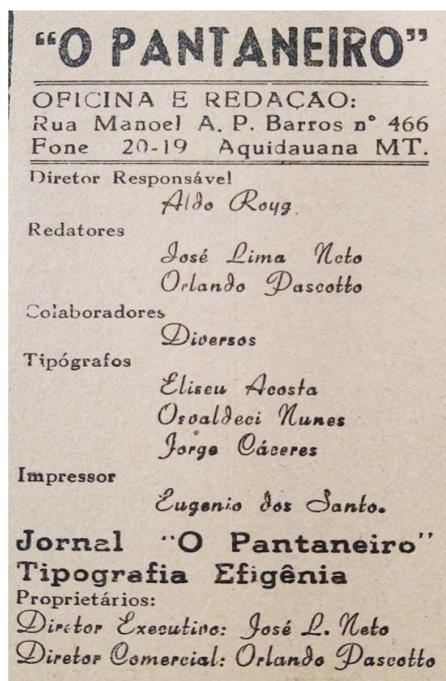


Foto: Arquivo *O Pantaneiro* (1976).

Pouco tempo depois houve o encerramento da sociedade entre os diretores-executivo⁴⁷, José Lima Neto, e diretor-comercial, Orlando Aparecido Pascotto, cedendo este uma pequena parte de sua cota ao novo sócio, Eutiques Saviato⁴⁸. Devido à distância e as dificuldades de locomoção da época para a efetiva administração das duas empresas, foi decidido o encerramento da empresa de Bonito, a Bodoquena Gráfica e Editora.

Já no ano de 1978, sobre a dificuldade enfrentada nos últimos anos e na nova missão de assumir isoladamente a gerência⁴⁹ do jornal *O Pantaneiro*, José Lima Neto publicou um editorial assinado em que relata de forma detalhada os últimos anos de grandes adversidades:

⁴⁷ A determinação da representação da sociedade foi declarada no §2º da cláusula sétima do contrato social assinado em 31 de maio de 1976 e registrado no Cartório do 3º Ofício de Aquidauana na data de 1 de junho de 1976.

⁴⁸ Cláusula primeira da alteração contratual assinada em 15 de dezembro de 1978 e registrada no Cartório do 3º Ofício de Aquidauana na data de 26 de dezembro de 1978.

⁴⁹ Cláusula terceira da alteração contratual assinada em 15 de dezembro de 1978 e registrada no Cartório do 3º Ofício de Aquidauana na data de 26 de dezembro de 1978.

DEVER DE CONTINUAR

Quando as portas de O Pantaneiro estavam prestes a se fechar, com a sua liquidação, um amigo propôs um quase desafio: se tivermos sangue nos olhos, não deveríamos deixar que este patrimônio municipal desaparecesse. Já financeiramente combalido mas com reconhecimento do seu valor; ainda que somente para lembrar dos acontecimentos de nossa cidade e recordar, acreditamos também que O Pantaneiro não merece ser sepultado.

Crentes nisso e conhecedores das suas dificuldades financeiras, estamos decididos a revitalizá-lo aceitando o risco de no seu insucesso sermos acusados de incompetentes.

Não nos cabe julgar a iniciativa do seu diretor Orlando Pascotto em abandoná-lo. Mas, um jornal como O Pantaneiro, como o único de Aquidauana e Anastácio - cidades que já não são vilarejos – não merece o silêncio.

Falar dessa “nova fase”, é redundante: prometermos (mesmo que de pés juntos) que não mais deixaremos circular é piegas; dizer de seu não comprometimento com o pulsar sócio-político-econômico da nossa região - é falso.

Contudo, resta-nos a convicção de que procuramos oferecer um produto que represente o nosso extrato de profissional e cidadão dedicado a notícia. A responsabilidade disso já conhecemos.

Virão as insinuações. Mas como na corte, os ex divertem também os escribas, continuaremos na nossa tarefa.

Por fim, na etapa que hoje iniciamos está o aceite ao desafio do meu amigo oferecendo pelo menos aos leitores (ainda) modestas colunas de O Pantaneiro. LIMA NETO (O PANTANEIRO, 1978).

Posteriormente, sob a mesma razão social, Organização Pantaneira de Serviços Gráficos, a nova sócia passou a ser a esposa, Alice Bonafé Tavares Lima⁵⁰, que já atuava como diretora-proprietária da empresa. “Determinada, valente e decidida” (O PANTANEIRO, 2015, p. 2), Alice mudou-se para Aquidauana na década de 1970 e antes de iniciar sua carreira no *O Pantaneiro*, atuou como professora na Escola Cejar e depois foi proprietária da livraria Mil Detalhes. No *O Pantaneiro*, esteve ao lado de José Lima Neto por 40 anos, realizando “[...] milagres para que os compromissos financeiros fossem cumpridos, quer seja com fornecedores ou em uma empreitada de investimentos” (O PANTANEIRO, 2015, p. 2).

Alice e José Lima Neto tiveram três filhos: Rhobson, Arethéia e Vladmir. O falecimento de Alice ocorreu em 21 de novembro de 2015, após anos de luta contra uma doença renal crônica (O PANTANEIRO, 2015).

3.6 A novas sedes e a grande enchente

Assim como as alterações contratuais de sociedade, o jornal *O Pantaneiro* passou por mudanças de sede. Após a saída do prédio na rua Manoel Antonio Paes de Barros, instalado desde o seu lançamento (O PANTANEIRO, 1965), houve a mudança para um salão na rua Estevão Alves Corrêa e pouco tempo depois para a rua Sete de Setembro, n.º 303 (O

⁵⁰ Cláusulas segunda e terceira da alteração contratual assinada em 25 de agosto de 2000 e registrada na Junta Comercial de Mato Grosso do Sul em 4 de setembro de 2000.

PANTANEIRO, 1990).

Figura 42 – Sede do jornal *O Pantaneiro* na rua 7 de Setembro, centro de Aquidauana (MS) – década de 1980



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1980).

A sede na rua Sete de Setembro abrigava separadamente a parte administrativa e a redação do semanário e, ao lado, o galpão onde funcionava a oficina com os grandes maquinários de impressão. A residência da família estava localizada ao lado do prédio que até hoje pertence ao proprietário José Lima Neto.

Apesar da localização central, o prédio do *O Pantaneiro* passou a sofrer com as inundações do rio Aquidauana. Os grandes transtornos foram retratados nas edições do próprio seminário, como a manchete intitulada *Depois do flagelo Aquidauana e Anastácio procuram se recuperar*, publicada na edição de n.º 1443, de maio de 1990. A reportagem, em tom de editorial, trouxe a informação da enchente que atingiu as duas cidades:

Assim como centenas de pessoas, nós também aqui no jornal *O Pantaneiro* fomos surpreendidos pelas “águas de maio” e tivemos nossas instalações e equipamentos inundados. Vivemos, literalmente, o flagelo da enchente. Assim, em nome das pessoas atingidas, queremos agradecer aos órgãos públicos, aos vizinhos, aos nossos funcionários, aos amigos, enfim a todos aqueles que se acercaram de todos nós e puderam minorar as nossas condições nesse momento de dificuldade. [...] Tudo começa a voltar ao seu lugar embora com a marca da enchente. Nós também aqui estamos, depois de duas semanas sem circular, com diversas limitações em nossos maquinários que depois de recuperados estão sendo devidamente ajustados e nosso laboratório bastante danificado e úmido pelo aguaceiro que tomou todas as dependências. Com resignação e coragem estamos voltando a nossas atividades trazendo nesta edição o rescaldo desse flagelo que atingiu a todos. Ainda precariamente nesta edição, estamos certos de que dentro de mais alguns dias estaremos com nossas atividades normalizadas. Acreditamos que tal provação, neste ano em que completamos 25 anos de circulação, é um desafio para que continuemos a editar este periódico com o registro das emoções da nossa gente (O

PANTANEIRO, 1990, p. 1).

Para ilustrar a reportagem, uma imagem da Ponte Velha, Roldão de Oliveira, uma das principais vias de ligação das duas cidades, que demonstrava claramente a altura do rio Aquidauana:

Figura 43 – Enchente atingiu diversos pontos da cidade e quase encobriu a Ponte Velha



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1990).

O prefeito Fernando Luiz Alves Ribeiro decretou estado de calamidade pública, sendo necessária a colaboração da Defesa Civil municipal, estadual, 9º Batalhão de Engenharia e Combate, Maçonaria e *Rotary Club* para ajudar com as frentes de trabalho (O PANTANEIRO, 1990, p. 7). As chuvas que caíram principalmente na cabeceira, fizeram o rio Aquidauana subir mais de 10 metros, deixando mais de 500 famílias desabrigadas (O PANTANEIRO, 1990, p. 5).

Demonstrando o sentimento de solidariedade para com o companheiro de trabalho, a jornalista Dirce Jordão de Almeida Serra publicou na mesma edição, em sua coluna *Rolê Informando*, o artigo:

A força que não sucumbiu!

Entre as tristezas contempladas durante a última enchente, tivemos as oficinas e o prédio de O PANTANEIRO submersas nas águas represadas do João Dias. Vi, ali, submersos, não um prédio comum, não frias máquinas de aço, mas o trabalho insano, valoroso, persistente de um admirável casal proprietário desse semanário - Lima Neto e Alice. Máquinas e aparelhos adquiridos com honestidade, com independência, sem apadrinhamento de qualquer espécie, sem complôs políticos, numa independência difícil de se viver hoje em dia!

Mas... que dignidade e que força!!!

LIMA NETO de cabelos grisalhos, abraçando a esposa e filhos, contemplou O PANTANEIRO e a sua residência particular cobertos pelas águas barrentas da inesperada enchente, sorriu aquele seu sorriso manso, sacudiu a cabeça e afirmou dominado por um fôrça interior, num magnífico exemplo de bravura:

“Vamos ver o que sobrou! Começaremos novamente! Já o fizemos outras vezes e o faremos agora. Afinal, cheguei aqui só com meu alforge!

Fibra tem limites. Os aquidauanenses, que sabem valorizar o que é nosso, que dão valor a um jornal limpo e independente, sentem estranho orgulho ao folhearem as páginas do O PANTANEIRO, dirigido por um jornalista culto e inteligente, licenciado pelo Instituto Toledo, de Araçatuba-SP, possuidor de curso de cooperativismo e Sindicalismo pelo ICT!

Pra frente, Lima Neto!

Nós estamos com você! (O PANTANEIRO, 1990, p. 7).

Ilustrando o artigo escrito por Dirce Jordão de Almeida Serra, a imagem do prédio do *O Pantaneiro* e, ao lado, a residência da família do casal proprietário:

Figura 44 – Enchente de 1990 que atingiu o prédio do parque gráfico e danificou maquinários e parte do acervo



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1990).

Menos de um ano após a grande enchente de maio de 1990, quando o maquinário ainda passava por revisões (O PANTANEIRO, 1990-1991), uma nova cheia do rio Aquidauana voltou a atingir o prédio do semanário. Desta vez, obras de canalização do poder público em outras regiões do município podem ter sido a principal causa de enchentes decorrentes da inundação do córrego João Dias⁵¹, conforme a reportagem da edição especial n.º 1.478, de 9 de março de 1991:

O aterro que a Prefeitura fez no Pirizal - rua Cândido Mariano não conteve as águas que avançaram por cima. Pior ainda, o lixo que a Prefeitura vinha jogando nessa

⁵¹ A rede hidrográfica urbana de Aquidauana é constituída por quatro pequenas microbacias hidrográficas: do córrego Mangueirão, do córrego João Dias, do córrego Guanandi e da Lagoa Comprida, cujos canais são tributários do rio Aquidauana. O leito fluvial de maior expressão entre os canais principais das microbacias é o do córrego João Dias (JÓIA; SILVA, 2003).

região antes da enchente já estava provocando reclamações dos moradores pela fedentina que agora piorou. A outra parte do aterro, na rua Nelson Felício dos Santos, também, nessa primeira enchente não resistiu e ao invés de conter as águas, o seu efeito foi contrário. As águas vindas da parte de dentro do dique atingiram as ruas 7 de Setembro e Nelson Felício dos Santos através dos tubos que foram ali colocados. Posteriormente represaram as águas das chuvas que caíram na cidade e não tinham para onde correr. Com isso, o volume das águas cresceram rapidamente e a enchente foi maior do lado de fora do dique (O PANTANEIRO, 1991, p. 1).

O prédio que abrigava o jornal foi atingido pelas águas e ficou novamente parcialmente submerso por dias (O PANTANEIRO, 1991), conforme publicado na edição especial de março de 1991:

EDIÇÃO ESPECIAL

Consideramos esta uma edição especial haja vista que a enchente desta semana deixou este jornal ilhado com ameaça de nova inundação em nossas dependências. Como prevenção e evitando prejuízos maiores, tivemos que desmontar nossos equipamentos. Com recuo das águas, na quinta-feira, voltamos a nos organizar. Agradecemos o esforço de todos os nossos funcionários que até se arriscando em meio às águas se dispuseram mais uma vez em preservar nosso maquinário assim como todas as pessoas que de nós se acercaram com uma ajuda ou uma palavra de ânimo a fim de que pudéssemos resistir a mais essa situação calamitosa. São apenas seis páginas desta edição especial que significa nosso esforço em manter com regularidade este jornal mesmo sob ameaça de nova inundação (O PANTANEIRO, 1991, p. 1).

Considerando o alto número de residências e comércios atingidos pelas águas do rio Aquidauana, a prefeitura municipal declarou, através de decreto, novo estado de calamidade pública, sendo as famílias abrigadas na escola Cândido Mariano e no ginásio poliesportivo da cidade (O PANTANEIRO, 1991).

Em decorrência das enchentes e dificuldades em se locomover as grandes máquinas do parque gráfico em caso de urgência, foi necessária uma nova mudança para a instalação da empresa. Um antigo prédio, onde funcionou por anos uma oficina de tornearia desativada, localizada no bairro Alto foi adquirido pelo casal de sócios e, posteriormente, reformado para receber as máquinas da gráfica e o jornal *O Pantaneiro*, sendo a nova sede localizada na rua XV de Agosto esquina com Antonio João (O PANTANEIRO, 1993).

Figura 45 – Longe das enchentes do córrego João Dias, a nova sede de *O Pantaneiro*, construída no bairro Alto



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1993).

Assim como na sede anterior, ao lado das novas instalações de *O Pantaneiro* também foi construída a residência da família. Até os dias atuais não houve nova alteração de endereço, sendo a sede abrigo para as dependências do jornal *O Pantaneiro* versão impressa e a redação do jornal *on-line*, lançado em 2003 (O PANTANEIRO, 2020).

3.7 A influência cultural do *O Pantaneiro*

Desde a primeira edição do jornal *O Pantaneiro*, lançada em 5 de maio de 1965, observa-se um espaço para a divulgação de assuntos da área cultural nas páginas do semanário. Os destaques desta área na primeira edição foram para a comunicação dos concursos de *Miss* e para a publicidade dos filmes que estariam em cartaz no Cine Glória durante a semana (O PANTANEIRO, 1965). Estes dois assuntos estiveram em pauta em diversas publicações do semanário, ocupando, inclusive, a pauta principal de editoriais e das crônicas sociais publicadas por colaboradores, como a cronista Dirce Jordão de Almeida Serra, em suas primeiras publicações.

Sobre os tradicionais concursos de beleza realizados em nível estadual, destaca-se a publicação da reportagem sobre a aquidauanense Gleice Rocha, escolhida como a mais bela

mato-grossense do ano de 1971 (O PANTANEIRO, 1971):

Figura 46 – Gleice Rocha, escolhida a Miss Mato Grosso em 1971



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1971).

A reportagem enfatiza que “[...] Aquidauana, terra onde a beleza e a modestia imperam, já ofereceu a Mato Grosso duas rainhas de beleza feminina, a ex-miss Delci de Oliveira e hoje a encantadora Gleice Rocha, aquela que está voltada a atenção de milhares de matogrossenses” (O PANTANEIRO, 1971, p. 1).

A chegada da televisão na região de Aquidauana também recebeu destaque, especialmente nos primeiros dois anos de circulação do semanário. Em diversas publicações que demonstraram apoio ao novo meio de comunicação, as reportagens cobriam desde os estudos para a instalação das antenas na Serra de Maracaju até a venda dos primeiros televisores na cidade, apesar da desconfiança de muitos consumidores locais:

TV-MORENA, 200 receptores vendidos

Sobrepujado o período de dúvidas de alguns, a TV-Morena firma-se verdadeiramente em Aquidauana ao atingir a cifra de 200 aparelhos receptores de

imagem vendidos. Aumentam os interessados e tudo indica que teremos televisão em Aquidauana, desta vez, graças a confiança daqueles que realmente querem a grandeza desta terra. Aos que combatiam a vinda da Televisão para Aquidauana, estão vendo que suas palavras ôcas morrem sem eco, no seio dos elementos progressistas desta terra que ora parte para seu grande destino, ou seja, líder do sudoeste (O PANTANEIRO, 1966).

A reportagem sobre as primeiras imagens transmitidas na televisão em Aquidauana foi publicada com a informação de que “[...] já está em pleno funcionamento a Rêde de Transmissão da TV-MORENA CANAL 6” (O PANTANEIRO, 1967, p. 3).

Na área musical, podemos evidenciar grande expectativa para a gravação do disco de vinil do conjunto aquidauanense Os Brincalhões, composto pelos músicos Pepeta, Beco, Luizinho, Braz, Zé Estevão e Nico (O PANTANEIRO, 1966). Em entrevista concedida ao *O Pantaneiro*, em 1966, o solista do grupo, Nico, informou que “[...] as músicas que comporão o *Long-play*, são todas de autoria do grupo” (O PANTANEIRO, 1966, p. 4). Entre as músicas gravadas estariam *Beijo no cinema* e *Chimbica*, sendo a reportagem encerrada com a afirmação de que a banda, com o lançamento de seu disco, “[...] parte definitivamente para o posto de melhor conjunto moderno de Mato Grosso” (O PANTANEIRO, 1966, p. 4).

Figura 47 – Conjunto aquidauanense Os Brincalhões, em 1966



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1966).

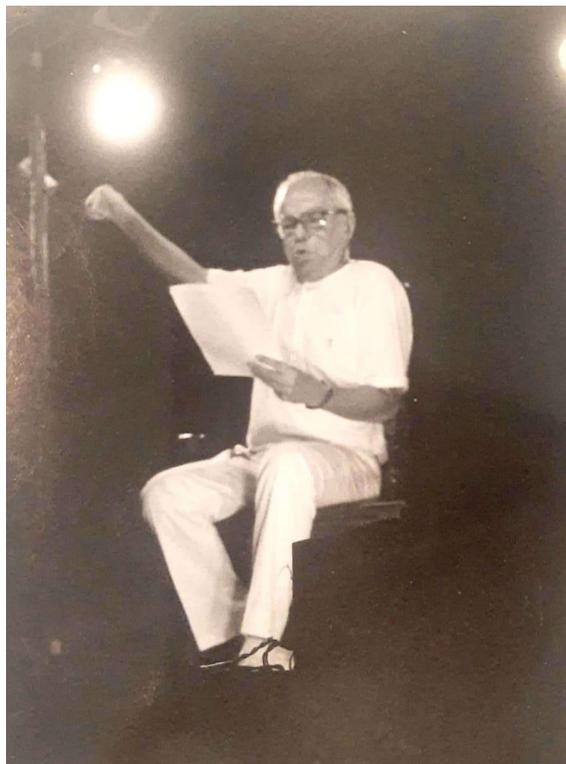
Já sob o comando de José Lima Neto, as contribuições para a divulgação da área

cultural aquidauanense se estenderam. Como músico (O PANTANEIRO, 1993), colaborou com a publicidade dos diversos eventos e expressões culturais das cidades de Aquidauana e Anastácio, como as festas religiosas, carnavais, concursos de calouros, entre outros, chegando a reivindicar ao prefeito de Aquidauana, na época, a criação do Coral Municipal e a construção de um espaço alternativo para a população destinado à realização de shows e demais eventos culturais.

Além de sua paixão pela música e pela escrita, a fotografia também despertava seu interesse. Um dos mais importantes registros fotográficos foi a imagem realizada em uma câmara manual, filme 400 asas em preto e branco na apresentação do “[...] mais ilustre ator aquidauanense [...]” (O PANTANEIRO, 1996, p. 2) Rubens Alves Corrêa⁵², durante a programação do Centenário de Aquidauana, em agosto de 1992. Na ocasião, o ator homenageou a cidade com a apresentação do monólogo “Aquidauana” apresentado no anfiteatro do campus de Aquidauana da UFMS. Durante a emocionante apresentação para os aquidauanenses que lotaram o anfiteatro, o ator “[...] entrou no palco com sua figura miúda... óculos... calça preta e camisa branca... na mão tinha o texto... uma cadeira e acenderam-se as luzes improvisadas do palco” (O PANTANEIRO, 1996, p. 2). Rubens Alves Corrêa narrou sobre a sua infância livre na cidade, sobre o rio, a ponte Velha, o Cine Glória, o circo, os colegas do ensino fundamental, a igreja, e o marcante apito do trem da NOB, no verão de 1942 que mudaria a sua vida para sempre: era a sua despedida de Aquidauana rumo à sua nova vida que se iniciaria no Rio de Janeiro (RJ), e por lá passaria a viver todo o restante de sua vida.

⁵² Nascido em Aquidauana em 1931, Rubens Alves Corrêa é o quinto filho do casal Estevão Alves Corrêa Filho e Presciliana Ribeiro Alves Corrêa. Até os 11 anos de idade residiu em sua cidade natal onde adquiriu a primeira base cultural através da frequente e constante ida ao cinema local — Cine Glória e dos ritos religiosos, muitas vezes teatralizados, na Igreja Matriz — Nossa Senhora da Conceição. Sobre a relação de Rubens com o cinema aquidauanense, Fonta (2010) relembra que o cinema “[...] povoou suas emoções de forma avassaladora. Em seu roteiro ele lembra que quando voltava do colégio, sempre passava em frente ao cinema para confirmar o filme que seria exibido naquela noite. Corria para tomar banho e não se atrasar para a sessão” (FONTA, 2010, p. 31). Em 1942, mudou-se para o Rio de Janeiro para continuar os estudos no colégio em regime de internato masculino São José, onde passou a ter contato com as mais diversas obras literárias disponíveis na biblioteca da nova instituição de ensino. Autores clássicos como Shakespeare passam a ser a nova rotina de leitura do aquidauanense e abriram as portas para o contato com o teatro. O piano e a paixão pela música ficam agora em segundo plano e o teatro passou a ser o foco principal do jovem pantaneiro. Torna-se um renomado escritor, ator de teatro e televisão, tendo recebido por quatro vezes, além de diversos outros prêmios, o Prêmio *Molière* de melhor ator nos anos de 1963, 1969, 1972 e 1982. Atuou na novela Pantanal em sua primeira versão, exibida em rede nacional pela extinta TV Manchete, no ano de 1990.

Figura 48 – Rubens Alves Corrêa durante a apresentação do monólogo “Aquidauana”, em 1992



Fonte: Arquivo *O Pantaneiro* (1992).

O falecimento de Rubens Alves Corrêa, ocorrido em 22 de janeiro de 1996, na Clínica São Vicente, no Rio de Janeiro, e às vésperas de completar 65 anos (O PANTANEIRO, 1996) foi publicado na edição de n.º 1722 do semanário. Uma página completa foi dedicada ao artista que fez história na cidade de Aquidauana e marcou a trajetória do jornalista José Lima Neto.

3.8 O acervo

Apesar da tarefa de entregar-se à pesquisa sobre páginas de arquivos, especialmente os mais antigos, poder apresentar um encantamento, uma curiosidade pela descoberta, e os desafios são grandes. Trazendo algumas orientações de como se realizar um trabalho com a mídia impressa, Luca (2008) conduz que o primeiro passo para se iniciar uma pesquisa em jornais é localizar a fonte e averiguar as condições oferecidas para consulta. Ao mesmo

tempo, a autora traz um alerta de que a tarefa pode ser bem mais complexa do que o esperado, já que nem sempre os exemplares estão disponibilizados de forma organizada, podendo ser encontrados em péssimo estado de conservação (LUCA, 2008).

Corroborando a precaução apresentada por Luca (2008), o arquivo do jornal não apresenta as condições mais adequadas para a realização da pesquisa proposta. Atualmente, os livros tombo e edições estão armazenados em uma sala nos fundos do prédio e o arquivo não está disponível para consulta ao público externo — uma forma de se evitar ainda mais desgastes ao material já fragilizado e parcialmente comprometido pelo tempo.

Para esta pesquisa, foi realizado um levantamento sobre as edições existentes do período estabelecido para a investigação, ou seja, a partir de seu lançamento em 5 de maio de 1965 até a última edição do ano de 1978. O Quadro 3 traz um resumo da situação do arquivo das edições do *O Pantaneiro* neste período, analisando-o anualmente, e verifica-se como “completo”, quando todas as edições do período estão disponíveis, “incompleto”, quando há a falta de algumas edições, ou “inexistente”, quando não há edições do período no arquivo.

Quadro 3 – Quadro atual das edições disponíveis do jornal *O Pantaneiro* – 1965-1978

Ano	Situação do arquivo
05/05/ 1965 a 31/12/1965	Completo
01/01/1966 a 31/12/1966	Completo
01/01/1967 a 31/12/1967	Incompleto
01/01/1968 a 31/12/1968	Incompleto
01/01/1969 a 31/12/1969	Incompleto
01/01/1970 a 31/12/1970	Incompleto
01/01/1971 a 31/12/1971	Incompleto
01/01/1972 a 31/12/1972	Inexistente
01/01/1973 a 31/12/1973	Inexistente
01/01/1974 a 31/12/1974	Inexistente
01/01/1975 a 31/12/1975	Incompleto
01/01/1976 a 31/12/1976	Incompleto
01/01/1977 a 31/12/1977	Incompleto
01/01/1978 a 31/12/1978	Incompleto

Fonte: Elaborado pela autora.

Como apresentado no Quadro 3, apenas no período de 1965 e 1966 o arquivo está completo, com todas as edições disponíveis. Já nos anos de 1972, 1973 e 1974 não há edições disponíveis, ocorrendo um lapso de três anos de arquivo. Nos demais anos, o arquivo está incompleto, sendo que todas as edições existentes estão discriminadas no apêndice deste trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa buscou investigar a trajetória do semanário aquidauanense *O Pantaneiro*, e adentrar na análise de um período de sua circulação, entre os anos de 1965 e 1978. O curto, mas marcante intervalo temporal, apresenta surpreendentes descobertas que tornaram a investigação de sobremaneira interessante.

Apresentando ao leitor no primeiro capítulo as teorias que circundam os Estudos Culturais e suas inúmeras possibilidades de análise sobre os temas diversos, como a comunicação, a formação das identidades, a importância da representatividade e o protagonismo feminino, abre-se espaço para uma investigação sobre a fundação do semanário aquidauanense e os sujeitos envolvidos nesse período de aproximadamente uma década após o seu lançamento. Dessa maneira, foi possível ampliar o conhecimento sobre *O Pantaneiro* e analisar quem foram os três amigos que se dispuseram a lançar, em uma época de incertezas, um hebdomadário que predominasse com a missão de ser como andorinha livre e certos das responsabilidades.

A busca por mais vestígios de homenagem ao homem pantaneiro, o pecuarista, conforme descrito no primeiro editorial do jornal *O Pantaneiro*, alimentou a ideia inicial de pesquisa que versaria, através dos seus editais, sobre a formação da identidade — um dos principais campos de investigação dos Estudos Culturais. Todavia, além dos editoriais encontrados não retratarem assuntos referentes apenas aos pecuaristas e ao homem pantaneiro diretamente, logo durante as primeiras pesquisas, percebeu-se que não havia editoriais em todas as edições disponíveis no arquivo. Essa questão foi justificada ao longo da pesquisa já que, devido à escassez de mão de obra capacitada daquela época, principalmente frente a um produto que era produzido de forma artesanal na época de tipografia, poucas pessoas se disponibilizavam a assinar seus artigos.

Ademais, a maneira como os primeiros editoriais foram apresentados na diagramação do jornal foi decisiva para a determinação de quais deles poderiam ser analisados. Nas primeiras edições, os editoriais eram demonstrados ao leitor nas primeiras páginas da edição, delimitados por uma margem, visando aumentar o seu destaque. Outras vezes, porém, o texto era seguido do título *EDITORIAL*, que o definia claramente ao leitor. Portanto, somente foram analisados os editoriais que se apresentaram dentro deste padrão, a fim de se evitar dúvidas quanto à análise de editoriais ou de apenas matérias de colaboradores que não representavam a opinião do semanário *O Pantaneiro*. Ao todo, 61 editoriais foram pesquisados e foi disponibilizado ao leitor, nos apêndices deste trabalho, o resumo de cada um deles, para uma futura apreciação.

A participação das mulheres nas primeiras edições do semanário também causou surpresa. Dóris Mendes Trindade, através de seu pseudônimo Maria Pereira, assim como os artigos assinados como A. Nogueira, demandou um trabalho investigativo para chegar até as sujeitas. Pode-se concluir que pouquíssimas pessoas sabiam da participação destas mulheres no *O Pantaneiro* na década de 1960.

Assim como a pesquisa bibliográfica e as fontes escritas, a pesquisa também adentrou na área das imagens antigas e conseguiu resgatar, em um arquivo de retratos do jornal *O Pantaneiro*, algumas relíquias fotográficas que contribuíram para o enriquecimento documental da presente investigação. Analisando este cenário, ter a autorização para realizar uma pesquisa dentro do arquivo de *O Pantaneiro* pode ser considerado um privilégio e, por isso, este estudo se faz tão necessário. Além disso, deve-se levar em conta que o papel tem um prazo de vida e a atual forma de armazenamento do acervo do jornal *O Pantaneiro*, em livros tombo, não é o mais adequado, recebendo a influência de intempéries, como umidade e temperatura inadequados, o que também vem causando desgastes ao material. Levantou-se o número de 421 edições existentes no arquivo, no período de 5 de maio de 1965 a 31 de dezembro de 1978, e foram discriminadas as edições inexistentes no arquivo referente ao período, necessário para o arquivo patrimonial e documental.

Em suas quase seis décadas de existência, percebe-se que o jornal *O Pantaneiro* cumpriu um papel relevante no campo da cidadania, cobrindo ações da municipalidade, não somente pelo valor histórico, mas também por sua persistência e resiliência do periódico em meio ao âmbito digital.

REFERÊNCIAS

- 1968: LÍDERES universitários são presos em Congresso da UNE em Ibiúna. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/10/1968-lideres-universitarios-sao-presos-em-congresso-da-une-em-ibiuna.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2020. São Paulo: Contexto, 2020. p. 155-202.
- ALVES, Teresa Vitória Fernandes. *O Gráfico: representação da vida e da sociedade do Brasil na primeira república*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
- ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.
- ANDRADE, Danusa Santana. O surgimento da imprensa em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. 2016. In: ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3., 2016, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: UFMS, 2016. Disponível em: https://www.alcarco.com/_files/ugd/625d41_71f5316207534b9b8a490e64436829c6.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ARAKAKI, Suzana. Imprensa, cultura e política: 1964 em O Progresso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo, 2007.
- ARAÚJO, Leo Natanael de Jesus. *Impressões e lutas dos trabalhadores gráficos em Fortaleza (1970 a 2000)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Vilma. Mensagem Social: programa da rádio Difusora que integrou a comunidade pantaneira por mais de quatro décadas. *Pastelão*, 16 dez. 2014. Disponível em: <http://pibidletrascpaq.blogspot.com/2014/12/mensagem-social-programa-da-radio.html>. Acesso em: 16 de dez. 2022.
- BENFICA, Tiago Alino Hoissa. Protagonistas do campo histórico em Mato Grosso do Sul: em busca dos sujeitos da história (1968-1978). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, 2017.
- BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.002, de 21 de outubro de 1969. *Código de Processo Penal*

Militar. Brasília, 21 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.802, de 05 de janeiro de 1953. *Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências*. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. *In*: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 327-3478.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

COLLARO, Antonio Celso. *Produção gráfica: arte e técnica da mídia impressa*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanaís matogrossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1946.

CORREA, Línive de Albuquerque. *Grupo Correio do Estado, de jornal a conglomerado midiático (1954-1980)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

CORRÊA, Valmir Batista. O trabalhador rural e urbano na terra dos coronéis. *Albuquerque*, Campo Grande, v. 5, n. 10, p. 9-36, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/4045/3229>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COSTA, Jean Henrique. Os estudos culturais em debate: um convite às obras de Richard Hoggart, Raymond Williams EP Thompson. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 34, n. 2, p. 159-168, 2012.

CUNHA, Rubens Nunes da. *Rebuscando a memória: frases e fatos*. Campo Grande: Gráfica Pantanal, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. *Cartografias*, Porto Alegre, 2000. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363368/mod_resource/content/1/estudos_culturais_ana.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. *In*: JOHNSON, Richard;

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. *O que é afinal, Estudos Culturais?* 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 2-11.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. *Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

FERNANDES, Mario Luiz. Apontamentos para uma história da imprensa de Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6058>. Acesso em: 15 set. 2022.

FERREIRA, Franchys Marizethe Nascimento Santana. *Características da Educação Superior Pública no município de Aquidauana de 1998 a 2004*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO, Acervo digital. 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=3084&anchor=5214109&origem=busca&originURL=&maxTouch=0>. Acesso em 07 mar. 2023.

FONTA, Sergio. *Rubens Corrêa: um salto para dentro da luz*. Coleção Aplauso Perfil. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

GAUTO, Gustavo. *História e Memória: instituições em Aquidauana*. Aquidauana: RGA Gráfica, 2006.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues. *Revolução e Utopia: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a ditadura militar (1964-1985)*. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO ao Brasil, 2003. p. 25-50.

HALL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Mato Grosso. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JOHNSON, Richard. O que é afinal Estudos Culturais? In: JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. *O que é afinal, Estudos Culturais?* 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 7-85.

JÓIA, Paulo Roberto. Origem e evolução da cidade de Aquidauana. *Revista Pantaneira*, Aquidauana, n. 7, p. 34-49, 2005.

JÓIA, Paulo Roberto; SILVA, Ronald Luiz Oliveira. Ocupação do solo e meio ambiente na cidade de Aquidauana. *Revista Pantaneira*, Aquidauana, v. 5, p. 25-43, 2003.

KROETZ, Itiana Daniela; GAI, Eunice T. Piazza. O Jornal das Senhoras e a busca pela emancipação moral e intelectual da mulher brasileira. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, Cascavel, n. 14, p. 118-131, 2015.

LAMOSO, Lisandra Pereira. *A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27072001-231952/publico/lamoso.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

LIMA, Hélder Samuel dos Santos; OTA, Daniela Cristiane. Rádio Independente de Aquidauana: da fundação à transição para FM. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 21, n. 37, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588261536010>. Acesso em: 25 out. 2022.

LIMA NETO, José. Faleceu a jornalista Dirce Jordão de Almeida Serra. *O Pantaneiro*, 11 jan. 2020. Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br/noticias/faleceu-a-jornalista-dirce-jordao-de-almeida-serra/154618/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. Oralidade e cultura escrita na abordagem da história da alfabetização. *O público e o privado*, Fortaleza, n. 2, 2003. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2706/2362>. Acesso em: 12 de maio 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020.

MARTINS JUNIOR, Carlos; OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de (org.). *Revelando Aquidauana*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010.

MEDEIROS, Marina Pedrini. *Da Tchecoslováquia à República Tcheca: a história de uma transição*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MORAES, Ana Luiza *et al.* (org.). *Estudos culturais na comunicação contemporânea*. São Paulo: Cásper Líbero, 2019.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. *In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2020. p. 23-44.

NAKAMURA, Maria Eliza Furquim Pereira. Os Ginásios Vocacionais: subversões e acomodações. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 3., 2016. *Anais [...]*. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/ENAPHEM/article/view/6137>. Acesso em: 2 fev. 2023.

NELSON, Cary *et. al.* Estudos Culturais: uma introdução. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em educação.* Petrópolis: Vozes, 2013. p. 07-37.

NEVES, Joana. *Um porto para o Pantanal: a fundação de Aquidauana: civilização e dependência.* Campo Grande: UFMS, 2007.

NEVES, Daniel. Revolução Francesa. *Brasil Escola*, 15 fev. 2023. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/historiag/revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 15 fev. 2023.

NOGUEIRA, Albana Xavier. Cem anos de adolescência e maturidade no Pantanal - A cidade. *Revista Aquidauana*, Aquidauana: Jornal O Pantaneiro, p.61-63, 1992.

NOGUEIRA, Albana Xavier. Cultura Pantaneira entre a tradição e o novo. *Revista Cultura em MS*. FCMS, p. 10-15, 2008.

NOGUEIRA, Albana Xavier. *Pantanal: homem e cultura.* Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva. *Ruínas de Xerez.* Marco histórico do colapso do projeto colonial Castelhana em Mato Grosso (1593-1632). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2004. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Hist%C3%B3ria-2004-Sandra-Nara-da-Silva.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita.* São Paulo: Papirus, 1998.

O PANTANEIRO. *Acervo.* Aquidauana: O Pantaneiro, 1965.

O PANTANEIRO. *Acervo.* Aquidauana: O Pantaneiro, 1966.

O PANTANEIRO. *Acervo.* Aquidauana: O Pantaneiro, 1967.

O PANTANEIRO. *Acervo.* Aquidauana: O Pantaneiro, 1969.

O PANTANEIRO. *Acervo.* Aquidauana: O Pantaneiro, 1970.

O PANTANEIRO. *Acervo.* Aquidauana: O Pantaneiro, 1971.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1975.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1976.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1978.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1982.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1983.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1990.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1991.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1992.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1993.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 1996.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 2013.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 2015.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 2020.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 2022.

O PANTANEIRO. *Acervo*. Aquidauana: O Pantaneiro, 2023.

PAIS, Luis Carlos. Aquidauana na história da imprensa. *Correio do Estado*, Campo Grande, 19 out. 2016. Disponível em:

<https://correiodoestado.com.br/artigos-e-opinioao/luiz-carlos-pais-aquidauana-na-historia-da-imprensa/289278>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PALHA, Cássia Rita Louro. Na hegemonia cultural de Antonio Gramsci, uma leitura da mídia televisiva, da História e da educação. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 11-23, 2002.

PEREIRA, Francisco Fausto Matogrosso. *Coronelismo, poder e desenvolvimento em Aquidauana (1945-1965)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, 2013.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GIC. *Anuário ilustrado do Ginásio Paroquial Nossa Senhora da Imaculada Conceição*.

Aquidauana: GIC, 1963. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179983/Revista%20GIC%2063%2c%20Aquidauana%2c%20MT%2c%201963.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jan. 2023

RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco – 150 anos: balaio de recordações*. Campo Grande: Editora Gráfica Ltda, 1984.

ROBBA, Cláudio. *Aquidauana: ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

ROBBA, Cláudio. *Anastácio: ontem e hoje*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 2006.

SANTOS, Antônio Barbosa dos. *Tipógrafos em Aquidauana – MS: algumas reminiscências*. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2016.

SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 2-11.

SERRA, Dirce Jordão de Almeida. *Vi, Vibrei e Anotei*. Campo Grande: FCMS, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, ano 7, n. 13, 2015.

SILVA, Daniel Neves. *Revolução Francesa. Brasil Escola*, 15 nov. 2022. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial (1945-1953)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e de pesquisa da comunicação e da mídia*. 2. ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUZA, João Carlos de. Corumbá, MS - o desejo de integração à civilização em fins do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais [...]*. Londrina, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206370_a82f396e4dfd756380358556a8adafe8.pdf. Acesso em: 16 dez. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert. *Comunicação, mídia e tecnologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

TRINDADE, Jandira Mendes. *Meu lugar é aqui*. Campo Grande: FCMS, 2008.

UNESCO. *Programa Memória do Mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental*. UNESCO, 2002. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VARGAS, Eliane de Oliveira. *História Oral de Vida: Elídio Teles de Oliveira*. 2002. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2002.

VISALLI, Angelita Marques; GODOI, Pamela Wanessa. Estudos sobre imagens medievais: o caso das iluminuras. *Diálogos*, Maringá, v. 20, n. 3, p. 129-144, 2016.

WILHELMS, Carlos Henrique. Centenário de Tico Ribeiro: o veterinário que se tornou 1º deputado federal por Aquidauana. *Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Noticias/91008/centenario-de-tico-ribeiro-o-veterinario-que-se-tornou-1-deputado-federal-por-aquidauana>. Acesso em: 18 jan. 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança – cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 7-72.

YUUKURA, Fernanda. Uma breve introdução à linotipia. *Medium*, 29 set. 2017. Disponível em: <https://medium.com/deadlines/uma-breve-introducao-a-linotipia-a06bdffdc215>. Acesso em: 5 fev. 2023.

ZEBENDO, Lúcio Folly Sanches; NOBRE, Alyne. *Código Morse*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.

ZICMAN, Renée Barata. História da imprensa – algumas considerações metodológicas. *História e historiografia: contribuições e debates*, São Paulo, v. 4, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro de edições do jornal *O Pantaneiro* (1965-1978)

Número da edição	Data de publicação	Situação
01	05/05/1965	Existente
02	12/05/1965	Existente
03	19/05/1965	Existente
04	26/05/1965	Existente
05	02/06/1965	Existente
06	09/06/1965	Existente
07	16/06/1965	Existente
08	23/06/1965	Existente
09	30/06/1965	Existente
10	07/07/1965	Existente
11	14/07/1965	Existente
12	21/07/1965	Existente
13	28/07/1965	Existente
14	04/08/1965	Existente
15	15/08/1965	Existente
16	18/08/1965	Existente
17	25/08/1965	Existente
18	01/09/1965	Existente
19	07/09/1965	Existente
20	16/09/1965	Existente
21	23/09/1965	Existente
22	30/09/1965	Existente
23	07/10/1965	Existente
24	14/10/1965	Existente
25	21/10/1965	Existente
26	28/10/1965	Existente
27	04/11/1965	Existente
28	11/11/1965	Existente
29	18/11/1965	Existente
30	25/11/1965	Existente
31	02/12/1965	Existente
32	09/12/1965	Existente
33	16/12/1965	Existente
34	23/12/1965	Existente

35	30/12/1965	Existente
36	06/01/1966	Existente
37	13/01/1966	Existente
38	20/01/1966	Existente
39	27/01/1966	Existente
40	03/02/1966	Existente
41	10/02/1966	Existente
42	17/02/1966	Existente
43	03/03/1966	Existente
44	10/03/1966	Existente
45	17/03/1966	Existente
46	24/03/1966	Existente
47	31/03/1966	Existente
48	07/04/1966	Existente
49	14/04/1966	Existente
50	21/04/1966	Existente
51	28/04/1966	Existente
52	05/05/1966	Existente
53	12/05/1966	Existente
54	19/05/1966	Existente
55	26/05/1966	Existente
56	02/06/1966	Existente
57	09/06/1966	Existente
58	16/06/1966	Existente
59	23/06/1966	Existente
60	30/06/1966	Existente
61	07/07/1966	Existente
62	14/07/1966	Existente
63	21/07/1966	Existente
64	28/07/1966	Existente
65	04/08/1966	Existente
66	11/08/1966	Existente
Edição Extra	15/08/1966	Existente
67	18/08/1966	Existente
68	25/08/1966	Existente
69	01/09/1966	Existente
70	08/09/1966	Existente
71	15/09/1966	Existente

72	22/09/1966	Existente
73	29/09/1966	Existente
74	06/10/1966	Existente
75	13/10/1966	Existente
76	20/10/1966	Existente
77	27/10/1966	Existente
78	03/11/1966	Existente
79	10/11/1966	Existente
80	18/11/1966	Existente
81	24/11/1966	Existente
82	01/12/1966	Existente
83	05/12/1966	Existente
84	15/12/1966	Existente
85	22/12/1966	Existente
86	29/12/1966	Existente
87	05/01/1967	Existente
88	12/01/1967	Existente
89	19/01/1967	Existente
90	26/01/1967	Existente
91	02/02/1967	Existente
92	16/02/1967	Existente
93	23/02/1967	Existente
94	02/03/1967	Existente
95	09/03/1967	Existente
96	16/03/1967	Existente
97	23/03/1967	Existente
98	30/03/1967	Existente
99	06/04/1967	Existente
100	13/04/1967	Existente
101	20/04/1967	Existente
102	27/04/1967	Existente
103	05/05/1967	Existente
104	11/05/1967	Existente
105	18/05/1967	Existente
106	25/05/1967	Existente
107	01/06/1967	Existente
108	08/06/1967	Existente
109	15/06/1967	Existente

110	22/06/1967	Existente
111	29/06/1967	Existente
112	06/07/1967	Existente
113	13/07/1967	Existente
114	20/07/1967	Existente
115	27/07/1967	Existente
116	03/08/1967	Existente
117	10/08/1967	Existente
118	17/08/1967	Existente
119	24/08/1967	Existente
120	31/08/1967	Existente
121	07/09/1967	Existente
122	24/09/1967	Existente
123	21/09/1967	Existente
124	28/09/1967	Existente
125	05/10/1967	Existente
126	-----	Não existente
127	19/10/1967	Existente
128	-----	Não existente
129	02/11/1967	Existente
130	09/11/1967	Existente
131	16/11/1967	Existente
132	23/11/1967	Existente
133	30/11/1967	Existente
134	07/12/1967	Existente
135	14/12/1967	Existente
136	21/12/1967	Existente
137	28/12/1967	Existente
138	04/01/1968	Existente
139	11/01/1968	Existente
140	18/01/1968	Existente
141	25/01/1968	Existente
142	01/02/1968	Existente
143	08/02/1968	Existente
144	14/02/1968	Existente
145	22/02/1968	Existente
146	07/03/1968	Existente
147	14/03/1968	Existente

148	21/03/1968	Existente
149	28/03/1968	Existente
150	04/04/1968	Existente
151	18/04/1968	Existente
152	25/04/1968	Existente
153	02/05/1968	Existente
154	09/05/1968	Existente
155	16/05/1968	Existente
156	23/05/1968	Existente
157	30/05/1968	Existente
158	04/06/1968	Existente
159	06/06/1968	Existente
160	13/06/1968	Existente
161	20/06/1968	Existente
162	04/07/1968	Existente
163	11/07/1968	Existente
164	18/07/1968	Existente
165	08/08/1968	Existente
166	15/08/1968	Existente
167	22/08/1968	Existente
168	29/08/1968	Existente
169	05/09/1968	Existente
170	19/09/1968	Existente
171	26/09/1968	Existente
172	03/10/1968	Existente
173	10/10/1968	Existente
174	17/10/1968	Existente
175	24/10/1968	Existente
176	31/10/1968	Existente
177	07/11/1968	Existente
178	14/11/1968	Existente
179	21/11/1968	Existente
180	28/11/1968	Existente
181	-----	Não existente
182	12/12/1968	Existente
183	24/12/1968	Existente
184	02/01/1969	Existente
185	09/01/1969	Existente

186	16/01/1969	Existente
187	23/01/1969	Existente
188	30/01/1969	Existente
189	06/02/1969	Existente
190	13/02/1969	Existente
191	20/02/1969	Existente
192	27/02/1969	Existente
193	06/03/1969	Existente
194	13/03/1969	Existente
195	20/03/1969	Existente
196	27/03/1969	Existente
197	03/04/1969	Existente
198	10/04/1969	Existente
199	17/04/1969	Existente
200	24/04/1969	Existente
201	01/05/1969	Existente
202	08/05/1969	Existente
203	15/05/1969	Existente
204	22/05/1969	Existente
205	29/05/1969	Existente
206	05/06/1969	Existente
207	12/06/1969	Existente
208	19/06/1969	Existente
209	26/06/1969	Existente
210	-----	Não existente
211	10/07/1969	Existente
212	17/07/1969	Existente
213	24/07/1969	Existente
214	31/07/1969	Existente
215	-----	Não existente
216	15/08/1969	Existente
217	21/08/1969	Existente
218	28/08/1969	Existente
219	04/09/1969	Existente
220	11/09/1969	Existente
221	18/09/1969	Existente
222	25/09/1969	Existente
223	02/10/1969	Existente

224	09/10/1969	Existente
225	16/10/1969	Existente
226	23/10/1969	Existente
227	30/10/1969	Existente
228	06/11/1969	Existente
229	13/11/1969	Existente
230	20/11/1969	Existente
231	27/11/1969	Existente
232	04/12/1969	Existente
233	11/12/1969	Existente
234	18/12/1969	Existente
235	25/12/1969	Existente
236	01/01/1970	Existente
237	08/01/1970	Existente
238	15/01/1970	Existente
239	22/01/1970	Existente
240	29/01/1970	Existente
241	05/02/1970	Existente
242	19/02/1970	Existente
243	26/02/1970	Existente
244	05/03/1970	Existente
245	12/03/1970	Existente
246	19/03/1970	Existente
247	26/03/1970	Existente
248	02/04/1970	Existente
249	09/04/1970	Existente
250	16/04/1970	Existente
251	23/04/1970	Existente
252	30/04/1970	Existente
253	07/05/1970	Existente
254	14/05/1970	Existente
255	21/05/1970	Existente
256	28/05/1970	Existente
257	04/06/1970	Existente
258	11/06/1970	Existente
259	18/06/1970	Existente
260	25/06/1970	Existente
261	02/07/1970	Existente

262	09/07/1970	Existente
263	16/07/1970	Existente
264	23/07/1970	Existente
265	30/07/1970	Existente
266	15/08/1970	Existente
267	20/08/1970	Existente
268	27/08/1970	Existente
269	03/09/1970	Existente
270	10/09/190	Existente
271	17/09/1970	Existente
272	24/09/1970	Existente
273	01/10/0970	Existente
274	-----	Não existente
275	15/10/1970	Existente
276	22/10/1970	Existente
277	29/10/1970	Existente
278	05/11/1970	Existente
279	12/11/1970	Existente
280	19/11/1970	Existente
281	26/11/1970	Existente
282	03/12/1970	Existente
283	10/12/1970	Existente
284	-----	Não existente
285	24/12/1970	Existente
286	31/12/1970	Existente
287	07/01/1971	Existente
288	14/01/1971	Existente
289	21/01/1971	Existente
290	28/01/1971	Existente
291	04/02/1971	Existente
292	11/02/1971	Existente
293	-----	Não existente
294	-----	Não existente
295	04/03/1971	Existente
296	11/03/1971	Existente
297	18/03/1971	Existente
298	25/03/1971	Existente
299	01/04/1971	Existente

300	08/04/1971	Existente
301	15/04/1971	Existente
302	22/04/1971	Existente
303	29/04/1971	Existente
304	06/05/1971	Existente
305	13/05/1971	Existente
306	20/05/1971	Existente
307	-----	Não existente
308	03/06/1971	Existente
309	10/06/1971	Existente
310	17/06/1971	Existente
311	24/06/1971	Existente
312	01/07/1971	Existente
313	08/07/1971	Existente
314	15/07/1971	Existente
315	22/07/1971	Existente
316	29/07/1971	Existente
317	05/08/1971	Existente
318	15/08/1971	Existente
319	19/08/1971	Existente
320	26/08/1971	Existente
321	02/09/1971	Existente
322	09/09/1971	Existente
323	16/09/1971	Existente
324	23/09/1971	Existente
325	30/09/1971	Existente
326	07/10/1971	Existente
327 a 508	-----	Não existente
509	08/03/1975	Existente
510	-----	Não existente
511	-----	Não existente
512	19/03/1975	Existente
513	-----	Não existente
514	-----	Não existente
515	02/04/1975	Existente
516	-----	Não existente
517	09/04/1975	Existente
518	-----	Não existente

519	-----	Não existente
520	-----	Não existente
521	23/04/1975	Existente
522	-----	Não existente
523	-----	Não existente
524	03/05/1975	Existente
525	07/05/1975	Existente
526	10/05/1975	Existente
527	-----	Não existente
528	-----	Não existente
529	-----	Não existente
530	-----	Não existente
531	31/05/1975	Existente
532	-----	Não existente
533	-----	Não existente
534	-----	Não existente
535	-----	Não existente
536	-----	Não existente
537	-----	Não existente
538	25/06/1975	Existente
539	-----	Não existente
540	02/07/1975	Existente
541 a 556	-----	Não existente
557	03/09/1975	Existente
558	06/09/1975	Existente
559	10/09/1975	Existente
560	-----	Não existente
561	17/09/1975	Existente
562	-----	Não existente
563	24/09/1975	Existente
564	27/09/1975	Existente
565	-----	Não existente
566	08/10/1975	Existente
567	-----	Não existente
568	-----	Não existente
569	18/10/1975	Existente
570	22/10/1975	Existente
571	25/10/1975	Existente

572	29/10/1975	Existente
573	-----	Não existente
574 a 593	-----	Não existente
594	31/01/1976	Existente
595	04/02/1976	Existente
596	07/02/1976	Existente
597	11/02/1976	Existente
598	-----	Não existente
599	-----	Não existente
600	21/02/1976	Existente
601	25/02/1976	Existente
602	-----	Não existente
603	06/03/1976	Existente
604	-----	Não existente
605	17/03/1976	Existente
605 (nº repetido)	20/03/1976	Existente
606	24/03/1976	Existente
607	27/03/1976	Existente
608	-----	Não existente
609	-----	Não existente
610	07/04/1976	Existente
611	10/04/1976	Existente
612	-----	Não existente
613	21/04/1976	Existente
614 a 620	-----	Não existente
621	16/05/1976	Existente
622	22/05/1976	Existente
623	-----	Não existente
624	02/06/1976	Existente
625	05/16/1976	Existente
626	09/06/1976	Existente
627	-----	Não existente
628	16/06/1976	Existente
629	19/06/1976	Existente
630	23/06/1976	Existente
631	26/06/1976	Existente
632	30/06/1976	Existente
633	03/07/1976	Existente

634	07/07/1976	Existente
635	-----	Não existente
636	14/07/1976	Existente
637	17/07/1976	Existente
638	21/07/1976	Existente
639	28/09/1976	Existente
640 a 646	-----	Não existente
647	01/09/1976	Existente
648	04/09/1976	Existente
649	08/09/1976	Existente
650	11/09/1976	Existente
651	15/09/1976	Existente
652	18/09/1976	Existente
653	22/09/1976	Existente
654 a 657	-----	Não existente
658	06/10/1976	Existente
659	-----	Não existente
660	16/10/1976	Existente
661	20/10/1976	Existente
662	23/10/1976	Existente
663	27/10/1976	Existente
664	30/10/1976	Existente
665	03/11/1976	Existente
666	06/11/1976	Existente
667	10/11/1976	Existente
668	13/11/1976	Existente
669	17/11/1976	Existente
670	-----	Não existente
671	24/11/1976	Existente
672	27/11/1976	Existente
673	01/12/1976	Existente
674	04/12/1976	Existente
675	08/12/1976	Existente
676	11/12/1976	Existente
677	15/12/1976	Existente
678	18/12/1976	Existente
678 (nº repetido)	16/04/1977	Existente
679	25/12/1976	Existente

680	31/12/1976	Existente
680 (n° repetido)	23/04/1977	Existente
681	-----	Não existente
682	08/01/1977	Existente
682 (n° repetido)	30/04/1977	Existente
683	12/01/1977	Existente
684	-----	Não existente
684 (n° repetido)	07/05/1977	Existente
685	-----	Não existente
686	-----	Não existente
687	26/01/1977	Existente
688	29/01/1977	Existente
689 a 693	-----	Não existente
694	19/02/1977	Existente
695 a 721		Não existente
722 (n° repetido)	05/10/1977	Existente
722 (n° repetido)	26/11/1977	Existente
723 a 759	-----	Não existente
760	23/09/1978	Existente
761	30/09/1978	Existente
762	07/10/1978	Existente
763	14/10/1978	Existente
764	21/10/1978	Existente
765	-----	Não existente
766	04/11/1978	Existente
767	11/11/1978	Existente
768	18/11/1978	Existente
769	25/11/1978	Existente
770	02/12/1978	Existente
771	10/12/1978	Existente
772	17/12/1978	Existente
773	23/12/1978	Existente
774	-----	Não existente

APÊNDICE B – Quadro resumo dos editoriais do *jornal O Pantaneiro* (1965-1978)

Data de publicação	Título	Tema
---------------------------	---------------	-------------

o		
05/05/1965	—	Uma carta de apresentação destinada aos “leitores amigos” do novo semanário aquidauanense que estava sendo lançado, trazendo em seu editorial quais os objetivos, anseios e expectativas dos seus diretores.
12/05/1965	Era realidade	O editorial traz ao seu público os bastidores da tensa realidade vivida pela equipe durante os trabalhos de montagem e impressão de sua primeira edição, ocorrida no dia 05 de maio de 1965.
19/05/1965	Eles merecem	Na data da publicação, o editorial comemora o aniversário do “Asilo dos Velhos” de Aquidauana e enaltece o trabalho das senhoras fundadoras.
26/05/1965	Ela virá	O editorial lembra do tempo em que eram mostrado no cinema imagens de um aparelho que transmitia imagens e que em geral se ria daquela “coisa tão bem imaginada” e avisa que em breve a televisão chegará em Aquidauana com a compra de aparelhos pela população e a instalação de uma torre no “Morro do Chapéu”. Termina afirmando que em pouco dias “estaremos vendo Campo Grande, tomando um sorvete no El Dorado ou aguardando a hora do baile no Feminino.”
09/06/1965	Os engraçadinhos	Havia uma prática, tornada costume, de que o trânsito seria impedido na principal artéria da cidade (possivelmente estava tratando do cruzamento das av Estão Alves Corrêa com a rua Manuel Paes de Barros) para que as pessoas pudessem transitar livremente entre o Passeio Público e o cinema, porém o jornal reclama que essa prática não está acontecendo e alerta para possíveis acidentes. Além disso, o editorial relata a existência de engraçadinhos que ficam perturbando as moças com piadinhas e “palavras que não condizem com seus níveis sociais”, causando aborrecimentos.
16/06/1965	Temos Opinião	Aproveitando a presença do governador do Estado na cidade, o jornal retorna a campanha que faz sobre a instalação da COSIMA em Aquidauana. Para isso, é citado o parecer de uma “comissão técnica escolhida para esse fim”. O editorial enfatiza a necessidade de lutar para que Aquidauana seja o local de instalação da importante siderúrgica e que Corumbá, por meio de movimento de opinião pública e autoridades conseguiu a formação de uma segunda comissão técnica e enfatiza a necessidade de lutar por aquilo que “representa progresso de nossa terra e o bem-estar de todos os Aquidauanenses”.
23/06/1965	Nós e o Pantanal	De início avisa ao leitor que tratará do pantanal, depressão alagada pelo Rio Paraguai e seus afluentes, rico em pastagens e o alicerce da economia, onde é encontrado o “destemido homem do campo, conhecedor profundo de seus complexos problemas”. Trata dos problemas com as enchentes e que a prefeitura estava construindo uma estrada até o Rio Negro. Porém o editorial chama a atenção para outras obras que foram destruídas pelas enchentes e clama para que sejam observadas as características de uma obra que atenda às necessidades da vazantes e que não se torne outra obra destruída pela força das águas.
30/06/1965	Vândalos	Trata de um desabado em que pede respeito aos bustos de figuras dos primeiros colonizadores, considerados importantes para a história do município que estão na principal praça da cidade. Mas não explica o que aconteceu de vandalismo.
07/07/1965	Renovação	O editorial trata das convenções dos partidos UDN e PSD que lançaram os candidatos ao governo do Estado nas eleições daquele ano (1965). Ludio Coelho sairia pela UDN e Pedro Pedrossian pelo PSD, o PTB deveria apoiar o candidato do PSD. Os candidatos foram tratados como renovação.
21/07/1965		Elogio a iniciativa de “filhos de famílias tradicionais” em ajardinar uma das

		praças da cidade. Aproveita para fazer uma relação das melhorias ocorridas na cidade nos últimos tempos: o calçamento de ruas; a companhia telefônica; o aeroporto; a nova estação [de trem] e finaliza parabenizando os jovens pela ideia das flores, alegando que flores são o progresso.
28/07/1965	Vamos ser bairristas	O editorial celebra o delineamento da quadro político com a definição das candidaturas ao governo do Estado com Pedro Pedrossian, pelo PSD e Lúdio Coelho, pela UDN. Faz um pequeno resumo sobre cada um dos postulantes, convoca a população a ser bairrista e esclarece que ser bairrista é ser aquidauanense, votando sempre pelo interesse da cidade.
04/08/1965	Olhando a cidade...	Sobre o trabalho de troca de canos condutores de água do centro da cidade. A substituição dos canos é uma necessidade e os serviços veem em boa hora, porém a recolocação das lajotas retiradas para execução dos serviços está sendo feita em “péssimas condições e sem nivelamento com a rua”. A situação pode causar problemas com os carros ou com algum pedestre desavisado. O editorial solicita que o responsável se atente para o problema e que providencie a solução.
15/08/1965	Edição Especial – Parabéns Aquidauana	O editorial é dedicado aos 73 de fundação da cidade. “73 anos de progresso desde aquela histórica ata”. O Povo aquidauanense agora luta por “novos empreendimentos e, tal como seus antepassados, não abandona essa luta sem alcançar seus objetivos”. Hoje reivindica estradas melhores, energia elétrica, COSIMA, mais amparo para os pecuaristas e agricultores, amparo para o comércio e incentivo econômico aos moradores. Reforça a confiança da população e a “fé inabalável n futuro como expressão de um povo que dentro dos sagrados princípios Cristãos e que processando sua fé no regime democrático marcham em conquista do progresso para sua cidade”. Ao final, o editorial glorifica os fundadores e os filhos da cidade.
18/08/1965	Justiça	Trata da notícia de que seria construído um novo prédio para abrigar o Fórum e os cartórios da cidade. A iniciativa do governo do Estado teve a colaboração da prefeitura municipal que doou um terreno para tal empreendimento.
01/09/1965	A Imprensa Nacional	Trata da morte do jornalista Corifeu de Azevedo Marques, fundador do “Grande Jornal Falado Tupi” e considerado no edital como “soldado do municipalismo”.
07/09/1965	A Pátria	Dedicado a vangloriar o ato de D. Pedro I em arrancar os emblemas de Portugal do seu uniforme e ordenando que todos os seus comandados fizessem o mesmo, tornando o Brasil “livre do Julgo Português”.
16/09/1965	Política	O editorial reclama dos xingamentos e agressões verbais praticados pelos assessores dos candidatos às eleições daquele ano e afirma que “quem usa política de 1800 vai governar à moda 1800, então não serve”, e solicita mudança de modos.
23/09/1965	Eleições	Faltando 10 dias para o pleito eleitoral daquele ano, após 1 ano e sete meses da posse Marechal Castelo Branco assumir a presidência, o editorial clama para que a população vote e mostre “a voz das urnas decidindo em nome da vontade do povo”. Para o jornal as eleições farão a consolidação da Revolução [referindo-se ao golpe de 1964] no Estado [MT] e nos demais. Ainda segundo o editorial, entre as candidaturas, não haveria oposição ao governo federal, que estaria orientando o país para o seu verdadeiro caminho.
30/09/1965	“Alea Jacta est”	Utilizando a frase de “Júlio Cezar as margens do Rubicão”, o editorial faz referência ao fim das campanhas e as poucas horas de espera para as eleições. Deseja boa sorte aos candidatos e que o vencedor tenha boa memória e “não esqueça os compromissos empenhados com o povo nos palanques antes de eleito”.

07/10/1965	Dever cumprido	Editorial publicado na primeira edição após as eleições, dá conta da evidente vitória de Pedro Pedrossian e afirma que essa vitória estaria vinculada ao voto do povo contra o atual governo. “A vitória do candidato da oposição, em Aquidauana, por uma margem de votos jamais esperada, bem demonstra a atitude do eleitorado em não admitir o pouco caso do administrador.” Afirma que o povo cumpriu o seu dever e que os eleitos devem cumprir as suas promessas.
14/10/1965	Vigilantes	Neste editorial o jornal reafirma a sua postura apartidária e afirma que será sentinela do povo em relação ao governo e ressalta que “A verdade será nossa trilha. O respeito ao povo, nossa bússola.”
21/10/1965	Findou-se a luta, iniciou-se a luta	O edital é dedicado à imprensa com que os políticos se dedicam às conversas políticas para as próximas eleições, quando ainda sequer os cartazes das últimas eleições foram retirados dos postes. Porém, o jornal conclama que os dirigentes partidários ouçam o povo nas ruas “Participem alguns momentos do bate-papo do café do Aral e do Rodrigo, passeiem pelos distritos, ouçam mais do que falem, auscultem o povo, aceitem a escolha do povo, lutem ao lado do povo e vençam, finalmente, com o povo.”
28/10/1965	Um povo confiante	O editorial trata do lançamento das vendas dos títulos patrimoniais do Clube Guanandy, que seria construído em área doada pelo Sr. Antônio da Costa Rondon. Porém o Sr. Rondon negou que doou a área e houve o aviso que a construção se daria em outra área, também no Bairro Guanandy, por doação da prefeitura. O Jornal começou uma campanha contra a “vigarices” e avisa aos que compraram os títulos que não paguem as prestações até que tudo seja esclarecido, afirmando que “Se fomos confiante queremos retribuição à confiança neles depositada. Se fomos ingênuos queremos a reparação da vigarice”.
18/11/1965	Nossa tarefa	O editorial explica porque o jornal moveu campanha contra o Clube Guanandy em edições passadas e afirma que a campanha alcançou os objetivos desejados, pois o clube fez todas as explicações necessárias, O Jornal se diz satisfeito com as explicações e aguarda o início das obras.
25/11/1965	Vendo e anotando	No editorial, o jornal apoia o colunista “Miraflores”, do “Correio do Sudoeste”, na denúncia sobre o fato de que professores leigos continuarem a ocupar cargos nos grupos escolares locais, enquanto professores que fizeram curso de diretores continuam aguardando a “virada da política”.
02/12/1965	Como aprendi a sofrer em silêncio	O editorial faz referência à bagunça existente no Cine Glória. Critica veementemente a Empresa Teatral Peduti, de Botucatu, no interior de São Paulo, proprietária do Cine Glória e pede urgentes providências, ameaçando de o próprio jornal tomar as devidas providências.
09/12/1965	Queremos o nosso	O editorial faz referência a uma notícia veiculada no “Correio do Estado”, de Campo Grande, que afirma que aquela cidade necessita de um “bom cinema”. Aproveita para ironizar se Campo Grande, que tem 3 cinemas necessita de um bom, imagine Aquidauana que não tem nenhum, pois o “barracão” em que está instalado o Cine Glória não pode ser considerado um cinema e cobra providências a Empresa Peduti, proprietária do Cine Glória.
16/12/1965	Esperando	Dando continuidade ao editorial anterior, o jornal diz esperar uma palavra da Empresa Teatral Peduti, sobre um cinema para Aquidauana. Termina “com esperança que logo venhamos a sermos agraciados com uma decente (não queremos luxuosa) casa de espetáculos, encerramos nosso terceiro artigo esperando providências.”

23/12/1965	Água na fervura – Empresa Peduti	Neste editorial o jornal volta a falar sobre a Empresa Teatral Peduti, pois ela anunciou que procura um sócio para um empreendimento que prevê a construção de um hotel e um cinema em Aquidauana e faz severas críticas à empresa.
30/12/1965	Penúltimo dia	No penúltimo dia do ano de 1965, em seu editorial, o Jornal faz um balanço dos 7 meses da sua existência enaltecendo os fatores positivos, com os respectivos respaldo da população, assim como da existência de fervorosos inimigos arrebanhados com a severidade que trata de defender os interesses da população.
06/01/1966	Porque	O editorial trata sobre a EPT (Empresa Teatral Pedutti), que estava a frente, na época, da administração do Cine Glória de Aquidauana, e que necessitava de investimentos em melhorias. De acordo com o editorial, a empresa administradora gostaria apenas de investir em capital móvel - e não de infraestrutura. Apesar de Campo Grande já ter aceito a proposta, a opinião do jornal é que Aquidauana não deveria aceitar a proposta, já que, em caso de "caso o negócio não apresente as rendas sonhadas? O que faz a ETP? Nada. Só arranca seu capital móvel e leva para onde estiver "dando pé". E finaliza: "SENHOR ELIMIO PEDUTTI, sua proposta não ofende, mas também não interessa".
13/01/1966	Preto no Branco	Uma crítica ao governo do MT contra o estado de abandono em que se encontra a cidade de Aquidauana, apesar dos números apresentados pelo editorial que demonstram o alto valor arrecadado pela administração estadual durante o ano de 1965 e que pouco destinaram a Princesa do Sul, deixando o povo local com seus problemas vitais a serem resolvidos.
20/01/1966	Trio do desespero	Para o editorial, há em Aquidauana um trio do desespero: Departamento de Águas de Aquidauana, a CEMAT (Centrais Elétricas Matogrossenses) e o Cine Glória. Este trio faria os aquidauanenses literalmente “pagarem seus pecados”.
27/01/1966	Porque falamos	Tratando do êxodo das pessoas que buscam melhores condições de vida em outras cidades, já que "Aquidauana está virando tapera" o editorial discorda desse pensamento e expõe que esta não seria a melhor solução: "Vamos falar, vamos espernear, vamos gritar". E conclui "Daqui não mudaremos. Ficaremos para assistir a bonança, após a tempestade que assola a nossa cidade"
03/02/1966	Observação cabível	O editorial é uma resposta ao questionamento enviado em forma de carta ao <i>O Pantaneiro</i> pelo candidato Sr. Fuad Geleilat, onde supunha que o jornal era partidário. O editorial reforça que “este jornal não tem candidato” e justifica que "Fizemos apenas um comentário sobre açulo que se fala, sobre a política municipal. Não somos contra a candidatura de Sr. Geleilat e em nenhuma vez dissemos que era mau seu lançamento. (...) Apenas dissemos que da sondagem levada a efeito, verificava-se que o mesmo não possuía convívio íntimo com a massa eleitora".
10/02/1966	Liberdade de Opinião	O editorial reforça a doutrina da liberdade de opinião do jornal implantada desde o seu lançamento, ainda que “esta doutrina de ser livre para opinar não envolve ataques a quem quer que seja, sem estarmos antes baseados na veracidade do que iremos atacar”, mesmo que alguns leitores cobrem um posicionamento mais ofensivo frente a algumas situações e finaliza “A calúnia fica bem para rodinhas de porta de café, mas não para um instrumento que orienta a opinião pública”.
17/02/1966	NAU sem rumo	De acordo com o editorial, Aquidauana sofre com a (in)existência de um prefeito municipal, já que com as intensas viagens do atual prefeito Dr. Fernando Luiz Alves Ribeiro e com a inércia de seu vice Sr. José de Castro que apenas realiza ordens burocráticas quando em substituição ao prefeito, a

		cidade parece estar sem rumo. "Conclui-se então: Dr. Fernando quando viaja tudo para. Acontece que o Dr. Fernando nunca está em Aquidauana, então nada se faz".
03/03/1966	Aguardamos o próximo	Devido a não liberação de verbas para o Carnaval de 1966, o editorial traz uma cobrança ao governo municipal para a realização de um carnaval no próximo ano, com grandes investimentos, assim como a cidade de Corumbá realiza tradicionalmente.
10/03/1966	Covardia Moral	O editorial trata sobre cartas incógnitas, ameaças por telefone, boatos inverídicos e outras formas de pânico que correm na cidade e condena este anonimato, dizendo que até um suicida tem um ato de coragem.
17/03/1966	Espectativa	O editorial traz uma análise sobre a atual situação do governo frente a novas mudanças de governador que estão prestes a ocorrer. "A imprensa do Estado tem se alimentado, fazendo um barulho danado. Está o governo na fase das investigações, criações de cargos especiais para solucionar problemas antigos. Os mais experientes nesse setor dizem que estão simplesmente assistindo a uma repetição sistemática comum nas mudanças de governadores em nosso Estado. Ficamos no entanto, na expectativa que desta vez a árvore venha a dar frutos. Por enquanto nada a registrar".
24/03/1966	Passarela de Cambalachos	Dando continuidade ao editorial anterior, casos de demissões frente ao novo governo de Pedro Pedrossian não tem causado boas impressões já que, no lugar, para o preenchimento das vagas que vieram a ficar disponíveis, não estão sendo preenchidas com cargos de concurso e sim: "o que houve e está havendo na verdade, é que deputados oportunistas e politiquieiros aproveitaram a 'deixa' para encaixar os 'cupinchados'. Agora, nós os eleitores ficamos totalmente transtornados, com as promessas de moralização a ecoar em nossos ouvidos, ao mesmo tempo que vemos a padrinagem funcionando a todo vapor".
31/03/1966	Tarde, mais ainda serve	Sobre a mesma pauta, o editorial traz uma atualização sobre a Portaria nº 57/66, emitida por Dr. Pedro Pedrossian sobre demissão de contratados e a realização dos concursos públicos para os cargos do governo estadual e complementa: "Somo implacáveis ao condenar, mas somos também imparciais. Muito bem, Dr. Pedro, nossos parabéns".
14/04/1966	O ato não é o fato	Continua a pauta sobre a demissão de contratados nos cargos públicos do governo estadual. Porém, o editorial afirma que a operação de "tapar o sol com uma peneira. Vence mas não convence. A vingança política continua a toda brida".
05/05/1967	Servir ao Brasil dentro do Mato Grosso	Editorial de comemoração ao 2º aniversário do O Pantaneiro. "Antes de mais nada, cremos que estamos cumprindo aquilo que há dois anos nos comprometemos a cumprir, ou seja, lutar pelos interesses de nossa comunidade, mesmo que para isso nos custasse sacrifícios". O editorial afirma que neste período, para a alegria, o jornal sempre seguiu com esta meta estabelecida. E para o futuro, espera contar com a colaboração do comércio aquidauanense, das autoridades e dos leitores e finaliza: "Com esse trio cooperando, como tem feito até este instante, sabemos que poderemos perfeitamente prosseguir em nossa orientação que emana da valorosa e histórica figura matogrossense, Rondon, que é 'Servir ao Brasil, dentro de Mato Grosso'"
21/12/1967	T.E.B. prejudica?	O editorial traz a repercussão popular sobre uma reportagem publicada na semana anterior pelo O Pantaneiro referente ao desconforto dos serviços prestados pela empresa Transporte Expresso Brasil que circula na região de Jardim, Guia Lopes da Laguna e Bonito. De acordo com o editorial, a

		repercussão foi maior do que esperavam e foram ouvir os leitores. Uns dizem que a culpa da situação ruim é mesmo do desconforto do serviço, outros culpam o alto preço das passagens e outros ainda culpam o péssimo estado das rodovias que acabam por inibir a circulação dos ônibus mais confortáveis à disposição dos clientes. O editorial conclui que "Com um pouco de boa vontade das três partes envolvidas, teremos solucionado o problema de elevação do nível do movimento em nosso degingolado comércio".
02/05/1968	Três anos de luta	Editorial referente ao terceiro aniversário de lançamento do O Pantaneiro. "No próximo dia 5, estaremos completando três anos de existência. Três anos que procuramos fazer o possível para atender às nossas obrigações de imprensa. Temos batalhado sem distinguir cor, credo político ou religioso, quando se trata de servir ou alertar as autoridades para coibir abusos de qualquer natureza e que venham prejudicar o povo aquidauanense, proprietário moral deste nosso pequeno periódico. No caminho espinhoso percorrido nestes três anos, sentimo-nos amadurecidos e também muito mais curtidos para as ingratas lides da imprensa interiorana. Continuaremos enquanto força tivermos para continuar a fazer de O PANTANEIRO, um legítimo 'arauto das aspirações' da população aquidauanense. Essa é a nossa Missão"
13/06/1968	Ao diminuto CHAVINHO	Referindo-se a um artigo assinado sob o pseudônimo de Chavinho, no jornal de Campo Grande "A luta matogrossense", em que critica a organização da 1ª Feira Agropecuária de Aquidauana. Em defesa do evento, o editorial cita que Aquidauana é referência na pecuária estadual (2º lugar) e por isso o grande número de negócios realizados durante o evento. Lembrou dos laços de amizade com os colegas de imprensa de Campo Grande e finaliza "Nossa gratidão e nossa amizade a estes dignos campograndenses e nossa repulsa a este encasacado de 'marron' que macula a brilhante imprensa da Cidade Morena"
10/10/1968	"Novamente o Cinema e os jovens"	A pauta, mais uma vez, é o cinema de Aquidauana. O editorial traz referência ao projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara de Aquidauana para a construção de um novo prédio de cinema de Aquidauana, no espaço do Passeio Público, apresentado pelo jovem vereador Clealdon Alves de Assis e que deveria passar agora por aprovação do prefeito municipal, Dr. Rudel Espíndola Trindade. A proposta seria mais uma tentativa de se apresentar uma alternativa ao cinema de Aquidauana - Cine Glória - além de outras, como os filmes que já eram transmitidos no Colégio Estadual, em tela grande, simulando uma sala de cinema pelos seus estudantes.
01/05/1969	4 anos de luta	Editorial de comemoração ao 4º aniversário do O Pantaneiro: "Estamos colocando hoje nas mãos dos nossos prezados leitores o nosso "O PANTANEIRO". Um jornal que completará 4 anos no dia 5 de maio, portanto um órgão amadurecido e ciente de suas responsabilidades. Nascemos criticados, desacreditados e até ridicularizados, mas a nossa luta não parou e se não vencemos já estamos próximos da vitória. Não nascemos presos a ninguém ou ligados a qualquer agremiação partidária, somos livres e temos a obrigação de bem informar e isso temos feito semanalmente. Não pretendemos subir muito alto porque temos a queda, as nossas ilusórias recompensas de forma se contrabalanciam com as críticas construtivas. Nascemos livres como a andorinha, cômico de nossas responsabilidades, como qualquer uma de vocês e como todos, trabalhando para o engrandecimento do nosso torrão natal. Não nascemos do ódio, nós somos fruto do amor a nossa cidade e sua gente e com vocês continuaremos".
03/12/1970	Aquidauana e seus problemas	Tratando da situação sofrida dos munícipes que padecem por melhores condições de vida devido a falta de energia (afetando inclusive os atendimentos hospitalar) e a inércia do Poder Público Municipal para resolver e alerta a população "Que fatos como esses sirvam de exemplos aos

		<p>aquidauanenses, para que num futuro próximo, saibam escolher seus representantes, lutando inclusive se necessário for, para que o direito do eleitor aquidauanense seja respeitado pelos diretórios municipais, que apresentem candidatos dotados do espírito de bem servir o povo e que tenham capacidade para assumir as rédeas do governo de um município".</p>
06/05/1971	Seis anos de luta	<p>Editorial de comemoração ao 4º aniversário do O Pantaneiro: "Seis anos de luta, mais seis anos de labor honesto completou ontem, "O PANTANEIRO" tendo merecido elevado conceito no campo da imprensa matogrossense e do povo aquidauanense. Sem temor, mas confiante nos ideais que defende, O PANTANEIRO sempre se mostrou fiel às instituições que caracterizam a nossa Pátria, enaltecendo a Liberdade, o Direito e a Justiça. Em particular e sem restrições, tudo tem feito pelo progresso e desenvolvimento do Município, visando servir Aquidauana no limite de suas aspirações e do seu merecimento. Se tem sido, muitas vezes severo em suas críticas, é porque ser sincero é ter nobreza e a sinceridade é panágio do nosso jornal. E não mudará sua feição intelectual e de órgão independente da imprensa. Atalaia - será sempre vigilante da liberdade e dos direitos do cidadão. E sem temor, continuará vigilante".</p>
06/03/1976	Carnaval	<p>O editorial traz uma crítica à comissão julgadora que, de forma anônima, realizou a avaliação do Desfile das Escolas de Samba de Aquidauana no Carnaval de 1976. Apesar de introduzir que "O desfile das escolas-de-samba Big Sambão, Unidos da Princesinha/Gressa e Aquidasamba valeram por si mesmos e, também, pelo que representaram em força de vontade e disposição", o editorial traz o motivo da crítica: "O objetivo dessas considerações não é o de atingir ou questionar tais juízes, pois como se sabe, não fazemos a menor ideia de quem sejam, mas, sim, o de ponderar que o escondimento sob o manto do anonimato nunca fez melhorar a qualidade de julgamento de ninguém, em lugar nenhum, e tal prática não deve ser erigida como uma norma de comportamento idealmente humano".</p>
29/01/1977	Uma Nova Era... Uma Nova Era?	<p>Com a pergunta do título o editorial faz referência aos candidatos eleitos que assumirão seus cargos no executivo e legislativo em 1977 e se há algo novo a esperar."Com a expectativa natural que precede qualquer mudança, é que desejamos a todos os novos mandatários e legisladores de todo o Sudoeste Matogrossense, uma gestão que justifique como verdadeira a assertiva que todos gostariam de fazer daqui a quatro anos: o povo escolheu os melhores... e não foi decepcionado. E que não seja apenas uma mudança de nomes, mas o limiar de uma nova era".</p>
16/04/1977	Bufão na nossa festa	<p>Sinônimo de "quem faz rir por falar ou comportar-se de modo cômico, ridículo, inoportuno ou indelicado, ou aquele a quem falta seriedade nas relações humanas", o Bufão, a quem refere-se o editorial seria um indivíduo que adentrou as dependências do O Pantaneiro e "dizendo-se ofendido por fatos (comprováveis inteiramente, diga-se) publicados na edição de 13, assacou contra a redação desta folha, quando, empurrado certamente pelo sentimento de não ter conseguido enganar a todos, passou a vituperar impropérios e ameaças, inclusive pessoais, inteiramente fora do terreno em que sempre se sentiu à vontade, que é o da bajulação fácil e gratuita e da demagogia indistigável, que sempre foi o alicerce do edifício, de onde pôde até aqui iludir aos menos avisados, os ingênuos". Apesar do acontecimento, o editorial reforça que não deixará que o ocorrido abale o sentimento de satisfação pelo acolhimento do povo aquidauanense "quando muita gente nos deu inúmeras mostras de confiança e fé em nosso desempenho, das mais variadas maneiras, durante este tempo em que estamos à testa deste empreendimento".</p>
23/04/1977	Independência	<p>Fazendo referência às comemorações silenciosas daquele ano frente ao feriado</p>

	e Liberdade	de 21 de abril - Dia de Tiradentes - o editorial traz em dúvida termos como liberdade e independência devido ao "estado de espírito de um povo que vive censurado por si mesmo". E ainda traz um alerta " A preocupação cresce mais ainda quando vemos que de fato tudo se encaixa para tal. Falta exercício para as gerações. E esse exercício talvez esteja num momento como o vinte e um de abril para se cultuar aquele tido como o "Martir da Independência". E complementa que "Um povo sem passado, que não tem verdadeiros heróis ou feitos a cultuar, num incentivo natural, é um povo perdido e esquecido se sua própria História".
30/04/1977	Feminino - Oposição ganha sozinha	Ao considerar o Clube Feminino o mais conceituado da cidade, o editorial traz o resultado das eleições para a nova diretoria após um período de descaso da diretoria anterior. "A responsabilidade do grupo de senhoras que ora assumem a direção do Clube não é, pois, reduzida, uma vez que se trata de devolver aos associados a fé e o interesse nas realizações sociais, reorganizando departamentos, reordenando o uso de dependências (como a piscina!!!), enfim tornando o Feminino digno do crédito e do incentivo de seus associados e da própria comunidade aquidauanense.
07/05/1977	Mato Grosso do Sul	A pauta do editorial é a divisão do estado do Mato Grosso. Apesar do apoio a escolha da cidade de Campo Grande como a capital do novo estado, o editorial traz uma crítica às divulgações sobre o seu futuro nome: Estado de Campo Grande, sendo que nem mesmo os campograndenses, outrora outros munícipes, consentiam com esta suposição. "Se não podemos ser matogrossenses do sul, como seria o desejo da maioria, e se não desejamos ser campo-grandenses (ou campo grandinos?), que se escolha um nome que diga mais a respeito das nossas origens e das nossas tradições", finaliza.
05/10 a 26/11/1977	A luta continua	Após a ausência de circulação de algumas edições devido a um acidente no parque gráfico, <i>O Pantaneiro</i> retornou suas publicações. Na edição de retorno, para o editorial "o ponto mais importante desta edição de nº 722 de 'O PANTANEIRO', está na sua própria existência material, física. Muito mais que a lidade, quantidade, teor das notícias e textos publicados que suas páginas estampam, vale porque sabemos está DE NOVO circulando, levando a Aquidauana e aos cantos do Sudoeste matogrossense uma mensagem de otimismo e de fé na TERRA QUE VIVEMOS.
23/09/1978	Dever de continuar	O editorial apresenta as dificuldades financeiras pelo qual o semanário estaria passando a ponto de encerrar as suas atividades devido a sua liquidação, sendo "salvo" por um amigo que fez uma proposta ao então proprietário: "se tivéssemos sangue nos olhos não deveríamos deixar que este patrimônio municipal desaparecesse". E então conseguiram continuar as publicações, trazendo uma justificativa aos eleitores. "Contudo resta-nos a convicção de que procuramos oferecer um produto que represente o nosso extrato de profissional e cidadão dedicado a notícia. A responsabilidade disso já conhecemos. Virão as insinuações. Mas como na corte os bufões divertem também os escribas, continuaremos na nossa tarefa.
30/09/1978	Prejuízos Indiretos	O editorial faz menção aos prejuízos diretos e especialmente aos indiretos causados por um acidente ferroviário ocorrido em ponte do Rio Verde, próximo a Águas Claras. Importante rota de cargas e passageiros, por três meses esta linha da Ferrovia Noroeste do Brasil ficou interrompida. "Contudo, o prejuízo maior com o seccionamento da ferrovia foi a paralisação de negócios, a suspensão e atraso de projetos com investimentos de capital altamente necessários para o desenvolvimento da região".

21/10/1978	Nosso direito de aceitar	Baseado na publicação de uma matéria intitulada "O castigo vem de cima", que causou inúmeros comentários nos meios políticos de Aquidauana e região, o editorial relembra aos leitores que apesar de estarem "procurando colocar em dúvida a autonomia do nosso trabalho, tentando envilecer a ação dos diretores que com arrojo invejável vem empenhando o maior dos esforços no sentido de dotar Aquidauana e região de um órgão de imprensa sério e com objetivos claros", o jornal conseguiu, após grandes dificuldades, "saber separar, com energia se for preciso, o interessante, o que é bom e saudável do que é ruim ou poderá vir a sê-lo". E deixa claro "julgamo-nos suficientemente elucidados jornalisticamente para permitir ou não matéria de colaboradores voluntários em nossas páginas. O critério é nosso e desse direito não abrimos mão".
------------	--------------------------	---